

## JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO

**ENTREVISTA**  
COM A PRÉ-CANDIDATA  
MANUELA D'ÁVILA



Desemprego do Jovem no Brasil em Crise

O que a reforma do ensino médio não diz

Os Projetos Profissionais de Jovens Agricultores Familiares

# Campanha por + direitos

O dever de apoiar essa causa é de todos



PREVIDÊNCIA PARA A PÓS;  
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL;  
REAJUSTE ANUAL PARA BOLSAS;  
MELHORES CONDIÇÕES DE PESQUISA;  
MELHORIA NAS RELAÇÕES ACADÊMICAS;  
MAIS VERBA PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO.

O PÓS-GRADUANDO É, ALÉM DE UM ESTUDANTE, UM TRABALHADOR, POIS EXERCE UMA ATIVIDADE PRODUTIVA LABORAL AO MESMO TEMPO EM QUE ESTÁ EM PROCESSO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL. MAS, MESMO COM OS DEVERES DE UM TRABALHADOR, TEMOS POUCOS DIREITOS. VEM COM A GENTE NESSA LUTA!

Para mais informações:  
[www.anpg.org.br](http://www.anpg.org.br)

**ANPG**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

# CONTEÚDO

**05 UM NOVO CAMINHO PARA O JOVEM MARANHENSE**

**08 O QUE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NÃO DIZ: A ACEITAÇÃO DO PROTAGONISMO PERIFÉRICO**

**15 UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL: O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**23 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ENTRE O CAMPO RELIGIOSO PROTESTANTE E O CONTEXTO EDUCACIONAL DAS JUVENTUDES NA AMÉRICA LATINA**

**31 DESEMPREGO DA JUVENTUDE NO BRASIL EM CRISE**

**40 OS PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES: ESTUDO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA- BA**

**50 ANÁLISE DA POLÍTICA ESTADUAL DE JUVENTUDE ATRAVÉS DA TEORIA DOS MÚLTIPLOS FLUXOS**

**57 NOTAS SOBRE LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES DO CONCEITO DE PROTAGONISMO JUVENIL CONSIDERANDO MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS**

**65 ENTREVISTA MANUELA D'ÁVILA**



Juventude.Br  
ISSN 1809-9564

Juventude.Br é uma publicação do Centro de Estudos e Memória da Juventude - CEMJ

## EDITOR

Nilson Weisheimer,

## JORNALISTA RESPONSÁVEL

Luana Meneguelli Bonone

## CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Andrey Leitão

## TIRAGEM

5 mil exemplares

## COMISSÃO EDITORIAL

Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Elisangela Lizardo, Thiago Custódio, André Tokarski, Luana Bonone, Nilson Weisheimer, Pedro Luiz Teixeira de Camargo, Brenda Espindula e Mary Garcia Castro

## CONSELHO DIRETOR DO CEMJ

André Tokarski, Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro, Elisangela Lizardo, Roberto Daniel Cardoso Landim, Renata Czekay, Aline de Sousa Lima, Anderson Bahia, Maria das Neves, Flávia Calé, Monique Lemos, Ismael Almeida Chaves, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Larissa Miho Nishijima, Roberta Soeiro M. Souza, Marcelo Marigliani Arias, Manuela Braga, Bruna Martins, Bruno Baronetti, Beatriz Araujo Lopes Durval, Patrique Xavier de Lima, Victor Hnerique Grampa, Ivan Andrade Paixão.

## DIRETORIA EXECUTIVA DO CEMJ

### Presidente

Euzébio Jorge Silveira de Sousa

### Diretora de Planejamento e Patrimônio

Larissa Miho Nishijima

### Secretária Geral

Ismael Almeida Chaves

### Diretor de Políticas Públicas

Marcelo Marigliani Arias

### Diretora de Estudos e Pesquisa

Elisangela Lizardo

### Diretora de Memória

Bruna Martins

### Diretor de Cultura

Bruno Baronetti

### Diretor de Comunicação

Patrique Xavier de Lima

### Diretor de Atividades Educativas e Esportivas

Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro

A revista Juventude.Br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15.000 caracteres com espaços. Artigos maiores dependerão de acerto prévio com o editor. Os artigos devem ser enviados em formato de texto. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os artigos publicados na Juventude.Br são licenciados pela Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0. Maiores informações sobre a licença: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>



Apresentamos a 15ª edição da Revista Juventude.br. Essa publicação se realiza em um momento de grande dificuldade e seu lançamento é uma manifestação de ousadia e resistência. Ela chega num contexto complexo de agravamento da crise política, econômica e social resultante da política ultraliberal, antinacional e antipopular do ilegítimo governo Temer. Nunca um governo foi tão mal avaliado e careceu tanto de legitimidade como esse. Seu legado tem sido o desmonte das políticas sociais, a entrega do pré-sal, o desmonte de cadeias produtivas com destaque para a do petróleo e gás, o sucateamento dos serviços públicos. Nos dias atuais mais de 13 milhões de brasileiros se encontram desempregados, os que ainda estão no emprego tem salários archochados. O malogro é geral, a rede pública de ensino passa por uma situação de greve corte de gastos, que compromete o seu funcionamento regular. O corte de verbas em pesquisa é intenso e mesmo a permanência dos estudantes está ameaçada por conta de bolsas que afeta diretamente os estudantes mais pobres, os cotistas oriundos da escola pública, negros e indígenas. Os jovens já não têm esperança no futuro e só o desvio e a marginalidade lhes estendem a mão. Os índices de violência disparam a níveis igualmente sem precedentes. O fracasso das saídas instituídas após o Golpe do Impeachment passa a ser reconhecidas por ampla parcela da população.

O quadro descrito impacta diretamente na evolução da disputa presidencial de 2018. A direita neoliberal sofre as consequências do fracasso do governo que ela integrou. Essa direita que entusiasticamente aplaudiu a seletividade da justiça de classe contra a esquerda, em especial com a condenação relâmpago do ex-presidente Lula, também se desgastou com a criminalização da política. Abre-se espaços para saídas antidemocráticas, de maior truculência política e que só tendem a agravar ainda mais o atual estado de coisas. Esse contexto requer a reflexão aguda e a apresentação de saídas viáveis por parte do campo democrático, nacional e popular. A oportunidade passa por compreender esse processo e apresentar saídas para a superação da crise forjando uma ampla unidade de forças políticas de esquerda e centro-esquerda renovadas. O Centro de Estudos e Memória da Juventude se inscreve nesse esforço a partir da reflexão sobre a condição juvenil no contexto atual.

O presente número apresenta um dossiê sobre juventude, educação e trabalho. O Primeiro artigo de Reinaldo de Lima Reis Júnior e Ramon Marcelino Ribeiro Júnior "O que a reforma do ensino médio não diz: a aceitação do protagonismo periférico" demonstra o retrocesso dessa verdadeira contra reforma do ensino médio que juntamente com a aprovação da reforma trabalhista resulta numa concepção de educação diferenciada para ricos e pobres contribuindo para formação de uma classe trabalhadora precarizada. O segundo artigo, de autoria de Lucas Coradini e Alexandre Martins Vidor "Um projeto de educação para um projeto de desenvolvimento nacional: o papel dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia", por outro lado, resgata o histórico da educação profissional no país, o contexto de criação dos Institutos Federais, e o potencial que a rede apresenta para um projeto de desenvolvimento nacional. Abordando o tema da educação superior, Vinicius Oliveira Seabra Guimarães discute em seu texto "Aproximações Teóricas Entre o Campo Religioso Protestante e o Contexto Educacional das Juventudes na América Latina"; o texto apresenta como o neopentecostalismo possui uma forte aproximação com o capitalismo neoliberal consumista, presente na modernidade tardia, promovendo via acesso ao ensino universitário uma mercantilização de diplomas que tendem a serem desvalorizados em um mercado de trabalho altamente competitivo. O texto de Euzébio Jorge Silveira de Sousa "O desemprego da juventude no Brasil em crise" mostra com a fim do ciclo de crescimento econômico e o aprofundamento da crise política no Brasil traz de volta elevado índice de desemprego estrutural de jovens e sua elevada rotatividade no trabalho. Fechando esse dossiê, o texto de João Paulo Aguiar de Souza e Nilson Weisheimer "Os projetos profissionais de jovens agricultores familiares: um estudo de Caso no município de Valença- BA" analisa a formação das disposições dos jovens para reproduzir o processo de trabalho familiar agrícola a partir de uma perspectiva de gênero revelando os mecanismos da crise de sucessão geracional nessa atividade.

A revista Juventude.br apresenta ainda uma entrevista exclusiva com a pré-candidata à presidência da república Manuela d'Ávila, que expõe as relações de sua proposta de novo projeto nacional de desenvolvimento com a educação e o papel da juventude nesse contexto.

Na sessão miscelânea publicamos dois artigos. Em "Análise da Política Estadual de Juventude através da Teoria dos Múltiplos Fluxos" de Mailson Santos Pereira e Jocivaldo Bispo da Conceição dos Anjos a teoria de Kingdon serve de baliza para interpretar a institucionalização da PJP no Governo da Bahia. O outro artigo é de Mary Garcia Castro que discute "Limitações e Potencialidades do Conceito de Protagonismo Juvenil considerando Movimentos Sociais Contemporâneos", com análise centradas os sistemas de opressão contemporâneos, nas lutas de classes e cidadanias insurgentes as lutas da juventude se revelam em potencial para além das pautas liberais.

Esperamos que o conjunto dos artigos presentes nessa edição contribuía para construção do conhecimento científico sobre a condição juvenil contemporânea e seus impactos no Brasil atual, estimule novos estudos e pesquisas e que potencialize os movimentos juvenis na luta por um novo tempo de conquistas para os jovens. Boa leitura!

Nilson Weisheimer  
Editor

# Um novo caminho para o jovem maranhense

Gildean Farias

O Maranhão tem vivido um novo momento ao longo dos últimos três anos. Com ações estruturantes e por meio de uma gestão participativa, o Governo do Estado tem garantido mais direitos e ampliado oportunidades para todos e todas os/as

4 a 17 anos, para compra de material escolar. São 1,2 milhão de beneficiados em todo o estado, a partir da injeção de R\$ 59 milhões na economia.

Seguindo o caminho, a gestão estadual oportuniza formação e inclusão cultural através do acesso de jovens estudantes de vários municípios do estado a equipamentos históricos, culturais, artísticos, turísticos e de lazer de São Luís, como museus, teatros, bibliotecas e casas de cultura. Essa oportunidade é dada pelo projeto 'Tour Jovem Cidadão, que contribui para a formação cultural e o pertencimento histórico e étnico-racial de jovens e adolescentes. Em 2017, mais de 2 mil jovens de 42 municípios participaram da ação. Ainda seguindo o caminho da formação, o programa CNH Jovem beneficiou mais de 5 mil jovens com a primeira Carteira Nacional de Habilitação totalmente grátis. A Campanha Juventude Prevenida, realizada durante todo o ano, aborda, discute e mobiliza para a prevenção em relação às vulnerabilidades juvenis, como drogas, AIDs, gravidez na adolescência, violência e exploração sexual, suicídio, entre outras.

O incentivo a pesquisa e extensão no Ensino Médio, algo inédito no Maranhão e pioneiro em todo o Brasil, também integra o conjunto de ações que contribui para a formação integral do jovem maranhense. Através dos editais 'Geração Ciência' e 'Juventude com Ciência', o Governo do Estado incentiva e financia projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento cultural no ambiente escolar.

O 'Geração Ciência, que apoia projetos de pesquisa de alunos do ensino médio, já destinou mais R\$ 3 milhões para o financiamento de mais de 160 projetos, beneficiando mais de 600 alunos de escolas públicas. O 'Juventude com Ciência' leva projetos de estudantes e professores do ensino médio para as cidades com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado. A primeira edição da ação em 2017 contou com a participação de mais de 90 alunos e 20 professores de escolas de Ensino Médio. No total, 12 projetos de melhorias para comunidades foram financiados pelo Governo do Estado em quatro municípios, com investimento de mais de R\$ 200 mil. O resultado do edital da segunda edição do Juventude com Ciência será divulgado em breve. Esses números fazem com que o incentivo à pesquisa e extensão no Ensino Médio, saia do zero para quase R\$ 5 milhões de recursos investidos em apenas três anos.

Ainda no contexto escolar, o Governo apoia e incentiva o protagonismo da juventude. Por meio do projeto 'Emaranhando Sonhos', estão sendo realizados Encontros de Grêmios Estudantis em todo o Maranhão, com etapas regionais e estadual, com o intuito de fortalecer e empoderar os estudantes dentro dos espaços escolares para que eles possam ter mais iniciativa dentro da construção de um espaço mais crítico e participativo das escolas.

Após concluir a escola, é chegada a hora de ingressar em uma universidade. Por meio do 'Aulão do Enem', o governo leva uma

maranhenses. Esse novo momento do estado tem reflexo, de maneira especial, na juventude, com ações específicas em todas as áreas que apontam para o resgate da cidadania do jovem maranhense.

Esse novo momento de resgate da cidadania da juventude, tem como base uma Educação que oportuniza e garante mais dignidade com políticas públicas que seguem um caminho com o desenvolvimento de ações desde os primeiros anos escolares até a universidade, que criam condições para a plena formação integral da juventude.

A principal ação desse caminho é o 'Escola Digna', maior programa de construção e recuperação de escolas públicas da história do Maranhão. Implantado desde o primeiro ano da gestão Flávio Dino, o programa substituiu escolas que eram de barro e taipa, cobertas de palha, por prédios de tijolos e telhas. Além das obras estruturais, o Escola Digna contempla as unidades com móveis, equipamentos, climatização, fardamento, livros e outros itens que tornam possível o aprendizado a milhares de crianças e adolescentes maranhenses. O programa já superou a marca de 750 obras entregues e a meta é chegar a todas as 1.306 escolas da rede estadual. Além disso, já foram implantadas 24 unidades de tempo integral, sendo 11 centros de tempo integral e 13 unidades plenas do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema).

Para garantir a permanência dos adolescentes e jovens na escola, o governo criou o 'Bolsa Escola', programa de transferência de renda para estudantes da rede pública de ensino, com idade de

megarevisão aos estudantes que prestarão o Exame Nacional do Ensino Médio. Em três anos mais de 70 mil estudantes em mais de 150 cidades do estado participaram dos aulões.

E já tendo chegado à graduação, jovens de 18 a 24 anos egressos do ensino público podem aperfeiçoar um segundo idioma e entrar em contato com a cultura de outro país, por meio do projeto de intercâmbio 'Cidadão do Mundo'. Com as despesas pagas pelo governo, os intercambistas seguem para destinos onde podem desenvolver o espanhol, o inglês e o francês.

E se o jovem mora em um município e cursa a faculdade em outro? Aí ele pode concorrer a uma bolsa de R\$ 800 do programa 'Cartão Transporte Universitário', que beneficia estudantes universitários

matriculados em cursos presenciais e com regime diário de aulas em instituições de ensino superior públicas ou privadas situadas no Maranhão e em estados circunvizinhos, com distâncias de mais de 100 km (somadas ida e volta) entre a cidade onde reside e o município onde estudam, amenizando assim o impacto econômico e incentivando a permanência e a continuidade dos estudos.

Todas essas ações apoiam e incentivam o jovem maranhense durante seu caminho de formação integral, garantindo as condições de tornar-se cidadão do mundo, ampliando as oportunidades no mercado de trabalho e tornando-se protagonista das mudanças necessárias para a sua vida e de todo o estado.



# CEMJ

CENTRO DE ESTUDOS E  
MEMÓRIA DA JUVENTUDE



Ajude o Centro de Estudos e Memória da Juventude a lançar a próxima edição da Revista Juventude.Br!

## FINANCIAMENTO COLETIVO

*Doe o quanto puder ou:*

**R\$ 30,00** e receberá a última edição

**R\$ 60,00** e receberá as duas últimas edições

**R\$ 90,00** e receberá as três últimas edições

**CONTAMOS COM A COLABORAÇÃO DE TODAS E TODOS!**

**Banco do Brasil**

AG: 1537-7

C/C: 20030-1

Enviar comprovante de depósito para [cemj@cemj.org.br](mailto:cemj@cemj.org.br)  
com cópia para [larissamihocemj@gmail.com](mailto:larissamihocemj@gmail.com)  
com nome completo e endereço!

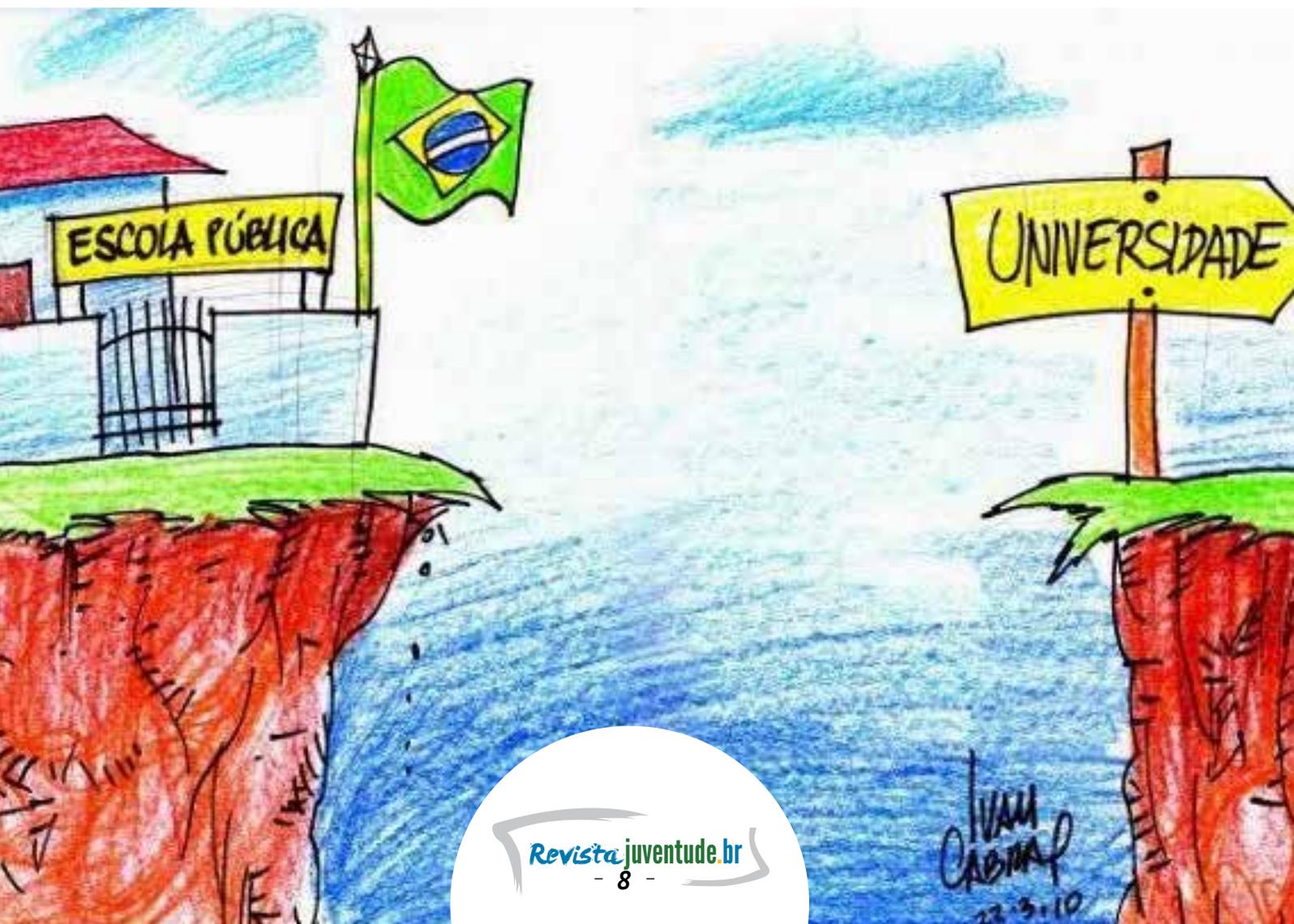
# O que a reforma do ensino médio não diz: a aceitação do protagonismo periférico

Reinaldo de Lima Reis Júnior<sup>1</sup>  
Ramon Marcelino Ribeiro Júnior<sup>2</sup>

Resumo: A partir da aprovação do Projeto de Lei nº 13.415/2017 que institui a reforma do ensino médio no Brasil e com a aprovação da Reforma Trabalhista, o que se percebe é uma ação direcionada para com vistas ao retrocesso neoliberal na estrutura do emprego que se desenha também na nova formulação da formação dos quase 9 milhões de jovens brasileiros e sobretudo daqueles que estão no ensino médio público, sendo que das 8.300.194 matrículas, 146.613 rede federal, 7.026.734 redes estaduais, 56.489 redes municipais e 1.070.358 rede privada (Censo Escolar/ Inep 2015), demonstra que 84,65% das matrículas estão na rede estadual. A partir da tese central de Caio Prado Jr. sobre os

1 Prof. do Instituto Federal de Goiás,  
Doutor em Educação pela UnB.

2 Prof. do Instituto Federal de Goiás,  
Doutorando em Educação pela UFG.



sentidos da colonização, o artigo busca demonstrar como o projeto visa instituir uma educação básica pública que reforça a inclusão dos incluídos cristalizando a desigualdade social, agindo assim, contra os interesses nacionais de superação da nossa tradição histórica de aceitação de protagonismo periférico.

Palavras-chaves: reforma do ensino médio; sentidos da colonização, precariado

Produzir e elaborar uma análise sobre a realidade com referência própria de elaboração intelectual de sentido nacional é um esforço de produção política e científica que é de longa data almejado. Por isso que buscar nos fundamentos de método de Caio Prado Jr. para a análise sobre educação e sua contextualização, não é desproporcional ao esforço epistêmico realizado pelo clássico autor da historiografia brasileira. O estranhamento, talvez esteja em sua utilização para o objeto de estudo dessa pesquisa, a reforma do ensino médio como parte de um projeto nacional.

Caio Prado Jr. está entre os pioneiros em reclamar a necessidade de produção própria da realidade brasileira. Apropriou-se do método do materialismo histórico para buscar na sua práxis local a elaboração do entendimento das características essenciais da nossa formação social.

Sua tese, “dos sentidos da colonização” foi duramente criticada, tanto por procedimento de elaboração científica, na análise de mérito, típica dos círculos acadêmicos resultado de esforço de disputa no campo do saber, mas também por inaugurar uma proposta epistêmica de ruptura social, o que deveria ser alvejados pelos tradicionalistas e conservadores.

A formação social brasileira, desde a consolidação do processo da acumulação primitiva de capital, serviu para dar força e capacidade motora ao processo de valorização do valor dos países capitalistas centrais. E por isso, nosso processo não pode ser entendido desvinculado do papel que cumpriu ao emergente desenvolvimento capitalista.

O que também observa a luz de nosso protagonismo como periferia, estando desde a colônia, na monarquia e república, da estrutura social escravocrata ao assalariamento, do antes agora, como forjando um capitalismo que é significado na nossa formação social como alimentador periférico em favor do desenvolvimento do capitalismo central. Assim, seu método é observar as nossas características próprias, integradas no processo de constituição do sistema capitalista global que dá razão à sua tese do sentido da colonização.

Essa perspectiva de análise que irá fundamentar o estudo ao se observar os sentidos e possibilidades imanentes da Reforma do Ensino Médio na Lei nº 13.415/2017, como perspectiva ao reforço desse protagonismo periférico, em contraponto às possibilidades que a educação básica possa vir a cumprir. Pelo menos no salto a ruptura e/ou superação da periferia do capitalismo e de esgotamento do sentido da colonização.

Processo esse candente às políticas de sentido neoliberal que reforçam as desigualdades internas, cristalizando-as e ficando as correntes ao nosso papel no jogo global. Objeto desse estudo.

## O PRIVILÉGIO DA EDUCAÇÃO

A educação nos contextos sociais, no caso o brasileiro, sempre cumprir papel central nas análises que visem realizar uma proposta de alteração das condições estruturais da formação social.

Seja com vistas ao controle social, a formação da cordialidade ou à consciência de classe, a educação tem referência estratégica. Os processos de massificação e de popularização da educação tem como objetivo as necessidades criadas pelo capital no seu processo contraditório de sobrevivência.

Ao observar o panorama nacional em que se encontra o ensino médio, um ponto de convergência é a necessidade premente de sua reformulação. Não restam dúvidas de que no atual panorama, há uma crise em que o ensino médio sobressai com maior clarividência, sobretudo se aprofundarmos a análise dos dados.

Ao se analisar os indicadores como por exemplo a relação ano/série, de acordo com os dados da Pnad em 2004, apenas 5% da população de 15 a 17 anos concluiu o ensino médio na relação ano/série. Em uma década houve um grande avanço, chegando em 2014 a 19%, mais um indicador que demonstra a situação dessa etapa da formação básica dos sujeitos e a urgência de sua melhoria.

Se for observada somente a região centro-oeste, em comparação com as Redes Estaduais e Federais, vê-se que nas redes estaduais da região a distorção ano/série atinge 31,8%, enquanto que na Federal no ensino médio a média cai para 12,7% (MEC/INEP, 2014).

Outro indicador: em 2014, 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos estava fora da escola, o que, observado à luz da pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2009, demonstra que 40,3% dos jovens nessa faixa etária estavam

fora da escola por desinteresse (NERI, 2009).

Esta crise não está somente nos indicadores, mas na função pedagógica que deve cumprir esta etapa básica da formação de um conjunto de 9 milhões de pessoas (Pnad, 2014). Esta crise em torno do ensino médio não considero que seja devido a falta de concepção ou do seu sentido. Muito pelo contrário, o que se tem observado é que no ensino médio há uma gama variada de concepções em disputa, e entre elas e a cada qual, são muito claros os seus fundamentos, objetivos e interesses (REIS, 2017)<sup>3</sup>.

Na linha disposta por Nosella (2015), o ensino médio compõe etapa estratégica em todo o sistema escolar, “[...] querem saber se um sistema escolar como um todo é de boa qualidade? Perguntem pelo ensino médio.” (NOSELLA, 2015, p.126). O alerta do autor não é que basta o cuidado com o ensino médio, mas sobretudo em observar o lugar próprio que cumpre e a sua relação com um projeto de nação. Não por menos, mais à frente diz: “O ensino médio é a fase escolar estratégica do sistema escolar e do processo de democratização e modernização de uma nação.” (NOSELLA, 2015, p.125).

Essa relação entre o ensino médio e modernização, está no seu peso de etapa formativa dos sujeitos e na importância da escola como local de acesso a determinados conhecimentos que dificilmente os sujeitos teriam sem ela. Neste momento, vive-se a etapa dos indivíduos experimentarem e vivenciarem práticas democráticas no espaço escolar que podem não estar presentes em outras instituições (empresas, família, igreja, etc.), tornando o processo educacional promotor de uma sociedade democrática.

A escola deve ser dotada de função humanística, práticas (teóricas e empíricas) que ensejem pensar e problematizar, tornando o espaço escolar o lugar do mundo como objeto de estudo, objeto de conhecimento. Submeter o ensino médio ao objetivo único de uma etapa transitória, como exemplo formador para o mercado de trabalho, é empobrecedor e muito restritivo das funções possíveis que cabem a este espaço, pois fora do espaço escolar, por exemplo, onde os jovens terão acesso à literatura, à filosofia, à sociologia, às artes e à história? Como serão levados a pensar e a se questionarem sobre a democracia?

Ou considera-se menos relevante que os sujeitos sejam capazes de entender e interpretar os textos em seus matizes narrativos, compreendendo de maneira elementar

<sup>3</sup> Sobre o tema. As disputas em torno da concepção de Ensino Médio, fizemos uma pesquisa com análise sobre a Educação Profissional e Tecnológica no ensino médio técnico integrado.

as influências do pensamento filosófico e histórico na interpretação e na formulação do conhecimento? A capacidade de refletirem sobre as instituições a partir de experiências vivenciadas no espaço escolar, pensando sobre as concepções e modelos organizativos, as teorias e possibilidades democráticas e autoritárias, suas manifestações como produto social e objeto de análise.

A possibilidade de entender a complexidade de um esforço de análise da totalidade, correlacionando a sociologia com as questões ambientais com a química, física e biologia? Onde os jovens terão acesso às questões espaciais, aos problemas urbanos pensados de maneira sistemática e reflexiva? Dar ao ensino médio uma única finalidade de transição é que alimentou seu esvaziamento pedagógico.

[...] em que se defende em termos claros a função estratégica do ensino secundário para uma correta filosofia de formação das jovens gerações e, eventualmente, da reforma dos estudos. [...]

A função estratégica do ensino médio justifica-se também pela função estratégica do setor médio da estrutura social da nação. Existe uma íntima relação político-cultural entre a escolarização média e a elevação social desse setor. A atenção dada a essa fase escolar por parte do Estado depende de sua concepção de hegemonia nacional e de sistema escolar. (NOSELLA, 2015, p. 124 – grifos meus).

Contudo, o que se percebe é que a partir das mudanças da LDB nº 9394/96, ao incorporar o ensino secundário como uma etapa da formação básica junto com o ensino fundamental, este último momento da formação básica dos jovens não logrou êxito em atingir seus objetivos de dirimir a tradicional formação dualista, quer seja uma formação que consiga integrar os conhecimentos mais elaborados com a preparação para o mundo do trabalho.

Pelo contrário, o que se observa é um aprofundamento do esvaziamento do sentido pedagógico em si. Seja qual for o foco de análise, aos jovens das elites brasileiras ou da classe trabalhadora, em ambos, embora cumpram objetivos distintos, o resultado é único e exclusivamente o ensino médio como etapa transitória. Aos primeiros, para o ensino superior, aos demais para o mercado de trabalho.

De acordo com Cury (2002), evitar a dicotomia entre uma educação para a cidadania e uma educação para o trabalho foi uma proposta premente dentro da LDB, vinculando-as organicamente, reagindo a uma tradição

de vários setores da sociedade brasileira. O artigo 22 da LDB preceitua que “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, LDB 9.394/96). Entretanto Cury ressalva:

Mas o art. 22 da LDB, a fim de evitar uma interpretação dualista entre cidadania e trabalho e para evitar o tradicional caminho no Brasil de tomar a qualificação do trabalho como uma sala sem janelas que não a do mercado, acrescenta como próprios de uma educação cidadã tanto o trabalho quanto o prosseguimento em estudos posteriores. (CURY, 2002, p.170).

Para isso, conforme o autor, é preciso ter clareza sobre o significado e os objetivos direcionados para a educação básica e, neste caso, do ensino médio técnico em tempo integral. Principalmente pelas características históricas da sociedade brasileira, que naturalizou a desigualdade.

A própria etimologia do termo base nos confirma esta acepção de conceito e etapas conjugadas sob um só todo. Base provém do grego *básiseōse* significa, ao mesmo tempo, pedestal, suporte, fundação e andar, pôr em marcha, avançar. A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar. Resulta daí que a educação infantil é a base da educação básica, o ensino fundamental é o seu tronco e o ensino médio é seu acabamento, e é de uma visão do todo como base que se pode ter uma visão consequente das partes. (CURY, 2002, p. 170 – grifos meus).

Estabelecidos alguns dos princípios que devem fazer parte do currículo básico do ensino médio, a LDB avançou ao colocar e qualificar o ensino médio como etapa final da educação básica, sendo que nele está a íntima conexão de uma formação cultural mais ampla, com os conhecimentos mais aprofundados para o ensino da educação científica e tecnológica, percebendo o processo de transformação das sociedades.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como

instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; (BRASIL, LDB 9.394/96).

Por isso, para Cury (2002), o ensino médio passa a cumprir um papel nodal dentro do processo de formação do aluno, estando centrado em três funções basilares:

Assim, do ponto de vista jurídico, consideradas as três funções clássicas atribuídas ao ensino médio: a função propedêutica, a função profissionalizante e a função formativa, é esta última que agora, conceitual e legalmente, predomina sobre as outras. Legalmente falando, o ensino médio não é, como etapa formativa, nem porta para o ensino superior e nem chave para o mercado de trabalho. Ele tem uma finalidade em si, embora seja requisito tanto do ensino superior quanto da educação profissional de nível técnico. (CURY, 2002, p. 182, grifos meus).

Entretanto, desde a LDB, é evidente o fracasso da missão teleológica que se investe no ensino médio. Esta etapa da formação humana escolar “desinteressada”, como defendeu Nosella (2015), compõe-se como momento singular da formação geral da juventude brasileira, nos seus sentidos de cidadania, mundo do trabalho<sup>4</sup>, construção da nacionalidade e projeto de país. Passando simplesmente a cumprir uma etapa de mediação, seja para a universidade, seja para o mercado de trabalho, esvaziando-a de sentido para si.

Aqui deve-se ater ao sentido de formação básica que a LDB/1996 passou a incorporar, seu sentido liberal de formação básica comum, constitui função estratégica à formação universal da juventude, que em seu sentido de travessia, seja no propedêutico voltado ao acesso ao mercado de trabalho, a base comum viceja que em sua próxima etapa se destaquem e vão à realização dos seus anseios aqueles que melhor potencializarem sua habilidade, maestria e/ou esforço.

<sup>4</sup> Faço uso da definição de Marx (2006) sobre mundo do trabalho. Nos cinco primeiros capítulos de Marx (2006), acerca das raízes do capital, o processo de produção, ali surge o trabalho geral, sedimentado no capital, também como mercadoria na sua força de trabalho e na produção de mais valor. As relações históricas dos seres humanos com a natureza estabelecem suas relações sociais desde a libertação das condições impostas pela natureza até sua assimilação ao capital como mercado de trabalho, assim, unicamente como força de trabalho, mercadoria, portanto, trabalho alienado.

## O (NOVO) PRECARIADO E A EDUCAÇÃO

Ao se analisar as condições da contemporaneidade, é fundamental observar a mudança que a terceira revolução tecnológica tem possibilitado e como a educação tem passado a emergir com novo protagonismo.

Distintamente da era do taylorismo/fordismo, em que nas próprias palavras de seu arauto Taylor, era necessário ter um trabalhador com as habilidades de um homem e o cérebro de um macaco, onde no ambiente produtivo, e sua extensão como modelo predominante de organização das relações sociais de trabalho, o sujeito era especialista em etapas específicas, sendo controlado no tempo e movimento, não tendo condições de interferir de maneira proativa no seu locus profissional. O atual modelo, inaugurado na confluência da acumulação flexível de capital, consolidação da era tecnológica da informação, práticas de trabalho caracterizadas pela polivalência e das políticas neoliberais de transição à predominância ao setor de serviços, a educação com sua capacidade de atuar no estímulo à ciência e a tecnologia, são essenciais a um projeto que almeje um salto na escala de desenvolvimento, necessitando de participação ativa da base social.

Esse processo tem criado novas bases de formação social, no qual, contraditoriamente, à era das tecnologias é inevitável a necessidade de massificação da ciência ao conjunto social.

A ciência entendida para a formação geral sólida, capacidade de prover aos sujeitos o conjunto do conhecimento para que ampliem e atuem de maneira proativa na sua vida produtiva, através da observação crítica em busca de soluções, a iniciativa, criatividade, capacidade de trabalho coletivo, competência para múltiplas atividades, tem elevado como necessário ao conjunto social a aproximação entre trabalho e educação em favor da reprodução capitalista.

Entretanto, ao estabelecer uma reforma do ensino médio que não integra as áreas do conhecimento, que fortalece a fragmentação e a especialização, restringe a formação geral e em conjunto aprova-se uma reforma trabalhista que aprofunda as condições da desigualdade social, através da precarização do trabalho, acaba por induzir ao afastamento dos sujeitos da relação necessária entre o trabalho e educação.

Corbuccio (2011) vai demonstrar como que o aumento do desemprego leva a um afastamento dos sujeitos da escola, entre o princípio emprego e a educação, o primeiro que induz a participação no segundo. Ou seja, é a valorização do trabalho formal, da melhoria da renda é que estimula aos

sujeitos o retorno e a formação continuada, não o seu inverso.

Alves (2014) em seu conceito do (novo) precariado, vai demonstrar como que no período recente a estruturação de um mercado de trabalho no Brasil de aumento da precarização através da alta rotatividade, perda de direitos e renda da massa salarial, tem impactado de maneira estrutural e desarticulando o processo de alavancagem a um projeto de desenvolvimento transformador da estrutura social desigual brasileira.

Os limites dessa modernização situam-se como já argumentava Prado Jr. nos anos 40, na impossibilidade de um desenvolvimento com tendência à ruptura com a dinâmica mundial, que submetia o país à intervenção interna e externa. Outros limites estariam nas necessidades sociais de uma massa populacional numerosa, que deseja sua incorporação na sociedade de consumo de baixo perfil, mas que eleva as demandas do Estado por condições mais dignas de vivência social, educação, saúde, moradia, transporte, trabalho, etc.<sup>5</sup>

Por sua vez, focado em entender o mapa da ocupação no Brasil na década do novo desenvolvimentismo é que Alves (2014) realiza a crítica a uma formação social em que, embora em ritmo acelerado de superação da pobreza<sup>6</sup>, houve um grande contingente populacional que acessou o mercado de trabalho, mas sob condições precárias (rotatividade, terceirização, etc<sup>7</sup>).

5 Tese central pela qual Singer (2012) irá definir o processo como uma “reforma gradual e pacto conservador”.

6 De acordo com o Dieese pobreza é a proporção da população residente com renda domiciliar mensal per capita de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado

Fonte: <[http://geo.dieese.org.br/supprof/indicadores/indicador\\_11.php](http://geo.dieese.org.br/supprof/indicadores/indicador_11.php)> (acesso 4 de janeiro de 2015).

7 **“O neodesenvolvimentismo como modernização conservadora no Brasil nos projetou historicamente para um novo campo de possibilidade do pensamento crítico** capaz de elaborar um entendimento radical da civilização planetária do capital. O Brasil está hoje no centro das misérias do capitalismo global, articulando, em si e para si, as contradições sociais hipertardias da ordem metabólica do capital. Instigados pelo choque de capitalismo da década de 2000, procuramos exercer a crítica do modo de civilização burguês, que encontra no Brasil do século XXI, sua feição grotesca. **A crítica do neodesenvolvimentismo é**

Ao observar o processo brasileiro, nota-se nesses segmentos o perfil do (novo)preariado sinalizado por Alves (2014): mesmo jovens que possuem boa formação, advindos dos principais centros universitários brasileiros, se inserem em um mercado de trabalho precarizado, informal, fora da sua área de formação e com alta rotatividade.

A persistência do desemprego de jovens altamente escolarizados apenas indica uma nova (e perversa) dinâmica no mercado laboral, que não se restringe ao Brasil, mas que opera hoje nos países capitalistas mais desenvolvidos, onde se tornou perceptível a camada social do precariado, a nova camada social da 'classe' do proletariado. Apesar da tendência de crescimento da desocupação entre pessoas com ensino superior no Brasil, a taxa de emprego de quem possui o ensino superior atinge 85% na população entre 25 e 64 anos, maior que, por exemplo, a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na OCDE o percentual é de 84% (aqueles que têm apenas o ensino médio possuem uma taxa de emprego de 70%). Na verdade, o desemprego juvenil é apenas a ponta do iceberg da nova condição de proletariedade na qual está imersa a juventude que trabalha do século XXI. (ALVES, 2014, p. 59).

As cadeias produtivas globais têm se caracterizado por maior incorporação de tecnologia, não exclusivamente ao setor produtivo, mas a toda a dinâmica de reprodução do capital no processo de valorização do valor. Situando-se em uma maior participação do conhecimento. Contudo, sem uma clara diretriz no sentido do estabelecimento de um projeto nacional que valoriza o emprego formal, que usa da institucionalidade da escola na formação e massificação da elevação da cultura científica, a inserção brasileira estará circunscrita na tradição de reforço do seu sentido periférico em âmbito global.

**efetivamente a crítica de um padrão civilizatório capitalista hipertardio que encontrou seus limites históricos.** Não devemos nos iludir com possibilidades civilizatórias do capital do século XXI, principalmente na borda periférica como é caso do Brasil; **o que não significa que não haja contradições candentes entre promessas civilizatórias (postas como ideologia) e a efetividades da barbárie social.** Talvez o resgate da crítica radical do metabolismo do capital possa contribuir para a percepção das dimensões da precarização do trabalho como precarização do homem como ser humano-genérico." (ALVES, 2014, p. 108 – grifos meus).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer reforma do Ensino Médio, portanto, deveria ser capaz de se realizar em quatro elementos: o currículo, a estrutura escolar, a formação de professores e o seu financiamento.

Observar a luz do que foi realizado na Lei nº 13.415/2017, ela agiu de maneira célere e sem a devida participação social, como discorre Ferreira et alii (2017). Agiu de maneira a desconsiderar o acúmulo histórico e a tradição em torno dessa etapa formativa. Sua antecipação causou estranhamento por não ser a reforma do ensino médio o resultado do que passaria a definir a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), devendo esta ser a indutora da reforma e não o contrário.

Há um claro descompasso entre a proposta estabelecida na reforma e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação com relação a integração curricular, e como a Lei nº 13.415/2017 passou a fragmentar ainda mais as áreas do conhecimento nos itinerários formativos, não estabelecendo sua possibilidade de integração.

No campo da formação de professores e da atuação docente, aparenta-se para o esvaziamento da figura do professor na escola e sua desprofissionalização, sobretudo na sua mudança do artigo 36 referentes ao itinerário formativo Formação Técnica e Profissional, com o professor de notório saber.

Sobre o financiamento, com a aprovação da lei do gasto do teto, retirando recursos da educação e mesmo estabelecendo seu financiamento somente para 10 anos, a lei não garante às escolas estaduais os recursos necessários para essa medida. Assim como não deve atingir as mais de 30 mil escolas espalhadas no território nacional, responsáveis por mais de 80% das matrículas desses jovens, que estão nas escolas públicas.

Ainda pior, é o total esquecimento em questão da infraestrutura escolar, com nenhuma ponderação sobre a necessidade de estruturação de salas, ambientes, laboratórios, quadras, refeitórios, etc.

Para tal, assegurar a formação ampliada, de sólida formação geral com competente formação profissional que só pode ser atingida se nossa finalidade for prover aos trabalhadores o acesso à cultura crítica de nossa formação sócio histórica e de elaboração sofisticada da ciência e de acesso democrático à tecnologia.

A contradição do capital exige-se que os excluídos tenham acesso à ciência e tecnologia à manutenção da valorização do valor. E como atuar nessa direção em sua íntima relação com o conhecimento sócio-histórico? Como massificar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico ao interesse da reprodução capitalista sem forjar os elementos metodológicos e epistêmicos que podem ensejar sua concepção crítica?

O caráter conservador de análises sobre a Educação Profissional e Tecnológica está na ampliação da educação de maneira restrita à vinculação à formação profissional, mas também de caráter que negam as necessidades de formação, por pensarem exclusivamente no horizonte da oferta do mercado de trabalho.

Para os trabalhadores a “escola é o único espaço disponível para aprender e compreender o mundo do trabalho, pela mediação do conhecimento [sistematicamente elaborado], como produto e como processo das práxis humana, na perspectiva da produção material e social da existência.” (KUENZER, 2000, p. 34).

Quando na contemporaneidade há a aproximação entre o trabalho e a educação, devido as exigências econômicas que reclamam o uso intensivo do conhecimento e da educação, paradoxalmente vai se esgarçando a especificidade do vínculo formal de emprego.

Contudo, deve-se contar que será no conhecimento elaborado que o fazer político vai reclamar aos trabalhadores sua parcela na distribuição da riqueza.

A escola com formação propedêutica sirva a inclusão dos incluídos. O ensino médio deve ser unificado por sua finalidade que é: igualdade de direitos, não de uma abstração na lei, mas na conquista real da destruição das desigualdades que se dá pela atividade no real.

Para os que vivem do trabalho, a escola pública de qualidade é a única alternativa para a apropriação do conhecimento sócio-histórico, científico e tecnológico. A escola possibilita o acesso ao conhecimento que dificilmente teria fora dela. “É a escola, portanto, que lhe propiciará oportunidades de estabelecer relações com os distintos campos do conhecimento, no sentido de exercer seu direito a escolhas, ao mesmo tempo que supera suas dificuldades em face de suas experiências anteriores.” (KUENZER, 2000, p. 31).

## REFERÊNCIAS:

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. (coordenadoras). Ensino médio: múltiplas vozes. Brasília: Unesco, 2003.
- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e Neodesenvolvimentismo. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. São Paulo: Canal 6 Editora, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Decreto Lei nº 9.934/1996.
- CORBUCCI, Paulo Roberto. Dimensões estratégicas e limites do papel da educação para o desenvolvimento brasileiro. Revista Brasileira de Educação. v. 16, n 48, Rio de Janeiro, set/dez., 2011.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200.
- DIEESE. Qualificação Social e Profissional. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Livro 4. São Paulo, 2015.
- DOURADO Luiz Fernandes (2007). Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. Educação & Sociedade. Campinas-SP. Vol. 28, N. 100 - Especial, p. 921-946, out. <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>
- FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Mônica Ribeiro da. Centralidade do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. Revista Educação & Sociedade, vol. 38, nº 139, p. 287-292, abr.-jun., 2017.
- KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora e para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. Revista Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, abril de 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Capital. Livro I, vol. 1. Tradução Reginaldo Sant'Anna. – 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MITRULIS, Eleny. Resenhas. Ensino médio: múltiplas vozes. Brasília e Escola e Juventude: o aprender a aprender. Cadernos de Pesquisa, n. 120, novembro, 2003. <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n120/a13n120.pdf>> acesso maio de 2017.
- NERI, Marcelo. (coord.). O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2009.
- NOSELLA, Paolo. Ensino Médio unitário ou multiforme? Revista Brasileira de Educação. V.20, n.60, jan./mar.2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- REIS Jr, Reinaldo. L.. Ensino Médio Integrado: Correlação de força de uma escola em disputa.. In: Adilson Cesar Araujo e Cláudio Nei Nascimento da Silva. (Org.). Ensino Médio Integrado No Brasil: Fundamentos Práticos e Desafios. 1ed. Brasília: Editora IFB, 2017, v. 1, p. 339-357.
- SINGER, André. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Regina Magalhães de. Escola e Juventude: o aprender a aprender. São Paulo: Educ, Fapesp, Paulus, 2003.
- ZIBAS, Dagmar M. L. (2005). Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. Educação & Sociedade. Vol.26, N.92, pp. 1067-1086. <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a16.pdf>

# Um projeto de educação para um projeto de desenvolvimento nacional: o papel dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia

Lucas Coradini<sup>1</sup>  
Alexandre Martins Vidor<sup>2</sup>

**Resumo:** As principais economias mundiais, em algum momento de sua história, dedicaram investimentos à educação, ciência e tecnologia, como forma de aumentar o nível de escolaridade da população, a qualificação de seus trabalhadores e a competitividade no mercado internacional. No Brasil, percebem-se longos períodos de ausência de um projeto educacional vinculado a um projeto de desenvolvimento, e descontinuidades entre as políticas de estado voltadas à educação. Este cenário começa a mudar a partir da recente criação da rede de ensino profissional, técnica e tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que, a partir da sua capilaridade, interiorização e proposta pedagógica inovadora, desponta como alternativa para a superação das desigualdades regionais, qualificação dos trabalhadores, exercendo papel de agente de desenvolvimento dos territórios através do ensino, pesquisa e extensão direcionados aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais. O artigo resgata o histórico da educação profissional no país, o contexto de criação dos Institutos Federais, e o potencial que a rede apresenta para um projeto de desenvolvimento nacional.

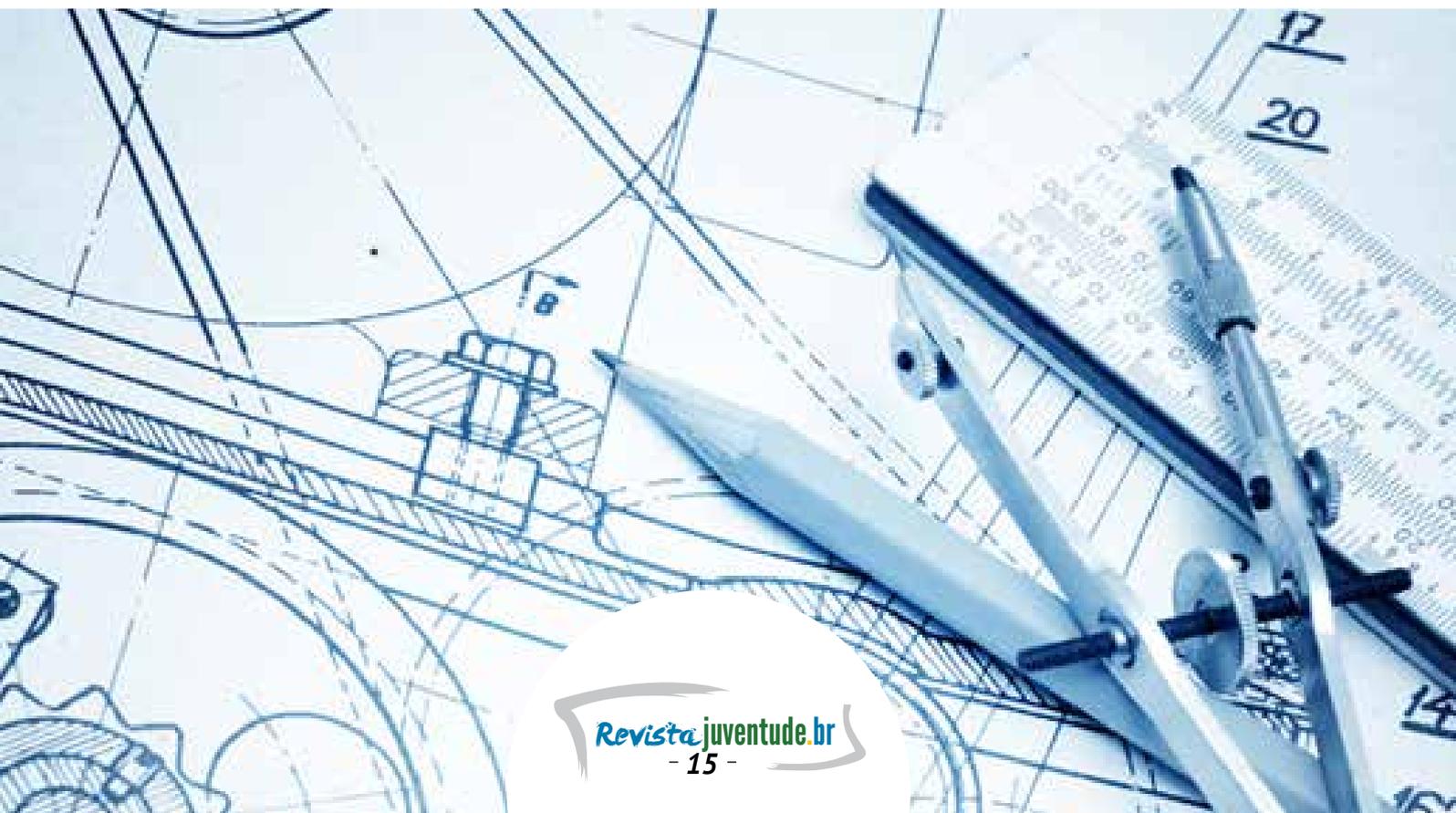
**Palavras-chaves:** educação profissional; desenvolvimento regional; políticas públicas.

Em 1979, o nobel Theodore Schultz, à época professor na Universidade de Chicago, já falava sobre a relação existente entre aumento de investimentos em educação e aumento da

1 Mestre em Sociologia, Doutor em Ciência Política, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Rio Grande do Sul.

2 Mestre em Economia, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.



produtividade, dos salários, e desenvolvimento da economia como um todo. Em seus estudos percebeu que os países desenvolvidos possuíam maior investimento em “capital humano”, na qualificação dos trabalhadores, do que em “capital físico”, como infraestrutura. Para Schultz, além de desenvolvimento econômico, a educação produz também desenvolvimento social, pois gera, num contexto micro, habilidades para o indivíduo que beneficiam tanto a si quanto aos outros ao seu redor.

Na mesma linha, o também nobel, Robert Solow (1987), afirmava que a tecnologia aplicada aos meios de produção é um dos principais fatores para a expansão econômica e, por isso, a educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento. Para Solow, à medida que indivíduos acessam a educação se produzem melhores ideias e se promove a inovação tecnológica, o que torna o incentivo à criatividade humana o instrumento mais influente na economia.

A educação ocupa centralidade nos processos de desenvolvimento dos estados-nações nos mais diferentes contextos, dos Tigres Asiáticos ao reconhecido modelo finlandês, até o fenômeno tecnológico do Vale do Silício. Avanços sociais e econômicos estão historicamente associados a saltos tecnológicos, das grandes navegações à Revolução Industrial. Contudo, enquanto as sociedades do conhecimento – que hoje é ativo mais influente nas relações de produção e dominação contemporâneas – convergem pesados investimentos em educação, ciência e tecnologia, o Brasil, por muito tempo pareceu negligenciar um projeto de desenvolvimento nacional vinculado por um projeto de educação, ciência e tecnologia. E assim tem resumido seu papel na geopolítica mundial à exploração primária, produção de monoculturas agrícolas, exportação de petróleo cru e minério - não raras vezes dissociada de qualquer senso de preocupação ambiental - cada vez mais subordinado às medidas protecionistas dos mercados consumidores internacionais. Enquanto o Brasil concentra seu PIB em commodities, sofre as consequências de uma balança comercial altamente desvantajosa, ao exportar produtos de baixo valor agregado e importar itens de tecnologia com elevado valor agregado.

Contribui para este quadro o fato de que o investimento em educação, pesquisa e inovação jamais foi prioridade entre as políticas públicas, que de longe dão conta das garantias básicas previstas pela Constituição Federal, em uma realidade em que milhares de jovens estejam afastados dos bancos escolares e as oportunidades educacionais às populações mais pobres sigam limitadas. Segundo Filho (2015), o principal problema do nosso país é que não conseguimos combinar crescimento da produtividade com avanço social. Mesmo nos períodos de atingimento de superavit primário, o retorno em investimento em educação, ciência e tecnologia têm se mostrado insuficientes.

A título de comparação, em 1960 a população brasileira tinha apenas pouco mais do que dois anos de estudo em média, equiparando-se com o México e muito próximo à Coreia, cuja população tinha apenas três anos de escolaridade em média. Nesses países, à época, presenciava-se um grande contingente de analfabetos. No mesmo período a população americana já alcançava uma média de nove anos de estudo. Entre 1960 e 1980, o Brasil avançou muito pouco em termos educacionais, em um período marcado pelo aumento da produtividade e da transferência de grande parcela da população do campo para a cidade, saindo

do setor agrícola pouco produtivo para uma indústria incipiente mas em franco desenvolvimento. Contudo, sem nenhuma política de qualificação dos trabalhadores, o mercado brasileiro padecia de mão de obra especializada. No mesmo período, a Coreia atingia oito anos de escolaridade média, patamar que o Chile atingiu em 1990, e que o Brasil só chegou a alcançar em 2010 (25 anos após a Coreia). Nos Estados Unidos a população adulta tem quase 14 anos de estudo atualmente.

Pode-se afirmar que o avanço educacional brasileiro mais significativo é identificado entre 1990 e 2014, em decorrência de alguns fatores. Primeiramente, a constituição de 1988 incentivou a descentralização da gestão da educação para os municípios e estabeleceu limites mínimos de gastos com educação, garantindo investimentos. Adicionalmente, o Fundef em 1998 redistribuiu os gastos dos municípios ricos com poucos alunos para os municípios pobres com mais alunos, equalizando os gastos por aluno dentro de cada Estado. Em terceiro lugar, os programas de progressão continuada diminuíram as expressivas taxas de retenção escolar que vigoravam no Brasil (cerca de 40%), diminuindo também a evasão. Em quarto lugar, colaboraram para a melhora do cenário os programas Bolsa-Escola e Bolsa-Família, que aumentaram a frequência escolar entre as famílias mais pobres, pois exigiam essa frequência como contrapartida para a transferência de renda. Por fim, podemos destacar a expressiva expansão de oferta de educação profissional, a partir da criação dos institutos federais a partir de 2008.

Apesar disso, o Brasil possui ainda nos dias atuais 2,48 milhões de crianças e adolescentes de 4 e 17 anos fora da escola, conforme resultados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2015). Cerca de 60% desses (1,54 milhão) possuíam de 15 a 17 anos. Do número total de alunos fora da escola, 1,5 milhões são de jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar matriculados no ensino médio. Esta foi a modalidade que apresentou o crescimento mais tímido de inclusão na última década: de 78,8% para apenas 82,6% de 2005 a 2015. Esta situação é agravada quando observamos a precarização da inserção juvenil no mercado de trabalho. Segundo os dados do Mapa do Trabalho Infantil, 2,7 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalham no Brasil. Destes, apenas 406 mil representam maiores de 14 anos que trabalham com carteira assinada, os demais caracterizam-se como trabalho infantil e estão sujeitos às mais variadas formas de exploração.

Se, por um lado, a educação básica tem se mostrado deficitária e com grandes disparidades regionais, por outro, a educação superior tem se destacado em diversos indicadores de qualidade e tem absorvido uma parcela significativa dos investimentos federais em educação. Contudo, ainda que universidades públicas desenvolverem um importante papel no desenvolvimento de pesquisas básicas e terem significativo reconhecimento na comunidade científica – com crescentes índices de publicações de impacto - o seu acesso têm sido, desde as origens, reservado a um percentual muito reduzido da população, em especial aos filhos das elites e parte da classe média, que buscam na qualidade do ensino e as distinções acadêmicas necessárias à manutenção do status quo. Mesmo a muito recente política de ações afirmativas, que inclui de reserva de vagas por cotas étnico-raciais e a estudantes oriundos da escola pública, e até processos seletivos diferenciados para estudantes indígenas – que demonstra um importante esforço pela inclusão - as

universidades constituem-se ainda ilhas de excelência que muito pouco colaboram para a transformação social e a superação dos problemas que circundam seus muros, apesar da ligeira mobilidade social que possam gerar entre os indivíduos que a acessam.

Por isso tornou-se necessário ir além das medidas paliativas para desenvolver um projeto educacional alinhado a um projeto de desenvolvimento econômico e social. Um projeto de educação comprometido com o desenvolvimento dos arranjos produtivos dos territórios, com abrangência nacional, e que assuma a democratização do ensino como princípio. Nesse espírito iniciaram-se as discussões sobre uma política de ensino profissional, técnico e tecnológico, que mais tarde deram origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Através da Lei 11.892, de 2008, esta institucionalidade assumiu como objetivo a atuação desde o ensino básico à pós-graduação, desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão alinhados aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais dos territórios em que se inserem. Agregando o conceito de verticalidade – que propicia a elevação da escolaridade através das diferentes modalidades de ensino – com o conceito de politecnia e ensino integrado, onde a dimensão humanística e cidadã não é dissociada da formação de competências para o mundo do trabalho.

## CONTEXTO DE CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A rede federal de educação profissional e tecnológica foi instituída no Brasil em 1909, através do Decreto de n.º 7.566, assinado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, com a criação de 19 escolas de aprendizes artífices. A justificativa do estado brasileiro para a criação desse conjunto de escolas, à época, se deu pela necessidade de prover as classes proletárias de condições que lhe garantissem o sustento, ou seja, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão adotada na fundamentação do Decreto.

Neste contexto histórico, as escolas de aprendizes artífices tinham associação direta à qualificação da mão de obra, mas também com controle social, uma vez que ofertava qualificação profissional aos filhos das classes proletárias e jovens em situação de vulnerabilidade social.

A partir de 1930, a economia brasileira passa por profundas mudanças, quando há o deslocamento de investimentos antes alocados nas atividades agroexportadoras para a industrial. Esse novo momento influenciou a educação profissional brasileira, tendo a Constituição Federal de 1937 previsto expressamente o ensino técnico, profissional e industrial. Dessa forma as escolas de aprendizes artífices foram transformadas em Liceus Industriais.

Em 1942, os Liceus foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas, momento em que passam a ofertar ensino e formação profissional em nível equiparado ao ensino médio. Foi quando se deu a vinculação do ensino industrial à educação formal brasileira, visto que os alunos formados nessas instituições passaram a ter o direito de ingressar no ensino superior nas áreas equivalentes a sua formação.

Com o aprofundamento da relação entre Estado e Economia, nas décadas de 50 e 60, com acentuado investimento na infraestrutura do país, com destaque para as áreas de energia e transporte, em parte motivado pela indústria automobilística, mais uma vez a educação profissional e tecnológica passa por mudanças, influenciada pela necessidade de formar mão de obra qualificada

para os setores industriais, indispensável para a idealizada aceleração do processo de industrialização. Diante da conjuntura vivenciada pelo país, foi em 1959 que as Escolas Industriais e Técnicas tornaram-se autarquias com autonomia didática e de gestão e passaram a se denominar Escolas Técnicas Federais.

Em 1961, a Lei n.º 4.024, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino profissional passou a ser equiparado ao ensino acadêmico. Com posteriores alterações na LDB, em 1971, o currículo do chamado 2º grau tornou obrigatório o ensino técnico-profissional, com o objetivo de aumentar sobremaneira a formação técnica, para atender à oferta de trabalho aberta pela aquecida indústria nacional.

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Rio de Janeiro e Paraná são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Essa nova institucionalidade tinha como atribuição, inicialmente, a formação de engenheiros de operação e tecnólogos. Neste mesmo período foram criadas as Escolas Agrotécnicas Federais. Este processo de transformação institucional se consolida em 1994, quando promulgada a Lei 8.948, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

Influenciada por inspiração neoliberal, com ideários filosóficos que embasam o Estado Mínimo, e com fortes reflexos na rede federal de educação profissional e tecnológica, a Lei 8.948/94 trouxe mudanças profundas que ocasionaram graves consequências, principalmente quanto ao sucateamento do ensino público federal. O art. 3º, § 5º, determinou que “a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino” (BRASIL, 1994 – grifo nosso).

Em 1997, o Decreto 2.208 alterou as bases curriculares da educação profissional, ao estabelecer, em seu art. 5º, que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este”. (BRASIL, 1997) A determinação da norma impediu a oferta de ensino médio integrado ao técnico-profissional, o que acarretou graves consequências na formação integral do aluno oriundo das instituições de educação profissional.

No ano de 2004, a rede federal de educação profissional e tecnológica ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino. O Decreto 5.154/2004, revogando o Decreto 2.208/97, rearticula a educação profissional técnica de nível médio integrada, retomando a trilha que forjou a rede federal de educação profissional.

Ademais, a Lei 11.195/2005 alterou a legislação que impedia a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, tutelando, no seu art. 3º, § 5º, que “a expansão da oferta de educação profissional, mediante criação de novas unidades de ensino por parte União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.” (BRASIL, 2005 – grifo nosso).

Até este exato momento histórico, a rede federal de educação profissional e tecnológica contava com 140 unidades de ensino.

## PLANO DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Até 2005, existiam no Brasil 140 unidades federais de ensino tecnológico, distribuídas entre escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas federais e centros federais de educação profissional e tecnológica. Neste mesmo ano, quando iniciado o plano de expansão da educação profissional e tecnológica no país, foi deflagrada a instalação de 214 novas unidades de ensino, espalhadas principalmente pelo interior do Brasil, com a finalidade de alavancar o desenvolvimento das regiões onde estavam inseridas.

A implantação, em cada cidade polo do país, de uma escola técnica – designação genérica para o conjunto de instituições federais de educação profissional e tecnológica – está sujeita as diretrizes do Governo Federal, segundo o qual se propõe a integração dos projetos sociais às ações de desenvolvimento territorial e ao fomento à atividade produtiva, de sorte que as iniciativas de cada uma das áreas da Administração Pública sejam fortalecidas pela sinergia decorrente dos encaminhamentos tomados conjuntamente.

Neste íterim, a implantação de novos campus associa-se ao fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APLs, ao atendimento das áreas de assentamento rural, ao incremento das ações de empreendedorismo e associativismo, ao desenvolvimento das áreas de fronteira, entre outros.

Consoante se verifica do Relatório de Gestão Anual de 2009, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, a escolha das localidades contempladas no Plano de Expansão orienta-se pela abordagem conjunta de vários critérios, entre os quais destacamos (i) a distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino; (ii) a cobertura do maior número possível de mesorregiões; (iii) a sintonia com os arranjos produtivos locais; (iv) o aproveitamento de infraestruturas físicas existentes e (v) a identificação de potenciais parcerias.

### A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS INSTITUTOS FEDERAIS: CAPILARIDADE E INTERIORIZAÇÃO

As instituições federais de educação profissional e tecnológica possuem uma abrangência superior ao das microrregiões em que estão inseridas, de maneira que os alunos não são provenientes de um único município. É comum, principalmente em unidades localizadas em regiões do interior do estado, que os alunos sejam provenientes de diversos outros municípios, levando-se em conta a extensão territorial e a maior ou menor presença de outras instituições de ensino na região.

Essa realidade foi considerada como critério para criação de uma nova unidade de ensino da rede federal de educação profissional e tecnológica, tendo em vista assegurar uma distribuição territorial equilibrada das unidades de ensino, fator de fundamental importância em um país de dimensões continentais. Por isso, a escolha das localidades foi definida observando a distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino, o que implica a não inclusão de localidades que estejam no raio de abrangência das instituições já existentes. Ademais, a expansão

da rede representou uma forma de “interiorização” do ensino sem precedentes, proporcionando acesso à educação profissional a comunidades que jamais a tiveram, amenizando ao menos em parte a dívida histórica do estado brasileiro com a oferta educacional nas periferias e no rural.

Figura 1. Distribuição geográfica dos campi dos Institutos Federais



Fonte: SETEC/MEC (2015)

Hoje, os institutos federais contam com 589 unidades de ensino, que compreendem 10.643 cursos, em um universo de 947.794 estudantes matriculados, em todos estados da federação. Destes, 55,08% das matrículas são no nível técnico, 25,61% em graduações, 15,59% em qualificação profissional através de cursos de Formação inicial ou Formação Continuada, e ainda 3,69% em pós-graduações, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha (2018).

Importante destacar que a identificação de cidades polo não foi pautada tão somente pelo aspecto populacional, uma vez que na maior parte dos estados brasileiros há uma nítida concentração de municípios de grande população nos arredores da capital, constituindo uma região metropolitana. Essa constatação é fundamental para compreender a lógica que orientou as escolhas das localidades onde se implantou um novo campus. Dada a distribuição geográfica das unidades já existentes, foram mapeados todos os espaços não abrangidos pelas instituições já instaladas. Destarte, foram identificadas as meso e microrregiões não atendidas pelos campus preexistentes, o que possibilitou que a definição de cidades polo contemplasse as realidades de âmbito local e regional.

Dessa forma, uma cidade polo será o município que reúne características de centro gravitacional da atividade econômica e cultural, numa dada mesorregião, e que em razão dessa realidade possui importância estratégica para o seu desenvolvimento socioeconômico. Assim, a distribuição das novas unidades contemplou o maior número possível de mesorregiões em cada estado.

## OS INSTITUTOS ENQUANTO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS: SINTONIA COM OS ARRANJOS SOCIAIS, CULTURAIS E PRODUTIVOS LOCAIS

A implantação de unidades de ensino profissional e tecnológico, em áreas de reconhecido potencial de desenvolvimento socioeconômico, orienta-se pela preocupação de oferecer às diversas matrizes produtivas uma solução ao problema recorrente de ausência de mão de obra especializada, sem esquecer outras competências que não somente aquelas afeitas ao mundo do trabalho.

O atendimento às mesorregiões conduz a uma relação de unidades de ensino orientada por variados arranjos produtivos locais, correspondentes a diferentes realidades abrangidas. A CF/88, em seu art. 3º, tutela os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estabelecidos como princípios constitucionais fundamentais. Dada a sua característica teleológica, eles geram eficácia a todo o ordenamento jurídico brasileiro, o que significa dizer que a norma infraconstitucional deve estar em consonância com o que o princípio determina. Em virtude da importância que o tema encerra, o legislador constituinte tutelou, como um dos objetivos fundamentais da república, no inciso III do supramencionado art. 3º, o princípio de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988). Nesse prisma, pode-se afirmar que a CF/88 demonstrou clara preocupação com a promoção do desenvolvimento equilibrado, assumindo o compromisso de combater as disparidades regionais.

Ainda na esteira constitucional, o art. 170, ao inaugurar o capítulo referente aos princípios gerais da atividade econômica, dispôs que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social. Contudo, devem ser observados determinados princípios, tais como a soberania nacional, a propriedade, a livre concorrência, a defesa do consumidor e do meio ambiente, a busca do pleno emprego e, sobretudo, a redução das desigualdades regionais e sociais, nos termos do inciso VII, do supramencionado art. 170 da CF/88 (BRASIL, 1988).

Grau (2013) assevera que o princípio inscrito no art. 3º, inciso III, é reafirmado no art. 170, no sentido de se tentar superar as desigualdades existentes entre as regiões brasileiras. Alude que o enunciado reconhece a caracterização de uma realidade nacional, notadamente no que se refere à pobreza, à marginalização e às desigualdades sociais e regionais. Retrata o momento em que se evidencia um quadro de subdesenvolvimento que, todavia, se pretende reverter. Destaca que os problemas regionais não podem ser tratados dissociados de um contexto nacional, o que não significa desconhecer as especificidades regionais, mas sim que devem ser compreendidas inseridas no todo nacional.

Nesta conjuntura, com a pretensão de atender ao mandamento constitucional, em 2004, a PNDR foi instituída com o objetivo de combater as disparidades existentes entre as mais diversas regiões brasileiras, embora tenha sido institucionalizada em 2007, com a publicação do Decreto 6.047. Como se verifica do diploma legal, o enfrentamento dos desequilíbrios regionais foi apresentado como indissociável da estratégia de desenvolvimento

do país, ao estabelecer, já no seu art. 1º, como objetivo da PNDR, "a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, devendo orientar os programas e ações federais no território nacional" (BRASIL, 2007). E, desta forma, sob forte influência dos debates gerados a partir da resignificação do desenvolvimento regional, foram criados os institutos federais, por meio da Lei 11.892, de 2008.

Ao se analisar os dispositivos legais que instituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), mediante a sanção da Lei 11.892, de 2008, se verifica, numa interpretação sistemática da norma jurídica, que uma série de princípios e instrumentos foram tutelados com o intuito de concretizar ações em direção do desenvolvimento territorial. Fruto do esforço de se estabelecer um marco teórico institucional, se percebe a construção de conceitos, edificados sobre iniciativas de desenvolvimento de base territorial.

Neste sentido, ao se verificar as finalidades, características e objetivos dos IFs, consoante dispõe os art. 6º e 7º da citada Lei 11.892, de 2008, se denota que é comum encontrar adjetivações ao termo desenvolvimento, com referências ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; desenvolvimento científico e tecnológico; desenvolvimento crítico; desenvolvimento sustentável; desenvolvimento cultural; desenvolvimento humano, etc. Embora num primeiro olhar o excessivo uso de termos possa trazer incerteza conceitual, é na documentação institucional que se verifica que a abordagem de desenvolvimento emerge do conceito de território. Tal premissa está consubstanciada no documento "Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia", do MEC, que abordou os aspectos teóricos que fundamentaram as finalidades dos IFs e o enfoque de desenvolvimento territorial adotado (BRASIL, 2008b).

Desta forma, é institucional o entendimento de que é no território que se materializa o desenvolvimento local e regional. Segundo as concepções e diretrizes dos IFs, explicitadas no documento institucional da lavra do MEC, o território, na perspectiva da análise social, só se torna um conceito a partir de seu uso, quando é pensado juntamente com atores que dele fazem uso. E são esses atores que exercem o diálogo com o território usado, "diálogo esse que inclui as coisas naturais e socioculturais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual" (BRASIL, 2008b, p. 24).

Na doutrina econômica especializada, que estuda os modelos de crescimento regional, é possível se verificar linhas argumentativas que enfocam teorias de desenvolvimento de base territorial, muito similares aos fundamentos institucionais que caracterizaram as concepções e diretrizes dos IFs. Santos (2013), ao escrever sobre a perspectiva territorialista, após relatar as suas origens históricas e o objetivo de articular a abordagem territorial às dinâmicas de desenvolvimento, faz importantes observações quanto aos fundamentos que emergem dessas teorias.

Ao dialogar com as impressões de Pedroso (1998), Santos (2013) refere que o ponto de partida dos territorialistas se deu na crítica de uma perspectiva do desenvolvimento que se fundamenta na maximização das oportunidades econômicas, compreendidas como exógenas às estratégias dos atores do território e aos fatores socioculturais. Avalia que foi o momento que se erigiu, de forma permanente, "o território à categoria de sujeito activo de desenvolvimento" (SANTOS, 2013, p. 220).

Ao interagir com a visão seguida por Stohr (1984), Santos (2013) destaca que os modelos de desenvolvimento territorial

acentuam a inovação em nível social, político e institucional. Refere que no âmbito do território são valorizados os padrões sociais locais, como a existência de laços comunitários e espírito associativo, elementos importantes no evoluir social. Destaca que a descentralização da política de desenvolvimento territorial, além de valorizar o papel da administração pública nos níveis locais e regionais, favorece a participação das forças sociais e econômicas existentes na formulação de estratégias de ação.

### **MAIS DO QUE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE, UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO: A PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA**

De acordo com o documento base Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais, o Brasil hoje participa de uma revolução tecnológica com grau relevante de conhecimento no processo de transformação da base científica e tecnológica, conduzindo para novas exigências na formação dos trabalhadores. Segundo Pochmann ET AL (2007), o Brasil está vivendo atualmente uma nova “geoeconomia do emprego”, em que há uma “desconexão” entre a realidade do mundo de trabalho e a realidade do sistema de formação.

Dados do (IBGE) apontam que jovens com baixa instrução representam quase 30% dos brasileiros entre 18 e 25 anos, indivíduos que não tem sequer 8 anos de estudo. Sendo que, dos jovens que estudam, 56% apresentam defasagem idade/série, muito em decorrência da incompatibilidade entre o desenvolvimento de um projeto educacional e o imperativo da inserção precoce no mercado de trabalho. A formação do trabalhador, por isso, exige que se estabeleça uma integração entre a educação profissional e o mundo da produção e do trabalho. Nesse sentido, sem ignorar o cenário da produção, tendo o trabalho como seu elemento constituinte, propõe-se uma educação em que o domínio intelectual da tecnologia se construa a partir da cultura.

O projeto dos Institutos Federais foi amparado por um arcabouço teórico que entendia o modelo institucional de Educação Profissional como algo que não deve qualificar simplesmente para o mercado, mas para a vida. Em A Educação para além do capital, István Mészáros aponta que pensar a sociedade tendo como parâmetro o ser humano exige a superação da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos. Aponta, também, que educar é – citando Gramsci – é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho e com as suas possibilidades criativas e emancipatórias (AGUIAR; PACHECO, 2017).

Segundo Aguiar e Pacheco (2017), a opção de desenvolver pesquisa científica acompanhada de um forte processo de extensão inclusiva, feita pelos Institutos Federais, contribui efetivamente para a abertura de uma nova etapa no convívio social e na construção de uma nova consciência para populações historicamente marginalizadas. Nessas instituições, combate-se de forma permanente as tentativas de, em nome de um pretenso direito de autonomia da pesquisa, acabar por colaborar com os interesses de grandes corporações ou mesmo de transformá-la em um simples objeto de satisfação pessoal (AGUIAR; PACHECO, 2017). Na concepção dos Institutos Federais, depreende-se o princípio Marxista de que uma ciência que se diz autônoma é ideológica; ela

oculta seus comprometimentos sociais, logo, não é nem autônoma nem neutra. Além do mais, a ciência tem um papel político que deve ser cumprido e o fato de estar sempre vinculada à superestrutura de poder é determinado pela esfera econômica. Os detentores do conhecimento científico têm, portanto, de tomar posição política, têm de fazer uma intervenção social com sua prática.

Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é buscada através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos por um corpo de servidores altamente qualificados, das carreiras docente e técnico-administrativa. Estas três dimensões assumem o compromisso com os princípios da democratização do ensino, da inclusão em todas as suas formas, da pluralidade de ideias, livre expressão do pensamento, respeito à diversidade e, por fim, assumir o compromisso com a própria transformação social. Nesse intuito, a formação cidadã precede a formação para o trabalho, buscando através da educação para a emancipação e autonomia a construção de sujeitos críticos, conhecedores de seu papel no mundo do trabalho e nas relações de produção, comprometidos com a superação das desigualdades historicamente estruturadas.

A pesquisa nos Institutos Federais busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, só é válido quando torna-se acessível às comunidades, e por isso está indissociavelmente ligado à atividade extensionista. A extensão desenvolve a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos locais, promovendo a transferência tecnológica e de saberes, em harmonia com os saberes populares ou não formais. Ambas – pesquisa e extensão – podem ser aprimoradas através de incubadoras tecno-sociais e polos de inovação, buscando o desenvolvimento de tecnologias de forma articulada entre a instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras em pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, contribuindo para o desenvolvimento integrado e sustentável.

As ações extensionistas, por sua vez, são compreendidas como processos educativos que integram a formação humana dos pontos de vista cultural e científico, tornando acessível o conhecimento de domínio da instituição, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Há que se ressaltar, ainda, que é por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, isto é, a instituição reflete a partir das demandas e experiências externas, já que à comunidade é que deve a sua razão de existência.

Entende-se que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. É na medida em que socializa seu conhecimento que os institutos têm a oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete e efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação. Esse compromisso social manifesta-se na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania

Para além destas características, podemos citar ainda como diferenciais dessa nova rede de educação profissional:

- Potencial inclusivo e atenção à permanência e êxito dos estudantes através de políticas específicas;
- Verticalidade: oferta de ensino em diferentes níveis e modalidades de ensino, propiciando o desenvolvimento de itinerários formativos dentro de eixos tecnológicos;
- Capacidade de atuação em Rede;
- Destina 50% das vagas à educação técnica de nível médio;
- Mínimo de 20% das vagas é voltado à formação de professores, contribuindo para a qualificação docente nas redes estaduais e municipais;
- Cerca de 30% das vagas são para cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias e pós-graduação (mestrado e doutorado);
- Autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica;
- Políticas para fomento da pesquisa aplicada, inovação e capacitação;
- Cursos voltados ao atendimento dos arranjos produtivos locais;
- Formação de profissionais de excelência com instrução cidadã;
- Estímulo à capacitação e qualificação dos servidores;
- Incentivo à criatividade e práticas inovadoras em educação;
- Políticas consistentes para fomento da pesquisa aplicada, inovação e capacitação;
- Alto grau de transferência de tecnologia aplicada a produtos e processos, por meio da extensão tecnológica.

## O ENSINO INTEGRADO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA

Entende-se que a conquista de cidadania, no sentido da elevação do grau de instrução e de cultura política da população, faz com que ela passe a decodificar e compreender melhor o mundo ao seu redor e possa vir a ter uma participação efetiva numa sociedade em que a ciência está cada vez mais presente, determinando constantes transformações tecnológicas e interferindo em relações sociais. Por isso a capacitação profissional e o desenvolvimento de competências não é dissociado da formação crítica, voltada para a emancipação e autonomia dos sujeitos. Esse conceito de integração é vértice da política pedagógica dos institutos federais, tendo a sua forma mais reconhecida nos cursos de ensino médio que aliam a formação propedêutica à formação técnica.

Para Frigotto, o ensino integrado não se trata apenas

uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, mas uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

Essa concepção de ensino integrado exige a crítica às perspectivas reducionistas de ensino, que se comprometem em desenvolver algumas atividades humanas em detrimento de outras e que, em geral, reservam aos estudantes de origem trabalhadora o desenvolvimento de capacidades cognitivas básicas e instrumentais em detrimento do desenvolvimento de sua força criativa e de sua autonomia intelectual e política. Busca-se, assim, fugir da educação tecnicista e de caráter instrumental, que aliena o trabalhador da compreensão da totalidade do processo produtivo do qual é parte.

Ao abordar os desafios de desenvolvimento de práticas pedagógicas, percebe-se que uma didática integradora requer, necessariamente, embora de forma não suficiente, uma atitude docente integradora, orientada pela ideia de práxis. Trata-se, pois, de compreender a ação pedagógica em sua relação com a totalidade das ações humanas que, sempre, tem repercussões éticas e políticas para a vida social, bem como a necessária dependência entre os saberes específicos e locais ao conjunto de saberes sociais. A ação didática integradora ganha sentido assim enquanto ação ético-política de promoção da integração entre os saberes e práticas locais com as práticas sociais globais bem como quando promove a compreensão dos objetos em sua relação com a totalidade social (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

Em sua organização curricular, a educação escolar brasileira é marcada por formas curriculares instrumentais e promotoras de um tipo humano conformado, política e pedagogicamente. Esse caráter utilitarista tem sua expressão máxima na Pedagogia das Competências, que assumiu centralidade nas formulações educacionais oficiais na década de 1990, inspirada na Filosofia Pragmática, que tinha na utilidade prática o critério para a definição e a organização dos conteúdos formativos. Assim, os desenhos curriculares recorriam aos saberes, habilidades e atitudes apenas na medida da possibilidade de promoverem alguma capacidade específica requerida pelo mercado. Ou seja, aquilo que não se revelasse imediatamente útil não deveria ser incorporado nos currículos. É em contraponto a esse modelo que a proposta pedagógica do ensino integrado cumpre com sua finalidade de formar na perspectiva da totalidade se assumir a liberdade como utopia, mantendo íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital.

Assim, a perspectiva da integração redefine a utilidade dos conteúdos, que passa a ser concebida não na perspectiva imediata do mercado, mas tendo como referência a sua utilidade social. Os conteúdos são selecionados e organizados na medida de sua possibilidade de promover comportamentos que promovam o ser humano e instrumentalizem o reconhecimento da essência da sociedade e a sua transformação. Procura-se, com isto, formar o indivíduo em suas múltiplas capacidades: de trabalhar, de viver coletivamente e agir autonomamente sobre a realidade, contribuindo para a construção de uma sociabilidade de

fraternidade e de justiça social (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do arcabouço legal e documental que fundamentou a atuação institucional dos Institutos Federais, se verificou que são responsáveis por ofertar ensino profissional e tecnológico em todos os níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local. Como se analisou, entre suas finalidades está a de orientar a sua oferta formativa em sintonia com a vocação e as potencialidades locais, pois devem promover o desenvolvimento socioeconômico do território, conforme se denota da leitura dos incisos I e IV do art. 6º, da Lei 11.892 (BRASIL, 2008).

Consoante se infere da análise do texto legal, especialmente no que pertence ao inciso IV do supramencionado dispositivo de lei, se depreende a necessidade de promoção de diagnóstico das oportunidades de desenvolvimento existentes, devendo haver sintonização da oferta formativa com essas potencialidades, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das organizações e identidades locais. Por conta disso, na sua intervenção, os Institutos Federais devem explorar as potencialidades de desenvolvimento e vocação produtiva, construindo saberes que possibilitem ao indivíduo a capacidade de gerar conhecimento a partir da prática interativa com o seu lócus.

Ao traçar o caminho trilhado pela rede federal, desde sua instituição em 1909, até a criação dos Institutos Federais em 2008, se verificou a ruptura com um modelo que primava em formar tão somente para o mercado de trabalho. As concepções e diretrizes dessa nova institucionalidade, além de apontarem para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do território, asseguram processo de inserção cidadã, na perspectiva de reafirmar que a formação do indivíduo, com a elevação da sua escolaridade, precede a formação para o trabalho. Tal concepção traduz uma política emancipatória, permitindo que o indivíduo permaneça em constante desenvolvimento.

Nesse mesmo sentido, as políticas públicas para a educação profissional e tecnológica representam a intensificação da luta pela construção de um país que busca passar da condição de mero consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia. Sendo assim, as novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos obtidos na formação profissional. O desafio colocado para os Institutos Federais na formação do trabalhador, deve ser a construção da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Nesse sentido, para países como o Brasil, a Educação se revela como meio estratégico para romper com o atraso tecnológico e qualificar nossa inserção na economia global.

Vislumbra-se, talvez de forma inédita, devido a sua capilaridade, interiorização, proposta político-pedagógica, e amplitude de atuação nos diferentes níveis e modalidades da educação profissional, uma rede de ensino que possui potencial para o desenvolvimento dos territórios. Trata-se, sem dúvida, de um modelo de educação que tem se mostrado exitoso na democratização do acesso ao ensino, no desenvolvimento de pesquisa aplicada e da extensão acadêmica, tecnológica e cultural. Com o devido investimento e continuidade enquanto política de estado, é possível dar prosseguimento à redução das desigualdades

históricas e do deficit tecnológico e educacional brasileiro, elevando o país a outro patamar no cenário econômico mundial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas; PACHECO, Eliezer Moreira. Os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública. In: As Políticas Públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Série Reflexões na Educação, Vol. 1, 2017, Editora IFRN.
- ARAÚJO, Ronaldo marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. Revista Educação em Questão, Vol. 52, 38. Pág. 61-80, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 jul. 1978.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 dez. 1994.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008a.
- \_\_\_\_\_. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909.
- \_\_\_\_\_. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1997.
- \_\_\_\_\_. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 2004.
- \_\_\_\_\_. MEC/SETEC. Concepções e Diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/SETEC, 2008b.
- FILHO, Naercio Menezes. Como Melhorar a Educação no Brasil? - revista Interesse Nacional, na edição de nº 31 (outubro- dezembro de 2015)
- GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago; BERCOVICI, Gilberto. Direito Constitucional: estudos em homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo, SP: Malheiros, 2001.
- GRAU, Eros Roberto. Comentário ao art. 170, inciso VII. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lênio L. (Coords.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. p. 1818-1819.
- OLIVEIRA, Osvaldo N., Research Landscape in Brazil: Challenges and Opportunities [O Cenário da Pesquisa no Brasil: Desafios e Oportunidades], J. Phys. Chem. C, 2016, 120 (10), pp 5273–5277
- PACHECO, E. M. Os institutos federais: uma revolução profissional e tecnológica. Brasília, DF: Fundação Santillana, 2011.
- PEDROSO, Paulo. Formação e desenvolvimento rural. Oieras: Celta, 1998.
- POCHMANN, Marcio. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo, 2007.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, Domingos. A perspectiva territorialista. In: COSTA, José Silva; NIJKAMP, Peter (Coords.). Compêndio de Economia Regional: teoria, temáticas e políticas. Cascais: Príncipe, 2013. v. 1.
- SCHULTZ, Theodore W., 1980. Autobiography, Nobel Prize in Economics documents, 1979, Nobel Prize Committee.
- SCHWARTZMAN, Jacques. O crédito educativo no Brasil. Educação Brasileira, Brasília, v. 17, n. 35, p. 71-84, 1º semestre de 1995.
- STOHR, Walter. Changing external condition and paradigm shift in regional development strategies. Estudos de Economia, Lisboa, n. IV, 1984, p. 461-465.
- SOLOW, Robert. Alternative Approaches to Macroeconomic Theory: A partial view. Canadian JE. 1979.
- VELLOSO, Jacques. Investimento público em educação: quanto e onde? Ciência e Cultura, São Paulo, n. 4, v. 40, p. 359-365, abr. 1988b.

# Aproximações Teóricas Entre o Campo Religioso Profestante

*e o Contexto  
Educativo das  
Juventudes na  
América Latina*

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca aproximar os aspectos sociológicos, educacionais, territoriais, religiosos, simbólicos e culturais de jovens universitários latino-americanos que integram os movimentos religiosos evangélicos, especialmente os de linha pentecostal e neopentecostal. A religião, portanto, é apresentada como um fenômeno social que sintetiza habitus, representações e práticas simbólicas de uma determinada sociedade, sendo que tais conceitos religiosos são forjados por meio de processos educativos que perpassam o discurso religioso, mas também traz implicações no modo de vida social, urbano e cultural, que por vezes se mostra em diálogo e tensão com as questões educacionais de cada tempo histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventudes. América Latina. Protestantismo.

---

1          Doutorando em Educação pela Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás  
(vs.seabra@gmail.com | + 55 (62) 9 9694-9494)



**Abstract:** The present article seeks to bring together the sociological, educational, territorial, religious, symbolic and cultural aspects of young Latin American university students who are part of the evangelical religious movements, especially those of the Pentecostal and Neo-Pentecostal lines. Religion, therefore, is presented as a social phenomenon that synthesizes habitus, representations and symbolic practices of a given society, and such religious concepts are forged through educational processes that permeate religious discourse, but also have implications for the way of life social, urban and cultural, which sometimes shows itself in dialogue and tension with the educational issues of each historical time.

**KEYWORDS:** Youth. Latin America. Protestantism.

O presente artigo visa construir um percurso teórico-metodológico capaz de aproximar as discussões acerca da condição juvenil na América Latina e da sua relação com o campo religioso protestante latino-americano, marcado, majoritariamente pela pobreza e a desigualdade social. O problema a que se propõe a responder é: quais as aproximações teóricas possíveis entre o campo religioso protestante e o campo educacional das juventudes na América Latina? Entendendo que a escola, assim como a religião, vale-se da pobreza como campo simbólico de atuação social.

No intuito de construir as etapas de pesquisa recorrem-se aos estudos de Max Weber (1864-1920), e sendo assim a proposta não é apenas explicar um determinado fenômeno, mas sim compreender o sentido de determinada ação social. O termo sentido, na compreensão weberiana, “é o responsável pela unidade do processo de ação e é somente através dele que poderemos apreender os nexos entre os enlaces significativos de um processo particular de ação e reconstituir tal processo numa unidade” (AMORIM, 2001, p. 75). Logo, o motivo e o sentido são os fundamentos da ação social, que por sua vez é imprescindível para se conceber uma análise de cunho sociológica e educativa.

A base teórico-referencial também reporta aos estudos de Peter Berger, porém não se restringem à percepção do próprio autor como dado nas obras *O Dossel Sagrado* (1985) e *A Desseccularização do Mundo* (2000), que ainda ecoam dos estudos das décadas de 1950 e 1960. Entretanto e por isto, entendemos que tais categorias carecem extrapolar as percepções temporais do autor no fim do século XX e integrar-se à dinâmica religiosa do início século XXI, contextualizando especificamente ao cenário ocidental, latino-americano, protestante, de passagem do pentecostalismo para neopentecostalismo, de modernidade tardia e de economia neoliberal.

A partir dos estudos de Peter Berger são propostas as seguintes categorias: a) secularização - processo intrínseco à modernidade que põe em tensão a subjetividade da fé em detrimento da objetividade das novas condições urbanas e as realidades da vida cotidiana; a secularização não erradica os elementos místicos na religiosidade moderna, mas os põem em relativa suspensão, confronto e adequação com os novos paradigmas do tempo presente. b) dessecularização - processo intencional de afastamento e imposição de limites fronteiriços entre a religiosidade e a modernidade, portanto, entre o sagrado e o profano; a dessecularização é uma tentativa de supervalorização dos elementos místicos/mágicos da religiosidade dentro do próprio campo da religiosidade e a

supervalorização da fé no campo do transcendente e do espiritual, ou seja, é um intencional afastamento da modernidade como está posta na atualidade. c) desvinculação social - processo sociológico, coletivo ou individual, de não identificação e negação da própria condição de sujeito histórico-social que se representa a partir da territorialidade; o processo de desvinculação social dado pelo viés religioso implica diretamente na absorção de um novo padrão religioso, que não apresenta relações diretas com a condição social e territorial dos seus adeptos.

Os conceitos de secularização e dessecularização, como dispostos nos parágrafos anteriores, favorecem a compreensão do processo sociológico e pedagógico de absorção de práticas sociais, de institucionalização da vida coletiva e de cotidianização da vida. Portanto, de forma sintética, neste artigo aplica-se a categoria secularização à diminuição dos espaços entre o sagrado e o profano, sendo que de contrapartida, a categoria dessecularização aplica-se ao distanciamento do sagrado e o profano. Entendendo, porém, que cada movimento religioso, em cada época histórica, redefine, categoriza e rotula o que vem a ser sagrado e/ou profano.

## A FORMAÇÃO DAS JUVENTUDES E O CONTEXTO RELIGIOSO

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), vigente segundo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, define como criança aqueles que têm idade de doze anos incompletos até dezoito anos incompletos, conforme disposto no Artigo 2º. Contudo, em seguida, pelo Parágrafo Único dispõe que a abrangência desta lei se aplica, também, a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. A referida lei não cita, em qualquer momento, o termo jovem. Entretanto, no ECA é utilizada inúmeras vezes a expressão juventude, no singular, se referindo ao grupo beneficiário dessa lei.

O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), instituído pela Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 no Artigo 1º, Parágrafo 1º, considera jovem a pessoa com idade entre quinze e vinte nove anos. No Parágrafo 2º, designa o termo adolescente para aqueles que tenham idade entre quinze e dezoito anos aos quais se aplica o Estatuto da Criança e Adolescente.

A ONU celebrou, em 1985, o Ano Mundial da Juventude (International Youth Year - IYY). Ao longo daquele ano, foram realizadas atividades em torno da temática da juventude, sendo que o principal evento foi o Congresso Mundial Sobre La Juventud, realizado na Barcelona, Espanha, de 8 a 15 de julho. Nesse ano, por força da resolução nº 40/14 e reafirmado pela resolução nº 50/81 de 1995, a ONU definiu que jovens são aqueles que têm faixa etária entre quinze e vinte e quatro anos.

Segundo Hermann (2011), essa faixa etária é a mesma utilizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Pierre Bourdieu (2007a) também se vale dessa mesma classificação etária (15-24 anos), especificamente na obra *A Distinção*. Entretanto, ele critica os sistemas de classificações vigentes, inclusive o etário. Isso fica notório numa entrevista que ele concedeu em 1978 que, posteriormente, em 1983, foi adaptada para a forma de livro, especificamente no capítulo intitulado *A “juventude” é só uma palavra*. Ai, o autor pondera que:

Os cortes em classes de idades, ou em gerações, são tão variáveis e são uma parada em jogo de manipulações [...] O que quero lembrar é muito simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas mas construídas socialmente, na luta entre jovens e velhos. (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Para Bourdieu (2003), portanto, a noção de adolescência, juventude e velhice é uma construção social que delimita limites sociais invisíveis entre si. Para o autor, o propósito final dessa categorização etária é desenhar uma divisão de poder e controle social. Portanto, a definição de juventude traz consigo efetivas implicações simbólicas, variando de acordo com as representações sociais, exceptivas e intentos de uma determinada sociedade. Posto isso, o conceito de juventude não pode ser atrelado apenas a faixa etária, pois extrapola tal delimitação. Segundo Cassab (2001), Pais (2003), Martins (2004), Dayrell (2005), Garcia (2009) e Duarte (2012), não há um consenso acerca da definição e delimitação da categoria juventude, pois o termo evoca tanto uma condição quanto uma representação social, além de margear fatores cronológicos de faixa etária.

Para Pais (2003), a “juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (p. 37). Por essa razão, compreende-se que a formação da cultura juvenil se dá por meio de significações construídas social e historicamente. A partir do contexto das juventudes, parte-se, também, do pressuposto que a religião é uma instância socializadora das juventudes (SOFIATI, 2009), é um fenômeno social (BERGER, 1985) e é um espaço educacional intencionalmente constituído para institucionalizar a vida social (BERGER, 1973) e legitimizar habitus, sendo este espaço regado de características simbólicas capaz de tonificar as representações sociais de um determinado grupo.

A religião, neste prisma, segundo Berger (1985), se apresenta como uma construção social e histórica de exteriorização, objetivação e interiorização da própria sociedade, atribuindo significados para além do mero simbolismo e efetivamente moldando as práticas sociais. Neste processo de integração com a religião os jovens compartilham valores que moldam suas práticas coletivas, isto porque segundo o Scott (2004), “a religião interage com outras dimensões da existência humana, criando propensões para ações por ela dirigidas” (p. 378). Por esta razão, é sensato considerar que os movimentos religiosos juvenis apresentam elementos que interagem com os campos da Sociologia e da Educação por meio de manifestações que perpassam as práticas e as relações existentes na vida coletiva cotidiana, legitimando a religião como uma instância socializadora e também educativa/formativa das juventudes.

Nos estudos de Scott (2004) e Franch (2008), ambos autores consideram que a religião na modernidade pode ter concentrado demasiada atenção nos grupos juvenis por ser este um grupo potencialmente desordeiro e com fortes relações com a desordem social do status quo. Desta forma, para ambos autores, a religião funciona como uma espécie de regulador e catalizador das juventudes, adequando-os e moldando-os aos padrões socialmente aceitos e considerados como legítimos para determinada sociedade.

Os processos ritualísticos e litúrgicos, inerentes aos movimentos religiosos, favorecem e fortalecem determinados habitus que circunvizinham as mais variadas esferas da vida urbana, podendo assim agregar resistência, aceite e/ou transformação social, entendendo ser este um intencional processo educativo e formativo, ainda que institucionalizado e espiritualizado. Para tanto, segundo Scott (2004), os jovens que fazem parte de movimentos religiosos tem propensão a serem influenciados no que tange a namoro, família, amizades, questões de gênero, trabalho, tempo livre, música e expectativa social.

Na concepção de Weber (2004) o sacerdote, o profeta, a noção de autoridade e o próprio significado da religião trazem consigo elementos mágicos e ritualísticos de transcendência e se representam nas lideranças carismáticas dos movimentos religiosos, culminando a priori na necessidade de um salvador da própria condição social e histórica dos seus adeptos. Segundo o autor, é nas camadas sociais mais baixas que emerge, enfaticamente, a necessidade de religiosidade embasada nas doutrinas de salvação, como é o caso do Cristianismo, religiosidade esta em que se desdobrará o presente artigo. Concordando com tal perspectiva, Sofiati (2009) considera que o principal motivo que estimulam as pessoas a buscarem uma religião está “na necessidade de resolver suas dificuldades materiais e espirituais” (p. 60).

Na perspectiva weberiana os caminhos de salvação trazem influência sobre a condução da vida cotidiana, afetando as percepções dos sujeitos nas esferas sociais, simbólicas, educativas, econômicas e culturais. Por esta razão, é sensato ponderar que a religião, com certa frequência, rompe a barreira do campo estritamente religioso e se interpõem junto à realidade social, quer seja para reafirmar ou se opor a determinadas práticas, sendo este um processo pedagógico e formativo, ainda que informal e notadamente religioso.

A própria concepção da modernidade como um tempo de fracionamentos sociais e um estágio de liquidez (BAUMAN, 2011), pode ter favorecido a aproximação das juventudes com o religioso, ou seja, a religião pode servir como fuga da própria noção de modernidade, ou inversamente, pode se tornar uma tentativa de compreensão da esquizofrênica modernidade em que se está inserido. Endossando esta perspectiva, para Sofiati (2009), “a principal característica da modernidade é a sua situação de instabilidade e falta de perspectiva de futuro” (p. 18), sendo que é neste vácuo de suposta desesperança que a religiosidade moderna se instaurou. Então, entre religiosidade, juventude e modernidade há elementos que tornam as juventudes os novos atores sociais.

Nos anos de 1950 e 1960, Peter Berger (1985) acreditava que a religião no mundo moderno estava por findar ou ao menos minimizar sua relevância, pois, para o autor, o racionalismo, o secularismo, a modernidade e o crescimento do cientificismo iriam ganhar evidência nas práticas sociais modernas. Entretanto, posteriormente, o próprio autor (BERGER, 2000) reconsidera que a religião não perdeu relevância, nem teve redução da carga mística, talvez até tenha ganhado maior evidência, configurando-se em um cenário de dessecularização.

Na concepção de Berger (2000) a religião no mundo moderno consegue permanecer como agente formativo (educativo), dentre vários motivos, por causa do discurso de dessecularização inerente a tais movimentos, culminando em ritos e rituais místicos/

mágicos de transcendência. Nesta perspectiva há de se destacar o movimento pentecostal evangélico como um dos principais movimentos religiosos que apregoa o distanciamento dos adeptos junto às práticas sociais, sendo tais intentos norteados por uma suposta preservação da fé, valorização da noção de santidade e a não contaminação com as práticas consideradas mundanas/profanas. Isto se torna notório por meio de uma liturgia que valoriza elementos de transcendência como a glossolalia, batismo com o Espírito Santo, e evidências dos dons espirituais.

O tempo livre dos jovens religiosos é outro fator que merece atenção, pois é quase que exclusivamente consumidos pelas atividades religiosas e escolares, conforme observa Franch (2008). Segundo a autora, as atividades desenvolvidas pelos jovens religiosos no tempo livre geralmente se dão dentro do templo, que, então, tendem a não serem praticadas nos bairros em que moram, pois a igreja que congregam, geralmente, não é no Setor em que moram, o que favorece ainda mais o distanciamento dos jovens com as tramas sociais do Setor que residem.

Desta forma, os referidos jovens não mais querem uma religiosidade dessecularizada, mas contraditoriamente depositam às cegas suas expectativas numa secularização desconectada com a sua própria condição social, criando igualmente uma suspensão relativamente transcendente, fomentando a percepção de serem estas igrejas como que uma “empresa de serviços mágicos” (MARTINS, 2015, p. 49). O termo mágico aqui não pode ser entendido apenas pelas vias do discurso religioso, é preciso considerar que é mágico por ter a capacidade de gerar uma ilusão, neste caso ilusão de ascensão social nos adeptos, perspectiva que está em consonância com o intento do capitalismo neoliberal e neopentecostal.

O encantamento juvenil com o neopentecostalismo esconde as estratégias de expansão do mercado religioso com o capitalismo e a condição social individualizante desta modernidade tardia. A desvinculação religiosa com o bairro é apenas um dos tentáculos da desvinculação social que tende a fracionar os indivíduos e enfraquecer a coletividade social. Por esta razão, mui recentemente, há autores como Lemos (2009), Morais (2013), Martins (2015) e Kreher (2016), que consideram o neopentecostalismo como uma forma velada de absorção e expansão do discurso neoliberal.

Na perspectiva de Souza (2012), a América Latina e mais especialmente no Brasil, “o pentecostalismo foi capaz de atender as demandas de uma nova periferia urbana que se formava em virtude de uma maciça migração do campo para a cidade” (p. 316). Para este autor, existe uma evidente relação entre a formação das periferias e os discursos religiosos, por isto considera que “o catolicismo mágico que dominava o mundo rural perdeu seu espaço na periferia urbana para o pentecostalismo mágico, marcante no neopentecostalismo” (p. 316).

Desta forma, a religião neopentecostal se amoldou aos novos padrões urbanos da sociedade moderna deste tempo. Tal lógica enfatiza um trânsito gradual de católicos para pentecostais, e agora de pentecostais para neopentecostais, sendo que tal perspectiva acompanha as mudanças sociais, políticas, ideológicas e econômicas da própria sociedade brasileira.

Neste contexto, pesquisar sobre uma Organização do campo religioso protestante que se articula junto aos movimentos

de juventude universitária na América Latina se torna relevante na compreensão das práticas simbólicas, educativas, sociais e culturais.

No propósito de compreender a formação social da América Latina se faz necessário avaliar o processo de urbanização e colonização praticado neste contexto. Neste sentido, é preciso considerar que o que favoreceu a urbanização das cidades, especialmente na América Latina, foi a relação de comercialização colonialista com os países do Norte, que se tornou, por meio da “indução industrial” (SANTOS, 1982, p. 153) uma dependência às necessidades da modernização industrial dos países do Norte. Por essa razão, o autor insiste, por vezes, em associar o processo de globalização ao que ele chama de “fábrica de perversidade” (SANTOS, 2001, p. 21).

Para Santos (2001), a globalização é o auge da “internacionalização do mundo capitalista” (p. 23) e tende a matar a noção de solidariedade. O cenário caótico, como descrito, apenas denuncia a lógica de exploração existente na relação entre países ricos e países pobres, reiterando que a pobreza continua sendo funcional e útil ao sistema vigente.

O referido autor prefere usar o neologismo “globalitarismo” (Idem, p. 38), fazendo menção ao autoritarismo e à violência que o processo de internacionalização traz por si só, pressuposto partilhado por Bourdieu (1998, p. 50) ao se referir ao que ele chama de mito da “mundialização”, que, na sua visão, é “uma volta a um capitalismo selvagem”. Para Santos (2001), “a globalização atual é muito menos um produto das ideias atualmente possíveis e, muito mais, o resultado de uma ideologia restritiva adrede estabelecida” (p. 159). Para o autor, essa relação desigual fragiliza os países subdesenvolvidos criando a dependência destes ao sistema capitalista globalizado.

Para Zandonai (2005), existem várias maneiras de se medir a linha da pobreza, a saber: pelo consumo calórico, pelo custo das necessidades básicas, pelo enfoque no salário mínimo, pela linha da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e pelo método Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI). Para cada método, existe um caminho específico para se mensurar e se categorizar o estado de pobreza.

A pobreza também pode ser entendida como absoluta ou relativa, conforme considera Zandonai (2005). A autora distingue essas formas de pobreza da seguinte maneira: a pobreza absoluta remete à condição de vida das pessoas que estão em níveis inferiores aos critérios de pobreza estabelecidos universalmente. A pobreza relativa é uma abordagem que mensura e classifica o estado de pobreza a partir de critérios de comparação de cunho regional ou nacional. Para Demo (2003) e para a CEPAL (2015), é necessário distinguir também entre a condição de pobreza e a condição de indigência, sendo que, para os autores, a indigência é a situação de extrema miséria. Dessa forma, há de se perceber que o estado de pobreza não é único, mas encontra, em suas múltiplas manifestações, uma diversidade de estágios distintos.

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi criada em 25 de fevereiro de 1948 pelo Conselho Econômico e Social. Esse órgão, a partir da publicação do “Panorama Social da América Latina” (2012), apresenta as seguintes perspectivas sobre mensuração da pobreza:

Para fins de análise, a população pobre se subdivide em dois grupos: indigentes e pobres não indigentes. Por sua vez, a população não pobre se subdivide em vulneráveis (pessoas com uma renda per capita acima da linha de pobreza, mas inferior a uma vez e meia esse umbral) e não vulneráveis. [...] A pobreza é um fenômeno que pode ser medido e analisado de distintas perspectivas. Uma delas é a de pobreza monetária relativa, que expande o conceito tradicional de pobreza absoluta para incorporar mais plenamente as necessidades associadas à adequada participação das pessoas na sociedade a que pertencem. (CEPAL, 2012, pp. 15-18).

A CEPAL, juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), desenvolveu o “Guia para Estimar a Pobreza Infantil” (CEPAL, 2013). Tal cartilha apresenta uma abordagem para medir e mensurar a pobreza, especificamente a infantil. Baseado no relatório, para os referidos órgãos internacionais, a pobreza se dá a partir da ausência ou escassez dos seguintes elementos: nutrição, água potável, saneamento, saúde, condição de vida, educação e informação. O cruzamento dessas variáveis é que daria condições de se medir a situação de pobreza e desigualdade social.

Para Santos (2001), os países subdesenvolvidos, incluindo a América Latina, conheceram na última metade do século XX, três formas de pobreza: 1) pobreza incluída, que é, para o autor, aquela acidental ou sazonal; 2) marginalidade, que, segundo o autor, é a pobreza ocasionada pela formação cidadina e 3) pobreza estrutural, que é a pobreza engrenada na cosmovisão moral e política das sociedades, sendo que nesta condição há o estado de naturalização da pobreza. Entretanto, o autor não propõe uma naturalização do estado de pobreza; pelo contrário, enfatiza que “a pobreza é situação de carência, mas também de luta [...] os pobres não se entregam” (Idem, 2001, p. 132). Para o autor a pobreza faz parte da história dos países da América Latina, o que torna de grande valia investigar sobre como se constrói a cultura de classes populares e suas relações com o poder imposto pelas culturas dominantes.

### AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DA EDUCAÇÃO POPULAR

A condição dos jovens na América Latina é marcada por uma forte desigualdade social e com uma presença marcante da pobreza, cenário este que favorece o surgimento/manutenção de uma religiosidade que se nutre do pauperismo. São estas as mesmas condições que, por vezes, se produz a escolarização. Portanto, daqueles que conseguem romper as barreiras e limites sociais de serem jovens no contexto latino-americano, carregam com si toda uma historicidade social que se intensifica na medida em que vão avançando no campo educacional, deixando transpassar em suas próprias histórias os conflitos sociais e religiosos de seu próprio tempo. Por este motivo, centralizaremos a abordagem na lógica educativa das periferias pobres, entendendo ser esta uma realidade de grande parcela dos jovens latino-americanos.

As condições de escolarização dos jovens das periferias urbanas se dão entremeadas com os outros fatores histórico-sociais, a saber: o pauperismo, o estado de naturalização da pobreza,

a criminalização da pobreza, o capitalismo como força motriz da desigualdade, a representação social do trabalho informal, a urbanização da periferia como segregação planejada e a juventude como novos atores/expectadores no mundo contemporâneo. Tais categorias estão impressas nas trajetórias dos jovens de classes populares, sendo este o cenário em que a condição de estudante se desvela para eles.

Por essa razão, a escola, especialmente, a que está presente nos bairros das camadas populares, não é agente isolado ou neutro, mas sim um catalisador de toda a efervescência histórico-social de ser, no tempo presente, jovem pobre de periferia. A escolarização para os jovens pobres de periferia se desvela como a ponta de um iceberg, escondendo de forma submersa a estrutura sólida de uma realidade de pauperismo, por vezes negadas ou silenciadas. Por conseguinte, as trajetórias escolares dos jovens das classes populares são, corriqueiramente, marcadas por descontinuidades/rupturas, que, para Bourdieu (1997), culminará numa realidade perversa, pois “pela falta de capital cultural, estão votados a um fracasso escolar praticamente certo” (p. 220).

Para Schwartzman (2004), entretanto, o fato de os jovens desejarem entrar no mundo dos adultos pela via do trabalho não é uma questão apenas de sobrevivência pessoal ou de necessidade de complementação da renda familiar. Segundo o autor, há de se questionar a relevância da escola para os jovens na modernidade:

Ao contrário do que muitas vezes se supõe, o trabalho infanto-juvenil não parece ser, na maioria dos casos, uma forma de completar a renda das famílias, e sim um comportamento que se desenvolve pela má qualidade do sistema educacional, que tem grandes dificuldades de reter os jovens a partir da adolescência. (p. 11).

Para Bourdieu (2007b) a ação pedagógica transmite conteúdo, mas também transmite “a afirmação do valor do conteúdo” (p. 257). Por esta razão, afirma:

[...] A escola contribui, portanto, para reproduzir a estrutura das relações entre as frações das classes dominantes fazendo com que as crianças originárias de outras classes ou de outras frações não possam extrair de seus títulos escolares o mesmo lucro econômico e simbólico obtido pelos filhos da grande burguesia de negócios e do poder por estarem melhor colocados para relativizar os julgamentos escolares. (Idem, p. 265).

Segundo o autor, a formação escolar, assim como a diplomação/titulação escolar, está associada diretamente ao capital social do indivíduo. Por essa razão, “o diploma não passa, em última instância, de uma caução facultativa que serve para legitimar a herança” (BOURDIEU, 2007b, p. 334). Para exemplificar essa lógica da hereditariedade profissional condicionada à hereditariedade escolar, fruto direto de um capital global, o autor cita a profissão de médico como exemplo mais palpável. Ele escreve a partir do contexto da França, que neste quesito não se difere muito do contexto do Brasil, pois número considerável de acadêmicos de medicina são filhos de médicos, comprovando o processo de legitimação da herança do capital global.

As juventudes pobres da América Latina não apresentam capital global competitivo, ou, ao menos, há de se admitir que o

capital global partilhável nas classes populares é destoante dos esperados pela escola e pela cultura dominante. Então, segundo Duarte (2012), há uma descrença nos instrumentos estatais como reguladores de equidade e oportunidade, sendo, o Estado responsável pelo desinteresse dos jovens pela educação. O autor, numa perspectiva bourdieusiana, afirma que:

Observam-se, nos sistemas educacionais brasileiros, mecanismos sutis de exclusão dos jovens da escola, garantidos por um complexo discurso que preconiza a democratização da escola para todos, mas, na verdade, a poucos reserva a continuidade e o sucesso escolar. (DUARTE, 2012, p. 194).

Para Duarte (2012), a escola deveria ser capaz de dialogar com a realidade dos alunos, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, capazes de refletir sobre a realidade e refletir sobre suas condições... Segundo o entendimento histórico-social do bairro em que moram. Contudo, segundo postula, a escola é, contrária e intencionalmente, o principal agente de manutenção das desigualdades, inculcando nos jovens a obediência e a aceitação ao sistema vigente, assim como a não identificação com a realidade social, vivendo, em certa medida, uma amnésia histórico-social.

Nesse sentido, Nidelcoff (1980) defende que a função do professor deveria ser a de ajudar os alunos a compreender a realidade, a se expressar a partir dessa realidade e, por fim, se descobrir como elemento de mudança na referida realidade. Segundo a autora, “isto se fundamenta numa visão do homem como ser histórico que se realiza no tempo” (p. 6-7). Contudo, como assevera Duarte (2014), “a cultura escolar aparece distante da vida dos jovens, de suas necessidades, e muito pouco contribui para o desenvolvimento humano e social” (p. 89), o que dificulta demais a permanência dos jovens na escola.

Para Duarte (2012), a escola no contexto de capitalismo liberal desempenha um papel ideológico e, por vezes, utópico em relação à ascensão social das classes populares, ascensão esta que se daria, supostamente, por consequência direta do mérito e do esforço individual desses jovens, resgatando, assim, a mesma lógica do protagonismo, agora, porém, estabelecida a partir das relações escolares. Tal perspectiva reafirma, mais uma vez, a rota de colisão entre as expectativas subjetivas e as condições objetivas de ser jovem pobre. Segundo o autor, é por essa razão que se estabelece uma dialética perversa, que se desdobra em dois momentos: primeiro, no fracasso escolar dos jovens pobres e, segundo, no movimento de rejeição à escola.

Na perspectiva de Enguita (1989), o tempo de permanência na escola pode também sinalizar um agravante, pois considera que

A questão não era ensinar um certo montante de conhecimentos no menor tempo possível, mas ter os alunos entre as paredes da sala de aula submetidos ao olhar vigilante do professor o tempo suficiente para domar seu caráter e dar a forma adequada a seu comportamento. (ENGUITA, 1989, p. 116).

Na visão do autor, conforme citação acima, a escola apresenta outras facetas sociais, as de caráter coercitivo e de adestramento social. Por essa razão, para Bourdieu (2007b), a escola cumpre a função de consagrar a distinção por meio de uma violência

simbólica. Esse processo se dá porque “embora o sistema de ensino simule conhecer apenas os valores propriamente escolares [...], na verdade, está a serviço dos valores das classes dominantes” (p. 258). Dessa forma, os agentes escolares partem da ilusão de uma neutralidade ética e, sendo assim, os docentes julgam professar juízos escolares quando, na verdade, fazem juízos de classe.

Para Castel (2008), a escola até reivindica o princípio da igualdade, mas é “incapaz de garantir a paridade dos grupos sociais” (p. 50), perspectiva igualmente partilhada por Burawoy (2010), ao afirmar que “embora pareçam neutras, as escolas presumem a posse de um capital prévio” (p. 19). Para Bourdieu (2014), esse capital prévio é de origem elitizada e de classe dominante, o que marginaliza e violenta simbolicamente os jovens pobres de periferias.

O modelo escolar proposto pela sociedade moderna, especialmente aquele que é praticado junto às classes populares, é voltado, essencialmente, para o fornecimento de mão-de-obra para o mercado. Nesse contexto, os jovens pobres ocupam lugar de destaque, pois por estarem em condição de precariedade e insegurança social, se submetem a trabalhos em condições inadequadas, sem nenhuma seguridade empregatícia e em ocupações desvalorizadas socialmente. Isto porque, em sua grande maioria, é a única forma que o trabalho se mostra acessível para estes.

O cenário se agrava, segundo Zaluar (1994), quando o autor pondera que mesmo o jovem que frequenta cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ainda fica deslocado e muito em breve se torna inadequado para a realidade objetiva do mundo do trabalho. Esse processo força os jovens a entrar em ciclos intermináveis de educação formal, ficando os jovens, dessa forma, sempre precisando se qualificar para atender às novas exigências do mercado. E sempre haverá quem venda cursos, retroalimentando a lógica capitalista da escassez e consumismo.

Dessa forma, o que há são subdiplomados, conforme os classifica Castel (2008), sendo isto um reflexo direto do que, fundamentadas em Bourdieu, Queiroz e Guimarães (2014), denominam “fenômeno da inflação dos diplomas” (p. 58). Para os autores a desvalorização econômica e simbólica do diploma prejudica em especial os jovens de classes populares, pois:

[...] esses, ao fim de uma longa escolaridade, em geral mantida com pesados sacrifícios, recebem como premiação diplomas desvalorizados que acabam por estigmatizá-los duplamente, pois, aparentemente, tiveram chances para mudarem de posição, entretanto, fracassaram, pois não há oportunidades de acesso no mercado de trabalho [...] no bojo dessas condições objetivas [...] a instituição escolar é um engodo ou uma imensa decepção coletiva [...] (Idem, p. 59 – destaque no original).

Na visão de Bourdieu (2010), a problemática da diplomação está associada exata e diretamente à condição histórico-social dos sujeitos; então, os estudos transcendem o campo escolar e reflete a sua própria condição social de ser jovem pobre de periferia. Para o autor, “fora do mercado propriamente escolar, o diploma vale o que, do ponto de vista econômico e social, vale seu detentor” (BOURDIEU, 2010, p. 152). Logo, a escolarização não é capaz de transpor a condição de vida dos jovens de classes populares para uma realidade destoante daquela que eles vivenciam

cotidianamente.

Para Bourdieu (1997), a escola para as famílias pobres é “uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela” (p. 483). A escola, na perspectiva dos jovens pobres é uma “estratégia de sobrevivência” e se constitui num “conjunto de crenças imaginárias” (DIAS e GUIMARÃES, 2007, p. 130), como espaço de suposta mobilidade social. Por essa razão, para Duarte (2014), essa noção acerca da escola esconde a “realidade social, política, econômica e cultural, que se orienta pela distinção e determina os modelos de seleção, inserção e exclusão” (p. 87-89).

Na percepção das juventudes das periferias, a escola é, ainda utopicamente, imprescindível para o futuro e se apresenta como que um símbolo de esperança, ainda que subjetiva e dissociada da realidade social e cultural. Então, o tempo escolar assim como o percurso rumo ao futuro dos jovens das periferias são um convite para serem contrabaixistas na orquestra, como propõe a metáfora de Bourdieu (2014), ou seja, ocuparem lugares inferiores numa estrutura maior e a eles inacessível. Logo, a escola, e a própria evasão escolar, adestram esses jovens para, gradativa e violentamente, irem aceitando sua função na orquestra.

A escola, na perspectiva sob que foi observada, se torna em um agente social capaz de gerar expectativas subjetivas nos alunos, impondo-lhes valores de uma cultura dominante e também lhes ofertando um suposto futuro dissociado de sua própria cultura, misturando presentismo com negação do passado. O resultado iminente é a frustração de quem, ao perceber as condições objetivas de ser jovem de periferia, se vê fragmentado, sem sua própria história, por uma violência simbólica e estrutural, porém legitimada pela escola.

Na visão de Santos (2001), as classes populares “não dispõem de meios para participar plenamente da cultura moderna” (p. 144), e esta impossibilidade é fruto direto das condições objetivas de se ser pobre. Isto porque os jovens pobres de periferia subsistem com o drama da descontinuidade, como destacam Baldino e Cavalcante (2014): “a escolarização de jovens das camadas populares no Brasil é marcada, ainda, por uma trajetória de descontinuidade, em razão, prioritariamente, da entrada precoce no mundo do trabalho” (p. 207).

A pesquisadora Zaluar (2004), ao investigar a condição do jovem no contexto do Rio de Janeiro, se surpreende com a quantidade de jovens que atribuem à preguiça o fato de não mais terem interesse em frequentar a escola. A autora também constata que quem mais atribui a si mesmo a desvirtude da preguiça são os jovens pobres, fato este que comprova, mais uma vez, o quanto a perspectiva liberal está impregnada no habitus dos jovens pobres, sendo a escola ou, neste caso, a evasão da escolar, a produtora de significados e de habitus. No caso da categoria preguiça ainda há que se considerar, a influência e a herança religiosa como formadora de valores e percepções sociais junto as periferias.

Para Duarte (2014), o atual modelo de ensino consegue, no máximo, favorecer a imitação, numa “pretensa mimese” dos padrões de vida estampados nas etiquetas na sociedade moderna. E, sendo assim, o autor, pondera que a má qualidade das escolas públicas de periferias é uma intencional manutenção da discriminação social. Em relação a isso, o autor é enfático ao afirmar que a

inexistência de oportunidades de estudo é fator de discriminação, mas “estar na escola e não aprender devidamente é também fator de sujeição e discriminação” (DUARTE, 2014, p. 88). Também Castel (2008) é enfático ao afirmar que a escola não exclui, a escola “ex-pulsa os que ela não consegue integrar” (p. 49).

Para esse autor, os jovens não estão na condição de excluídos, pois estão parcialmente dentro e parcialmente fora da sociedade e de seus agentes socializadores, a exemplo da escola. É essa condição de desfiliação que faz os jovens se revoltar, segundo o autor, pois têm “convicção de estar diante de um futuro sem perspectivas, desprovidos de recursos para serem reconhecidos como membros por inteiro da sociedade” (CASTEL, 2008, p. 40). No ambiente escolar, pode ser considerado parte deste processo de revolta contra essa condição de desfiliação a categoria “bagunça”.

Para Enguita (1989) a “disciplina converteu as escolas em algo muito parecido aos quartéis ou aos conventos beneditinos” (p. 117). Então, a categoria bagunça é um conhecido ato de indisciplina no campo escolar. Contudo, a bagunça revela uma resistência dos jovens estudantes frente à cultura escolar predominante e sua relevância no tempo presente, assim como no tempo futuro.

Nidelcoff (1980) também segue a mesma perspectiva e defende que o desinteresse dos alunos em sala de aula tem relação direta com a parcialidade da informação transmitida em classe e com a dissociação desta da realidade social dos discentes. Desvelando, mais uma vez, que as classes populares e a própria condição de juventude não são passivas massas de manobra da classe dominante, porém qualquer forma de resistência é previamente violentada, simbolicamente, para que neste caso, o desinteresse dos alunos resulte na evasão escolar e não culmine na revolta contra o modelo de ensino. Todo este processo favorece a autocupabilização dos jovens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo, buscamos evidenciar que o pauperismo não é uma questão ocasional, recente ou regional, mas, sim, estrutural, histórica e intencional nas relações sociais e religiosas na América Latina. Dessa forma, ao longo dos tempos, a pobreza ocupou papéis diferentes, mas sempre utilitarista, demonstrando que a pobreza não é estática e que está em constata tensão com a realidade historicamente construída em cada sociedade, quer seja no campo educativo, assim como no campo religioso, sendo por vezes, permeado simultaneamente por ambos os campos.

A concepção de pobreza/pauperismo como foi apresentada está em consonância com a condição de desfiliação, inserção utilitarista e precariedade social. Ser jovem pobre, portanto, não é apenas não ter dinheiro ou não ter trabalho; é não ter capital cultural e social suficientes para romper com as expectativas subjetivas e se perceber nas condições objetivas que tornam os pobres periféricos e marginais no sistema vigente. Por esta razão, não seria exagero ponderar que, a partir deste cenário, os jovens pobres da América Latina estão imersos num teia social de violência simbólica que os golpeiam cotidianamente, classificando, desclassificando e reclassificando os padrões sociais legitimadores, quer sejam padrões educativos elitistas ou padrões religiosos capitalistas.

Ao analisar a função da escolarização na vida dos jovens pobres se percebe que, ainda que a escolarização não represente,

efetivamente, um conhecimento útil para a vida cotidiana deles, contraditoriamente, os jovens tendem a depositar suas esperanças futuras quase que exclusivamente na escola. Tal postura demonstra que a escola ainda ocupa papel fundamental na inserção social dos jovens de periferia, mesmo que tal importância se dê, por vezes, no interior de uma visão romântica e subjetiva.

Na tentativa de uma aproximação teórica consideramos que as bases histórico-sociais que culminou no neopentecostalismo possui uma forte aproximação com o capitalismo neoliberal consumista presente na modernidade tardia. Nesta lógica mercantil de tornar todas as coisas comerciáveis e consumíveis torna o próprio culto e seus adeptos em objetos à sem tragados, desvelando não haver conectividade histórico-social-mnêmicas naquilo que se produz enquanto coletivos religiosos, fomentando uma desconexão social entre passado, presente e futuro, e enrijecendo a lógica da insatisfação-satisfação-insatisfação como estratégia de manutenção do próprio neopentecostalismo junto às comunidades pobres.

O distanciamento histórico-teológico do neopentecostalismo praticado na América Latina em relação às práticas do pentecostalismo clássico e da Teologia Reformada favorece um suposto esquecimento religioso e social, e isto gera nos adeptos ares de novidade e atratividade moderna, favorecendo certo frenesi entorno de uma religiosidade adequável ao capitalismo neoliberal urbano competitivo, com promessas de acessão social e desvinculação social/educativa. Ao que parece, estas descontinuidades temporais, mnêmicas e sociais não enfraquecem o neopentecostalismo na América Latina, pelo contrário, dá indicativos de que o fortalece enquanto religiosidade adequável à modernidade tardia, inclusive entre os jovens estudantes das periferias. Tal percepção pode gerar conflitos no entrecruzar das vivências coletivas daqueles que gangorreiam entre o religioso e o educativo como subterfugio e fuga da própria realidade histórico-social.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Aluizio Batista de. *Elementos de sociologia do direito em Max Weber*. Florianópolis: Insular, 2001.

BALDINO, José Maria e CAVALCANTE, Cláudia Valente. *Reconfiguração da educação superior brasileira, jovens e política de cotas sociais e raciais: o que prezinham as metas e estratégias do projeto de PNE 2011-202*. Revista Educativa. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, v. 17, n. 1, pp. 201-222, jan/jun. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida em fragmentos: sobre ética pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERGER, Peter. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. In: *Religião e Sociedade*, vol. 21, nº 1, CER/ISER, Rio de Janeiro, p. 9-24, 2000.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre et alii. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. 6 ed. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouc, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 11 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Tempo, 2003.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.

BRASIL. *Estatuto da Juventude. Lei nº 12.852, de 05 de agosto*. Brasília: Imprensa Nacional, 2013.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. *Jovens pobres e o futuro: A construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTEL, Robert. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CEPAL. *Guia para estimar a pobreza infantil*. 2013. Disponível em: <<http://dds.cepal.org/infancia/guia-para-estimar-la-pobreza-infantil/presentacion.php>> Acessado em: 13 de outubro de 2015.

CEPAL. *Panorama social da América Latina*. 2012. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1246/S2012895\\_pt.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1246/S2012895_pt.pdf?sequence=1)> Acessado em: 13 de outubro de 2015.

CEPAL. *Panorama social de América Latina*. 2015. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39965/S1600227\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39965/S1600227_es.pdf?sequence=1)> Acessado em: 24 de março de 2016.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2003.

DIAS, Luciana Campos e GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. *Estratégias de sobrevivência de jovens pobres urbanos usuários de programas educativos*. In: SPOSITO, Marília Pontes (org). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

DUARTE, Aldimar Jacinto. *A educação escolar e os processos de enfrentamento da realidade urbana por jovens da periferia*. Revista Educativa. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, v. 17, n. 1, pp. 75-92, jan/jun. 2014.

DUARTE, Aldimar Jacinto. *Jovens urbanos da periferia de Goiânia: Espaços Formativos e Mediações Escolares*. 2012. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2012.

DUARTE, Aldimar Jacinto. *Jovens urbanos da periferia de Goiânia: Espaços Formativos e Mediações Escolares*. 2012. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2012.

ENGUITA, Mariano Fernandez. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FRANCH, Mônica. *Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares da Grande Recife*. 2008. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Antropologia Cultural) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

GARCIA, Dirce Maria Falcone. *Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho*. São Paulo: Annablume, 2009.

HERMANN, Michael. *Jovens tardios. Breves reflexões sobre adolescência e juventude*. Salvador: Clube de Autores/agbooks, 2011.

KREHER, Rodrigo. *Ou caminha com Deus, ou dança com o diabo: igrejas neopentecostais e governo da juventude pobre*. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

LEMOS, Jardson Alves. *O crescimento neopentecostal no Distrito dos Prazeres: motivos e razões de mudança de denominação religiosa*. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, 2009.

MARTINS, Erik Fernando Miletta. *Frames neoliberais na retórica neopentecostal: aspectos referenciais e sociocognitivos*. 2015. 233 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, 2015.

MARTINS, Wilmont de Moura. *Trilhas juvenis: uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia*. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

MORAIS, Edson Elias de. *Religiosidade contemporânea: aproximações entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo*. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, 2013.

NIDELCOFF, Maria Tereza. *A escola e a compreensão da realidade*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira; GUIMARÃES, Maria Teresa Canezin. *Jovens mulheres em processo de formação no curso de pedagogia: representações sociais instituintes da profissão*. Revista Educativa. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, v. 17, n. 1, pp. 53-74, jan/jun. 2014.

SANTOS, Milton. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCOTT, Russell Parry. *Jovens, religiosidade e aquisição de conhecimentos e habilidades entre camadas populares*. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 42, p. 375-388, set./dez. 2004.

SOFIATI, Flávio Munhoz. *Religião e juventude: Os jovens carismáticos*. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Jessé de (org). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: editora UFMG, 2012.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

ZANDONAI, Cristiane Oliveira. *A pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre*. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

# O DESEMPREGO DA JUVENTUDE NO BRASIL EM CRISE

Euzébio Jorge Silveira De Sousa<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar os impactos da recente crise econômica no Brasil sobre o nível de desemprego da juventude de 15 a 29 anos. Durante os anos 2000 o Brasil experimentou um substantivo crescimento econômico, fruto do ciclo de commodities, que favoreceu as exportações brasileiras, a elevação do nível médio de salários e a ampliação do consumo dada a melhor distribuição de renda e ampliação do crédito, com o fim do ciclo de crescimento e aprofundamento da crise política e econômica, o mercado de trabalho volta a reproduzir seus traços estruturais de elevado desemprego, elevada rotatividade e baixos salários,

<sup>1</sup> Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP e Membro do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)

sendo a juventude a mais afetada pela crise. Com o declínio da renda das famílias a juventude, que experimentou protelar o ingresso na vida laboral a fim de ampliar sua escolarização, busca um espaço no mercado de trabalho para contribuir na composição da renda familiar e se depara com a explosão do desemprego.

## INTRODUÇÃO

Na primeira década do século XXI o Brasil experimentou um considerável crescimento econômico e, diferentemente do que ocorreu durante a ditadura militar, nos anos 2000 o país cresceu com elevação da renda dos trabalhadores, redução das desigualdades, ampliação de direitos sociais e elevação do salário mínimo. Na segunda década dos anos 2000 a economia se modifica, gerando um quadro propício para o surgimento da crise política, o que atinge não apenas os avanços dos anos 2000, como também diversos outros direitos já consolidados no século XX como os direitos trabalhistas.

Mesmo depois de deflagrada a crise na economia Global de 2007/2008, o Brasil conseguiu retardar seus impactos por meio de políticas de expansão da demanda agregada, via expansão do crédito e do consumo. A partir de 2015, após eleições nacionais altamente polarizadas e com evidências da ineficácia da política de desoneração, a economia dava sinais de desaquecimento promovendo uma relação simbiótica entre crise política e econômica.

Deve ser destacado que o PIB per capita caiu entre os anos de 2009 e 2014, porém, as famílias mantiveram o mesmo patamar de despesas, o que contribuiu para a manutenção da demanda efetiva



e o aquecimento econômico. É provável que a despesa das famílias continuava alta, dado a elevação dos salários puxado pela elevação do salário mínimo, ampliação do crédito e pelas políticas sociais de transferência de renda.

Em 2015 e 2016 a crise econômica e política se aprofunda, promovendo a redução dos investimentos e ampliação das incertezas, o que impactou negativamente o produto e o consumo. Nos dois anos citados, o PIB per capita decresceu 8,4% e o consumo das famílias 7,4%. Verifica-se esgotamento da política econômica e piora no mercado de trabalho. As crises política e econômica degradam rapidamente os indicadores do mercado de trabalho, gerando elevado desemprego e precarização da estrutura ocupacional. Os jovens são compelidos a voltarem ao mercado de trabalho para contribuir na recomposição da renda familiar que declinou graças a escalada do desemprego.

O elemento chave para o entendimento da inserção no jovem no mercado de trabalho é o desemprego. O desemprego juvenil não é apenas uma característica estrutural na trajetória profissional dos jovens, é também o elemento que estabelece o peculiar arranjo de nossa estrutura produtiva e social, que pressupõe a existência de uma grande massa de jovens pressionando o mercado de trabalho, disposta a trabalhar por qualquer salário e a aceitar qualquer regime de contratação. A manutenção do desemprego gera efeitos nos níveis de salários, na taxa de rotatividade e elevação da informalidade. Ou seja, mesmo com um mercado relativamente bem regulado, a manutenção do desemprego possibilita um tipo de terrorismo econômico que impede que os trabalhadores reivindiquem seus direitos, se organizem e demandem uma maior participação no excedente produzido. O desemprego elevado em uma sociedade muito mercantilizada inviabiliza a implementação, mesmo dos mais elementares direitos trabalhistas e sociais.

O desemprego juvenil nos países periféricos, como o Brasil, não é similar ao dos países centrais, o jovem brasileiro não tem a oportunidade de desfrutar do suposto direito conquistado pela sociedade capitalista, expresso na liberdade do trabalhador escolher a quem vender sua força de trabalho, podendo negocia-la com quem achar conveniente. Este “direito” está restrito aos países centrais, ou por possuírem uma elevada oferta de bons empregos, ou por terem constituído um estado de bem-estar social que permita ao trabalhador não morrer de fome até que encontre um emprego adequado. Guimaráes (2006) identifica que trabalho é central para a construção material e simbólica dos jovens brasileiros, a centralidade está fundada no trabalho, ou em sua busca incessante, graças a estrutural marca do desemprego.

### 1.1. BRASIL E A CRISE ATUAL (2013 – 2018)

Buscando encontrar os elementos determinantes da crise enfrentada pelo Brasil nos últimos anos, Carneiro (2017) identifica, além dos conflitos de classe, a existência de elementos estruturais, cíclicos e de política econômica. Sem considerar tais elementos qualquer análise da crise será equivocada ou superficial.

O elemento estrutural possui uma dimensão financeira e uma produtiva. A dimensão financeira está relacionada a um conjunto de reformas que buscavam integrar o país à dinâmica das economias globalizadas durante a década de 1990. A liberalização financeira foi responsável por elevar a vulnerabilidade externa da economia Brasileira, deixando-a suscetível as oscilações dos ciclos de liqui-

dez internacional. O nível de vulnerabilidade externa se elevou a partir de 2009, graças as incomuns políticas monetárias, praticadas pelos EUA, Japão e UE, a fim de lhes proporcionar alternativas a crise de 2008. O elemento produtivo está relacionado com a III e IV revolução tecnológica e com a divisão internacional do trabalho, que abriram a possibilidade de um nível de integração da produção global nunca experimentada - propiciado inicialmente pela microeletrônica e as tecnologias de comunicação e informação e, mais recentemente, pela inteligência artificial, internet das coisas, Data e Analitichs e etc. Enquanto países como a China realizam uma transformação da sua estrutura produtiva, irradiando efeitos na economia global dado a intensidade de seu crescimento e o volume de seu mercado interno, o Brasil permanece apartado das transformações tecnológicas e produtivas. Além do país não conseguir ingressar na nova revolução industrial, também promove uma especialização regressiva, elevando a participação de setores intensivos em recursos naturais e reduzindo setores intensivos em tecnologia.

A mundialização do capitalismo, potencializada pelas inovações da nova revolução tecnológica e pela elevada liberdade de trânsito dos capitais, aprofunda a estratégia da construção de Cadeias Globais de Valor (CGV), que constitui uma grande especialização das empresas em escala mundial, fracionando e distribuindo os processos produtivos em diferentes países pelo mundo.

Com grande capacidade de gerenciamento à distância, dada as novas tecnologias de comunicação e informação, a nova grande divisão internacional do trabalho enviou para a periferia do capitalismo a fração da produção intensiva em trabalho, buscando países com menores salários e direitos trabalhistas. Países da América Latina e Ásia foram “beneficiados” com este processo, desde que garantam as condições precárias do mundo do trabalho. O compromisso com a competitividade baseado nos baixos salários ajuda a explicar porque o setor financeiro e empresarial no Brasil pressionou tanto pela regulamentação da terceirização nas atividades fins e pela reforma trabalhista de 2017. Como apresenta Singer (2015), quando a economia apresentou os primeiros sinais de desaquecimento em 2012 a CNI lança um plano de flexibilização da CLT chamado de Brasil do diálogo, que contava com 101 propostas para a modernização trabalhista no país.

O tipo de inserção do Brasil e de outros países da América do Sul nas cadeias globais de valor era caracterizado por uma composição de valor adicionado doméstico, o que expressa uma exportação de matérias primas e recursos naturais, enquanto a participação de países da Ásia como a China expressa um processo inverso. Para Sarti e Hiratuka (2017) a especialização regressiva não significa necessariamente uma desindustrialização, mas, segundo os autores, o Brasil viveu uma desindustrialização explícita a partir de 2011, imposta pela intensificação da concorrência global e queda dos preços industriais, que foram intensificadas pela redução da utilização da capacidade instalada pós crise global, especialmente da China.

Com relação aos determinantes internos é necessário constatar que o país conviveu com um considerável crescimento econômico entre os anos de 2003 e 2010, puxado inicialmente pelo elevado nível de preços das commodities e pelo crescimento das exportações líquidas. As exportações cresceram de forma consistente até 2009, quando o quadro se altera, gerando não apenas uma queda, como

também mudanças em nossa pauta de exportação, com os produtos básicos superando as exportações de manufatura. No período posterior, o crescimento foi impulsionado pela expansão do consumo e do investimento; entre 2003 e 2010 o investimento em relação ao PIB cresceu 4 pontos percentuais. Se o nível de investimento foi impactado pelo déficit na balança de exportações de manufatura e de serviços, o que contribuiu para uma reprimarização de nossa pauta exportadora e uma piora na qualidade dos empregos gerados, a elevação do consumo via distribuição de renda e ampliação do crédito à pessoa física ajudou a protelar a fase mais aguda da crise econômica e política no país.

Diferentemente de outros períodos de elevado crescimento econômico no Brasil, como no milagre econômico, a elevação do consumo foi marcada por uma maior distribuição de renda e pelo salutar crescimento do crédito. De acordo com o Banco Central Brasileiro, em 2002 o crédito no Brasil correspondeu a 22% do PIB, percentual que cresceu ano a ano, atingindo, em 2013, 56% do PIB. O ciclo de crescimento alicerçado na elevação do consumo via distribuição de renda e ampliação do crédito dá sinais de esgotamento. Os conflitos distributivos se tornam mais intensos, estabelecendo também obstáculos políticos para manutenção da ampliação dos salários e das políticas redistributivas. A pressão pelo suposto equilíbrio fiscal, ancorado na necessidade de manutenção da solvência da dívida pública, geraram obstáculos também ao investimento público, o que promove uma redução do investimento público federal em 2011, o mantendo estacionado em torno de 1% do PIB nos anos seguintes.

Nos parece evidente que os argumentos de CEDEC (2015) e IEDE (2016) de que a queda dos investimentos no Brasil é resultado da elevação dos salários acima da produtividade, o que teria comprimido as margens de lucro e desestimulado novas inversões, são inconsistentes e partem de pressupostos equivocados. No âmbito da economia internacional deve ser observado que a elevação de salários em outros países do mundo não foi obstáculo aos investimentos, como observado pela OIT no “Global Wage Report 2016/17 Wage inequality in the workplace”. Segundo o relatório, entre 2006 e 2015, países como Rússia, China, Turquia, Índia e África do Sul tiveram elevações salariais maiores que as do Brasil, sem que estes países tivessem submergido em uma crise semelhante a brasileira.

Em âmbito doméstico, Diegues e Rossi apontam que entre, 2000 e 2010, os gastos com pessoal nas empresas do setor industrial representaram a mesma proporção de 13,9% tanto em 2000 como em 2010. Ao analisarem a relação entre salários e Lucros, os autores constataram uma redução relativa dos salários no mesmo período, reafirmando que a queda dos investimentos não sugere relação causal com a elevação proporcional dos salários frente aos lucros. Os custos unitários não são estabelecidos apenas pela taxa de salários, são influenciados por diversos outros fatores que possibilitaram não só a manutenção dos lucros e a elevação da competitividade via redução de preços. Fatores como desvalorização do Real, redução da taxa de juros, desoneração fiscal e redução dos custos com energia foram algumas das políticas do governo Dilma que tinham como objetivo a alteração dos preços relativos em favor do lucro das empresas, promovendo também uma redução do impacto da elevação dos salários sobre os custos unitários.

Iedi (2016) trouxe também uma outra linha de argumentação que parece possuir maior aderência a observação empírica, que con-

siste na queda das margens líquidas de lucro não em razão dos salários, uma vez que o custo operacional das empresas cresceu apenas 4,6% entre 2011 e 2014, mas sim dos custos das dívidas, que cresceram 80% no mesmo período. Diegues e Rossi (2017) apresentam que a apreciação da taxa de câmbio também impactou o setor produtivo nacional, graças ao elevado coeficiente de insumos importados, reduzindo assim, as margens de lucro.

Baltar et al. (2017) identificam que a melhora na distribuição de renda entre 2003 e 2013 não estava associada a mudanças na estrutura produtiva do país, mas a um “encolhimento do leque salarial”. Ou seja, mesmo nos primeiros anos do Governo Dilma a melhor distribuição não estava associada a mudanças substantivas na estrutura ocupacional, mantendo uma proporção similar entre os setores econômicos em todo o período de maior crescimento do PIB. Segundo os autores, o problema da distribuição de renda nestes moldes reside na possibilidade de maiores conflitos distributivos, uma vez que a elevação da renda não está associada a elevação da produtividade, mas sim a uma elevação do salário mínimo e, por sua vez, das faixas salariais mais baixas. Os autores apresentam, ainda, que esta dinâmica de elevação salarial tende a acirrar conflitos distributivos entre capital e trabalho e entre as pessoas com diferentes níveis de remuneração.

Outro elemento que pode ter contribuído para aguçar os conflitos distributivos reside no financiamento das políticas sociais e de transferência de renda. Posto que a carga tributária no Brasil assume um caráter muito regressivo, com excessivo peso na tributação sobre o consumo, os ricos pagam proporcionalmente menos impostos que os trabalhadores ou as camadas intermediárias, sobrecarregando estes com o maior peso da manutenção do Estado.

A redução dos investimentos, a mudança na composição da oferta de crédito e as mudanças no fluxo de exportações já davam sinais de um esgotamento do modelo de crescimento trilhado pelos governos Lula, porém, dadas as restrições estruturais e as mudanças no ciclo de liquidez internacional, o período de bonança que permitiu um crescimento com considerável conciliação entre as classes chegava ao fim, e seria necessário enfrentar o conflito na distribuição dos excedentes. Enfrentar o conflito demandaria mais que capacidade técnica, seria necessário o estabelecimento de um rumo claro e um arco de alianças sólido, a fim de resistir a reação de setores não acostumados a serem contrariados. Segundo Singer (2015) Dilma cutucou onça com vara curta ao tentar enfrentar o setor financeiro sem o necessário apoio das classes populares e de outros setores interessados no modelo de crescimento assumido como adequado até 2014.

Para Carneiro (2017), as bases para o novo projeto de desenvolvimento estariam alicerçadas na reindustrialização e ampliação da infraestrutura do país, em contraposição ao setor financeiro, responsável pela pressão em manter níveis tão elevados de taxas de Juros. Tendo em vista a inconstância do setor produtivo nacional, o governo viu a necessidade de atribuir papel na condução do processo de crescimento, via Bancos Públicos, sobretudo BNDES, e empresas estatais, com ênfase para Petrobras.

Que pese os limites de uma identificação das classes a partir das rendas, Quadros (2015) fornece uma indicação de como a estrutura social no Brasil é sensível às mudanças de ciclos econômicos e quais mudanças materiais ocorreram no Brasil entre 2012 e 2013, que podem ter contribuído para início da crise econômica e para

incendiar as grandes manifestações de Junho de 2013. Segundo Quadros (2015), entre 2004 e 2012 o Brasil viveu um importante processo de mobilidade social, promovendo não apenas uma brusca redução no número do que o autor classificou como “miseráveis”, como também uma transição para camadas superiores em todas as estratificações de renda. Entre 2002 e 2012, descontando o efeito demográfico, verificou-se uma redução de 33,36 milhões de “miseráveis” e 7 milhões classificados como “massa trabalhadora”, que, supostamente, acenderam para as classes superiores, o que provocou um acréscimo de 27,4 milhões de pessoas na baixa classe média, 9,2 milhões na média “classe média” e 3,7 milhões de pessoas na “alta classe média”.

Estes dados induziram pesquisadores e políticos a equívocos quanto a hipótese de o Brasil ter se tornado um país majoritariamente de classe média, o que não se confirmou na identificação do lugar de classe dos chamados “nova classe média”, que, segundo o próprio autor, não guarda relação social e econômica com a classe média tradicional, sendo composta na prática por auxiliares de enfermagem, comerciários, auxiliares de escritório e outras categorias assalariadas.

Segundo Quadros (2015), os bons resultados eleitorais da segunda eleição de Lula e da primeira eleição de Dilma foram fortemente influenciados pela percepção da mobilidade social, o que também influenciou a segunda eleição da Dilma, porém fruto apenas dos dois anos de seu último governo. A mobilidade social, nos termos apresentados por Quadros (2015), ocorreu ano após ano até 2013. Em 2013 é observado uma ampliação de 1,3 milhões de “miseráveis” e 2,4 milhões de pessoas na baixa classe média, enquanto pode ser identificado uma redução de 780 mil pessoas da alta classe média e 2,6 milhões da média classe média. Com o padrão de desenvolvimento alicerçado na ampliação do consumo e do crédito, com a taxa de câmbio voltada para combater a inflação e garantir o poder de compra e com a grande companhia publicitária pregando que o Brasil se transformara em um país de classe média, a reversão da estrutura social assume características explosivas.

A desaceleração de 2013 se transformou em estagnação em 2014, aprofundada pela redução dos investimentos, expressos na redução da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e na redução do consumo. A reversão na estrutura social e a atuação politizada da operação Lava Jato dificultavam alternativas de reindustrialização que passassem pela elevação dos investimentos públicos diretos ou via empresas públicas, dado que a Petrobras era um dos principais focos das investigações.

No setor público o governo federal parte de um superávit primário em 2011 de 2,5%, para um déficit de 0,6% em 2014. O déficit deste período é explicado mais pela redução das receitas, dado a baixa atividade econômica, que pela elevação dos gastos. Outro fator que ajuda explicar a elevação do déficit foi a política de desoneração fiscal sem o devido critério. Ainda que as desonerações tenham acabado gradativamente no período posterior, a tendência pró-cíclica das receitas continuou impactando as contas públicas dado o decréscimo da economia. Em 2015 e 2016 o déficit primário atinge o patamar de 2%, mas o déficit nominal chega a 10% do PIB, dado a política de elevação das taxas de juros e swaps cambiais. Por fim, constata-se que a política contracionista de austeridade fiscal não só aprofundou a crise econômica e social do país, como deixou o Brasil com uma dívida pública no mesmo patamar do final

do segundo governo FHC (CARNEIRO, 2017)

Após abandonar o chamado “ensaio desenvolvimentista” no final de 2014, Dilma inicia seu novo governo em 2015 implementando uma clara política ortodoxa, dirigida por uma indicação do mercado financeiro no ministério da fazenda. Os objetivos anunciados pela nova equipe econômica era recuperar a confiança do mercado interno e externo, a fim de manter a classificação de risco das agências de rating; promover corte de gastos públicos para atingir recompor o saldo primário mantendo o equilíbrio fiscal; permitir que o mercado estabeleça as tarifas e preços públicos, sobretudo de energia e combustível, desonerando assim o Estado; elevar a taxa de juros para conter os aumentos inflacionários; e não mais interferir no mercado de câmbio. Desta forma, Dilma abdica da base social que a elegeu e busca, a partir de um possível acordo com os derrotados na eleição de 2014, uma trégua política, comprometendo-se a implementar políticas pró mercado de caráter contracionista. Não restam dúvidas que o modelo implementado até 2014 era incapaz de solucionar as contradições acumuladas pelas mudanças no fluxo de liquidez internacional e no esgotamento do ciclo de crescimento doméstico, mas é também evidente que o caminho escolhido para o segundo governo Dilma maximizaria as deficiências nos indicadores econômicos, abrindo espaço para o aprofundamento não só da crise econômica como também da crise política.

#### EFEITOS DA CRISE NO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho nos anos 2000 foi positivamente afetado pela expansão econômica, que possibilitou ampliação de taxa de ocupação e níveis salariais, no entanto, este mercado foi também o mais afetado pelas crises econômica e política. Os sinais de desaquecimento econômico entre os anos 2013 e 2014 se transformaram na mais profunda crise econômica do país, iniciada com as políticas contracionistas do segundo governo Dilma e, com maior impacto, no governo Temer. Os articuladores do Golpe de 2016 tinham objetivos claros quanto as políticas que deveriam ser implementadas e - com pretexto de combater a crise - seriam os trabalhadores e a população mais pobres os mais atingidos. A saída encontrada pelo governo de Temer estava prevista pelo documento “Ponte para o Futuro”, que consistia em uma carta de compromissos entre o então vice-presidente e o sistema financeiro nacional e internacional. O documento tinha por objetivo garantir a solvência da dívida pública, por meio da destruição de direitos e redução drástica de investimentos sociais, e aprofundar as assimetrias entre capital e trabalho - flexibilizando o mercado de trabalho mediante aprovação da reforma trabalhista e previdenciária. Ao Assumir, Temer desfruta de um congresso fisiológico e conservador que lhe permite aprovar leis e implementar mudanças constitucionais de cunho liberalizantes, como a reforma trabalhista de 2017, regulamentação da terceirização (em favor dos empregadores) e o congelamento dos investimentos sociais por 20 anos.

A reforma trabalhista de 2017 entra em vigor em um período de profunda crise econômica e persistente piora nos indicadores do mercado de trabalho, o que dificulta a distinção entre fenômenos associados aos reflexos da reforma e impactos da recessão na economia Brasileira. Algumas considerações podem ser feitas observando a variação do saldo de empregos nos diferentes setores e tipos de ocupações, a fim de identificar mudanças de padrões antes e depois da reforma em questão. Os principais argumentos para a implementação de uma reforma trabalhista pouco debatida com a

sociedade e sabidamente impopular entre os trabalhadores, foi a necessidade de uma suposta modernização das relações de trabalho, via flexibilização de jornada, remuneração e modalidades contratuais. Para os defensores da reforma a priorização do negociado sobre o legislado e o enfraquecimento da justiça do trabalho contribuiria para dar segurança jurídica aos empresários, incentivando uma elevação dos investimentos e retomada do crescimento econômico. Desta forma, é necessário verificar não apenas os impactos da reforma no mercado de trabalho, como também sua influência sobre o nível da atividade econômica.

O saldo de empregos formais após reforma trabalhista não aponta para recuperação dos níveis verificados antes da crise econômica que impactou o mercado de trabalho em 2015. Depois de dois anos com saldos negativos de empregos formais em quase todos os meses, 2017 registrou saldo positivo de abril a outubro. Ainda assim, a tímida recuperação de 2017 está longe de recompor mesmo nível de estoque de emprego de 2015. Fato é que os saldos de 2017 são resultado não de uma ampliação de número de contratados, mas de uma redução dos demitidos. Mesmo o efeito sazonal da brusca queda do saldo de empregos no mês de dezembro/2017 foi menos expressivo que de dezembro anteriores, em razão do menor nível de contratações.

Uma vez que o estoque de empregos formais é muito maior nos estados do sudeste e sul, e estas regiões registraram crescimento no acumulado do ano, verifica-se uma ampliação da desigualdade regional na geração de empregos formais no país. Os dados apontam para uma retomada das características estruturais do mercado de trabalho nestas regiões, marcadas por menores salários e maior informalidade.

Quando se analisa a diferença salarial entre os trabalhadores demitidos e contratados se constata uma maior diferença salarial em setores com maior produtividade e maior qualificação. As diferenças salariais são menores entre trabalhadores em ocupações com maior nível de rotatividade e menor qualificação, dado sua menor capacidade de construção de uma trajetória profissional com progressão na carreira. Analisando os dados entre fev/2017 e fev/2018 pode ser constatado uma aproximação salarial entre demitidos e contratados, o que pode significar elevação da rotatividade ou ampliação proporcional das ocupações mais precárias em setores como serviços e comércio.

O trabalho intermitente foi mais utilizado nos setores do comércio, serviços, indústria de transformação e construção civil. O comércio é o setor que mais contrata e mais demite trabalhadores intermitentes, evidenciando que, mesmo com as formas flexibilizadas de contratos, o setor mantém uma elevada rotatividade. As ocupações com maior saldo de empregos nesta modalidade de contrato são respectivamente “alimentador da linha de produção”, “servente de obras”, “faxineiro”, “vigilante”, “monitor de tele atendimento”, apontando mais uma vez que a “moderna” reforma trabalhista é largamente utilizada em ocupações precárias. Isso sem contar que 93% dos trabalhadores com contratos intermitentes possuem até o ensino médio. Contrariando o argumento dos defensores da reforma, que afirmavam que os contratos intermitentes seriam desejados pelas mulheres, 70% destes contratos são com trabalhadores do sexo masculino.

Os contratos com jornada parcial incidem mais nos setores de serviços, comércio indústria de transformação e construção civil,

respectivamente, mas também possuem um grande número de demitidos, apontando para uma maior rotatividade neste tipo de contrato. O que chama atenção nas dez ocupações que mais realizam contratações por tempo parcial, é que quatro são relacionadas a todos os níveis educacionais, o que sugere uma precarização nas condições de trabalho dos professores que, via de regra, possuem um grande volume de trabalho extraclasse em sua jornada, mas que possivelmente não receberão por este trabalho.

### EFEITOS DA CRISE NA PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

A participação juvenil no mercado de trabalho possui maior sensibilidade a mudanças de ciclos econômicos em todo o mundo, fenômeno que assume causas e características distintas a depender do quadro econômico e nível de desenvolvimento de cada país.

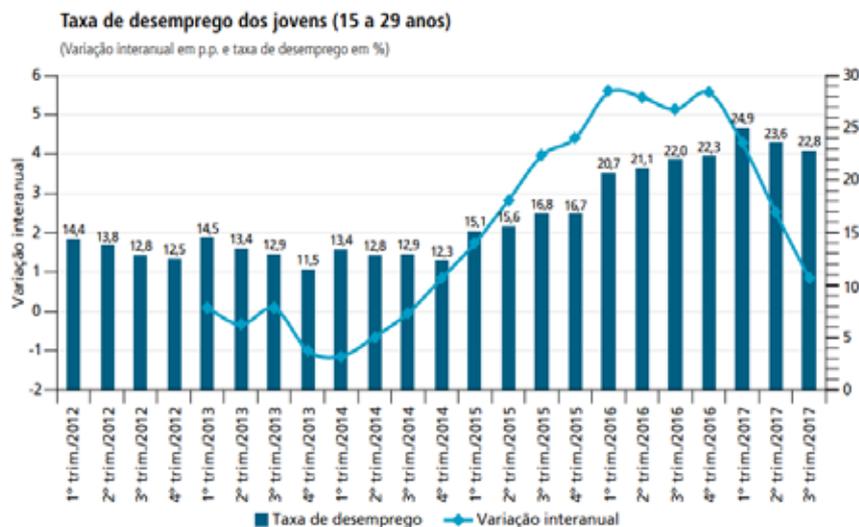
Elementos de nossa estrutura produtiva, como o excedente de força de trabalho, não só expressam como também reproduzem nossa condição de país subdesenvolvido. A pressão econômica e institucional para elevar a participação dos jovens no mercado de trabalho reforça a heterogeneidade de nossa estrutura ocupacional e reproduz as condições necessárias para manter o excedente de força de trabalho.

A análise da estrutura ocupacional dos jovens fornece valiosos indicadores do mercado de trabalho como um todo, uma vez que, por estar no início de sua vida laboral e ser mais suscetível ao desemprego, a juventude tende a aceitar novas modalidades de contratações, aceitar ocupações com maior rotatividade e com remunerações menores ou mais flexíveis, o que a deixa mais vulnerável as variações dos ciclos econômicos e a mudanças institucionais.

Durante o período de crescimento econômico nos anos 2000 a participação da juventude no mercado de trabalho reduziu, sobretudo entre os jovens de 15 a 17 anos. Esta redução converge com uma tendência das duas décadas anteriores, fruto de fenômenos demográficos, mudanças na estrutura produtiva brasileira e mudanças culturais; todavia foi o crescimento da renda das famílias nos anos 2000 que permitiu uma saída sustentada dos jovens do mercado de trabalho, à medida que reduzia a necessidade de sua contribuição na composição da renda familiar. Entre os anos de 2006 e 2013 a participação dos jovens de 15 a 29 anos reduziu 6,4% e dos jovens de 15 a 17 a redução foi de 23,9%. No mesmo período se verifica uma ampliação de 14,2% nos anos de escolaridade das pessoas com idade entre 25 e 29 anos.

A economia começa a dar sinais de desaquecimento em 2011, gera efeitos na estrutura social já em 2013, mas começa a impactar o mercado de trabalho em 2014. A partir de 2014 o desemprego dos jovens de 15 a 29 anos inicia uma escalada até o começo de 2017, partindo de uma taxa de desemprego de 12,3% no 4 trimestre de 2014, chegando a 24,9% no primeiro trimestre de 2017.

O período de baixo desemprego chega ao fim no Brasil, confirmando a tese de que o crescimento dos anos 2000 não foi capaz de romper com a característica estrutural do mercado de trabalho, marcado por elevado desemprego, baixos salários, elevada taxa de informalidade e alta rotatividade. Convivendo com maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, a juventude é a mais afetada pela crise, sobretudo os que estão no começo de sua vida laboral. O segmento etário que fora mais afetado pela redução da partici-



Fone: CORSEUIL, POLOPONSKY e FRANCA, 2018

pação, podendo estender sua dedicação aos estudos, com a crise passa pressionar pelo ingresso ou reingresso no mercado de trabalho, a fim de contribuir na composição da renda familiar. Ao buscar um espaço no mercado de trabalho se depara com a insuficiência de oferta de trabalho, que provocou uma explosão nos níveis de desemprego juvenil. A taxa de desemprego entre jovens de 15 a 17 anos cresce 20 pontos percentuais, partindo de 21,6 em 2014, atingindo 41% em 2017.

A elevação do desemprego impacta de forma mais contundente as mulheres e negros. Em 2012, um período de queda do desemprego, a desigualdade no mercado de trabalho persistia. Porém, com o aprofundamento da crise econômica, setores com maior nível de vulnerabilidade são mais afetados pelo desemprego, alargando a desigualdade conforme a crise se aprofunda. As mulheres sofrem com maior desemprego em todas as faixas etárias, quadro que se acentua quando se trata de uma jovem negra. Em 2017 mais da metade das jovens negras na força de trabalho estavam desempregadas. O gráfico abaixo também demonstra como a redução da atividade econômica amplia as desigualdades entre as faixas etárias, uma vez que os jovens adolescentes precisam buscar ocupação em detrimento da dedicação ao estudo.

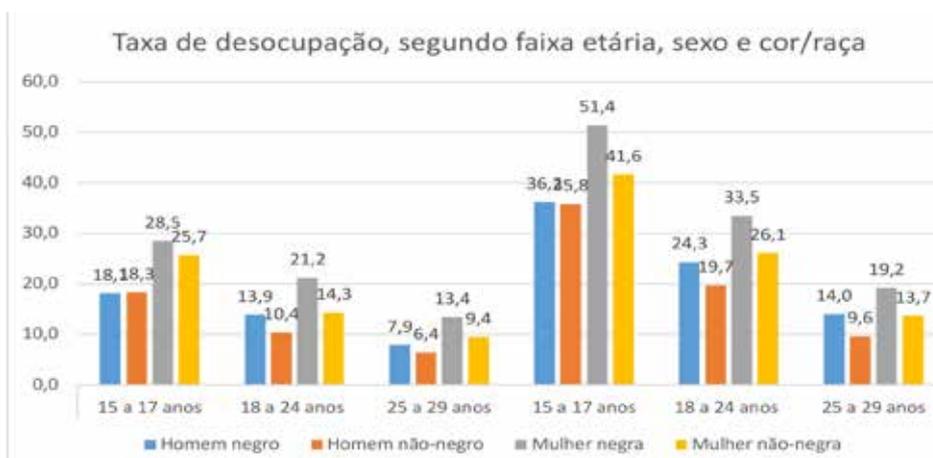
Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

Como foi apresentado acima, as medidas de austeridade fiscal e eliminação de direitos sociais penalizam prioritariamente (ou exclusivamente) os mais pobres, que são duplamente impactados com as ações do governo Temer. Por um lado, são atingidos pelo elevado desemprego que rebaixa os salários e eleva a informalidade, fruto de uma política econômica contractionista que aprofunda a crise; por outro perde direitos sociais via mercantilização, obrigando as camadas populares a pagar por serviços privados caros e de baixa qualidade, ou simplesmente abdicar de usufruir de bens e serviços fundamentais para existência humana, como educação, saúde e alimentação adequada. A elevação do desemprego atinge de forma

desigual a juventude com diferentes faixas de renda familiar per capita e faixa etária. Entre os jovens de 15 a 17 anos o desemprego entre os 10% mais ricos é de 28,7%, entre os 10% mais pobres o desemprego é de 45,8%. A desigualdade entre jovens de 18 a 24 anos é ainda mais expressiva, com os 10% mais ricos conviverem em 2017 com um desemprego de apenas 10,6% e os 10% mais pobres amargurarem um desemprego de 53%, uma diferença de 43 pontos percentuais.

Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

A manutenção do desemprego juvenil permite uma pressão pelo rebaixamento das condições generalizada no mercado de trabalho. A redução dos direitos trabalhistas dos jovens admite que os empregadores ampliem a substituição dos trabalhadores melhor remunerados e qualificados por jovens, com menores salários e experiência, mas com grande vigor e predisposição por aprender. As novas tecnologias conduzem a automação de tarefas mais complexas, possibilitando uma maior substituíbilidade de trabalhadores mais experientes por jovens trabalhadores ingressantes. A reforma trabalhista de 2017 está inserida em uma dinâmica global do capitalismo financeirizado e das cadeias globais de valor que subjuga economias e Estados nacionais, em busca da melhor rentabilidade, menores salários, inexistência de direitos trabalhistas e sociais. As novas tecnologias permitem formas remotas de gerenciamento do trabalho, destruindo ocupações mais estáveis, típicas na segunda revolução industrial, e criando ocupações com remunerações variáveis, jornadas modulares e ausência de vínculos formais. No Brasil a reestruturação produtiva eliminou sobretudo postos de emprego majoritariamente ocupados por jovens como “auxiliares do comércio e serviços, office boys, aprendizes e meio-oficiais da indústria, entre outros” (GUIMARÃES, 2006, p. 22). Surgiram desde então ocupações que trazem uma instabilidade ainda maior aos jovens em sua trajetória profissional. Com a desindustrialização que acomete o Brasil ao menos desde 2011 e com a ausência de postos de trabalho mais estáveis, para analisar o mundo do trabalho, se faz necessária a utilização de ferramentas estatísticas que detectem o desemprego oculto, como a taxa de subutilização da força de



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

trabalho.

A taxa de Subutilização da força de trabalho faz parte das recomendações da 19ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho – CIET, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, a fim de aprimorar o monitoramento do mercado de trabalho, assimilando mudanças nos tipos de contratos e jornadas de trabalho. Para compor esta taxa são considerados três componentes que fazem parte da força de trabalho: 1) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e os 2) desocupados; e 3) força de trabalho potencial<sup>2</sup>.

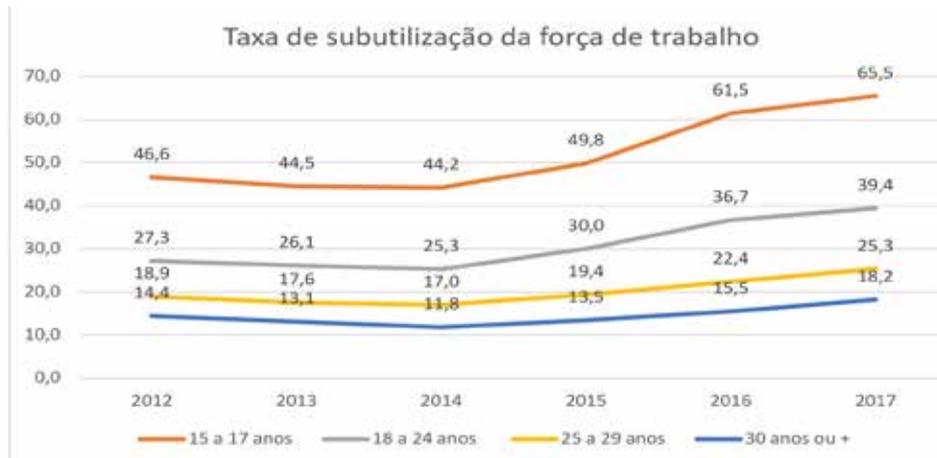
<sup>2</sup> As pessoas subocupadas são os que trabalharam menos de 40h, gostariam de trabalhar mais horas no mês e estavam disponíveis para o trabalho. As pessoas desocupadas são as pessoas com mais de 13 anos, que procuraram emprego no período de 30 dias de referência e estavam disponíveis para trabalhar. Este indicador considera desempregado também a pessoa que está sem trabalho e que não fez nada para conseguir emprego, por já ter conseguido emprego para iniciar entre 30 e 90 dias pós a semana de referência. A força de trabalho potencial é formada por pessoas que não estão na força de trabalho, mas que possuem potencial para tal, sendo formada por: pessoas que buscarem emprego para não estavam disponíveis para trabalhar; e pessoas que

A taxa de subutilização da força de trabalho (TSFT) é mais sensível para detectar não apenas mudanças conjunturais de variação do nível de ocupação, como também deficiências estruturais do mercado de trabalho, que são invisibilizadas pelo ineficiente sistema de empregos. Esta medida é mais adequada aos países subdesenvolvidos por captar melhor o desemprego dos que constam como empregados por exercerem algum tipo de bico ou atividade eventual. As ocupações criadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) tendem a ter jornadas de trabalho irregulares e rendimentos variados.

Como pode ser observado no gráfico abaixo, a taxa de subutilização da força de trabalho vinha declinando em todas as faixas etárias de 2012 a 2014, mas permanecia elevada. No gráfico pode ser constatada a grande assimetria entre as faixas etárias, sendo mais uma vez, os jovens de 15 a 17 anos os que enfrentam as mais elevadas TSFT, partindo de um patamar de 44,2% em 2014, atingindo em 2017 uma taxa de 65,5%. Os jovens de 18 a 24 anos também não buscaram emprego, mas que gostariam de trabalhar.



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

veram uma ampliação considerável no nível da TSFT, que cresceu 15 pontos percentuais no mesmo período. Chama atenção como os elevados níveis de subutilização de força de trabalho constroem especialmente a juventude. O nível da TSFT dos jovens de 15 a 17 anos é 57 pontos percentuais maior que a taxa dos adultos.

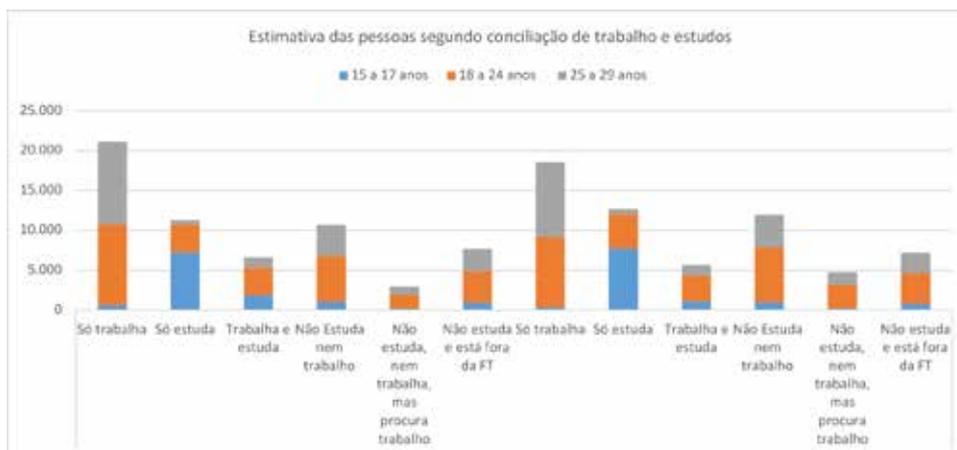
As taxas de transição estudo/trabalho são significativamente distintas quando observados diferentes níveis educacionais, de acordo com o relatório OIT (2017), a transição ocorre em 22,2 meses entre os que possuem ensino primário, 14,3 meses entre os que possuem nível secundário e 8,5 meses entre os jovens que possuem formação superior. Porém, quando observado o comportamento da transição entre países, verifica-se que em países com renda elevada a transição tende a ser mais demorada do que em países com renda baixa. Segundo OIT (2017), isso se explica pelo fato de que as famílias dos jovens de países com renda mais elevadas permitem que estes jovens prorroguem a busca por emprego, a fim de ampliar seu nível educacional e aguardar por melhores oportunidades profissionais. Os jovens dos países mais pobres não podem permanecer muito tempo sem trabalhar, sendo compelidos a aceitar um emprego em um tempo mais curto, ou buscar uma inserção no trabalho

por conta-própria.

A pesquisa SWTS da OIT identificou 24% dos jovens trabalhavam e estudavam nos países selecionados, porém eram nos países sub-desenvolvidos onde a conciliação era mais pronunciada. Segundo relatório era no Camboja, República Dominicana e El Salvador. Na África Sub-Saariana e América Latina residem a maior parte dos jovens que conciliavam trabalho/estudo. Residem no norte da África, Europa e Ásia Central os jovens com menor taxa de conciliação estudo/trabalho.

A condição de jovem que não trabalha e nem está estudando é cada vez mais frequente entre os jovens no mundo. Os chamados nem-nem (nem estudam nem trabalham) precisam ser estudados por se tratar de uma condição social que trará pesadas consequências no médio e longo prazo aos jovens que permanecem muito tempo nesta condição. Outra característica relevante deste indicador é sua persistência em diferentes ciclos da conjuntura econômica, apontando um fenômeno estrutural no mercado de trabalho dos jovens.

A incidência de jovens que não trabalham e nem estão estudando



Fonte: PNAD – Elaboração Própria.

(nem-nem) na Europa acomete principalmente a classe média, que vira dissolver seu Estado bem-estar social; já no Brasil o fenômeno vincula-se a exclusão social que atinge principalmente jovens pobres, de 18 a 25 anos, pertencentes a cidades e regiões subdesenvolvidas e a famílias mais vulneráveis.

O elevado nível de jovens mulheres que não trabalham e não estudam também expressa um quadro preocupante, dado que estas jovens, na maioria das vezes, abandonaram o estudo e suas vidas profissionais devido ao peso do trabalho reprodutivo que sobre elas recai. É possível que, ao buscarem reingresso no mercado de trabalho, sejam inseridas na vida laboral de forma precária.

“A construção de indicadores para esse grupo de jovens permite endereçar questões como evasão escolar precoce, o desalento com o mercado de trabalho, jovens que estão fora da força de trabalho por motivo de saúde, jovens mulheres que estão fora da força de trabalho por se dedicarem a afazeres domésticos e cuidados, entre outras” (IPEA, 2017, p. 48)

O Brasil convive não apenas com um elevado contingente de jovens que conciliam estudo e trabalho, como também convive com elevados níveis de jovens que não estudam e não estão trabalhando. Como pode ser observado no gráfico abaixo a variação no nível de jovens nem-nem é muito sensível aos ciclos econômicos e a persistência nesta condição e gerará efeitos deletérios na trajetória de vida desta população, que dificilmente serão reparados. O gráfico indica que o maior impacto da crise entre os jovens reside na elevação do desemprego, que reduziu o número de jovens que só trabalham e que trabalham e estudam. A elevação o número de jovens que só estuda se elevou entre 2012 e 2017 em razão da ampliação do desemprego, que atingiu os jovens que conciliavam trabalho e estudo. Merece destaque o dado que os jovens que não trabalham nem estudam cresceu entre 2012 e 2017 em razão da elevação dos jovens em busca de trabalho, em detrimento dos jovens fora da força de trabalho.

## CONCLUSÃO

A crise econômica no Brasil traz à tona a dura constatação de que o crescimento econômico com distribuição de renda dos anos 2000 não foi capaz de modificar as características estruturais de nosso mercado de trabalho. O desemprego, que garante a manutenção dos baixos salários, da informalidade, do subemprego e elevada rotatividade, retoma o histórico vigor, transportando o Brasil de volta aos anos 1990. A partir de 2011 alguns indicadores econômicos passam a dar sinais de desaquecimento oriundos da reversão do ciclo de commodities e a perda de importância relativa da indústria – se convertendo posteriormente em desindustrialização. Ainda que a política cambial e de isenção fiscal não tenham contribuído para a retomada de um crescimento sustentado, a elevação dos salários – que gerou crescimento da renda das famílias –, a ampliação do crédito e a distribuição de renda foram elementos determinantes para manter taxas satisfatórias de crescimento e elevados níveis de emprego.

Mudanças na estrutura social são verificadas apenas em 2013, quando passa a ocorrer um processo de redução da renda das famílias, transportando-as para estratos inferiores de renda. Em 2014 o mercado de trabalho passa a expressar os sinais da crise e o desemprego começa a crescer. As taxas de desemprego juvenil

parte de 11,5% no 4º trimestre de 2013, chega a 24,9% no primeiro trimestre de 2017. A deterioração do mercado de trabalho impacta de forma mais contundente os jovens, ampliando o desemprego, a informalidade e a taxa de jovens que não estudam nem estão trabalhando. Com a redução da renda das famílias, os jovens são compelidos a tentar o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho e se deparam com a explosão do desemprego. A taxa de subutilização, que é mais sensível para detectar a desocupação, parte de um patamar já elevado de 44,2% em 2014 e atinge 65,5% em 2017 entre os jovens de 15 a 17 anos.

Conclui-se que o período de crescimento econômico não foi suficiente para romper com as deficiências do mercado de trabalho brasileiro. Os jovens, que já convivem com elevadas taxas de rotatividade, no Brasil também são expostos a elevadas taxas de desemprego e subemprego. A forma como foi conformado o mercado de trabalho no país exige a manutenção de intensa e permanente oferta de força de trabalho para manter a atual estrutura social e, para isso, é indispensável que os jovens ofertem sua força de trabalho o mais cedo possível. A resposta às crises econômicas são sempre imbuídas de elevada violência econômica, a fim de relembrar aos trabalhadores e as camadas populares que não têm o direito de demandar maior parcela dos excedentes produzidos.

## BIBLIOGRAFIA

- BALTAR, P.; SOUEN, J.; CAMPOS G. C. (2017). *Emprego e distribuição de renda*. Campinas: IE/Unicamp.
- CARDOSO, Adalberto. *Juventude, Trabalho E Desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação*. Caderno CRH, vol. 26, núm. 68, mai-agosto, 2013
- CARNEIRO, R. (2017). *Navegando a contravento. Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff*. Campinas: IE/Unicamp. 2017
- CORSEUIL, C H L; Poloponsky, K; Franca M A P. *Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens*. Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Ano 24 - Abril de 2018 - - Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2018
- COSTANZI, Rogério Nagamine *Trabalho decente e juventude no Brasil*. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2009
- DIEGUES, A. C.; ROSSI, C. G. *Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de 'Doença Brasileira'*.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Trabalho uma categoria chave no imaginário juvenil?* In: ABRANO, Helena Wendel e Branco (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abrano, 2005. p. 149-174.
- IEDI (2016). *Sem Lucro, sem investimento*. Carta Iedi, Edição 738. 24 jun. 2016.
- MELLO, G.; ROSSI, P. (2017). *Do industrialismo à austeridade*. Campinas: IE/Unicamp.
- OIT (2017). *Global Employment Trends for Youth 2017: Paths to a better working future* International Labour Office – Geneva: ILO, 2017
- POCHMANN, Márcio. *Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.
- PRONI, Marcelo Weishaupt; RIBEIRO, Thiago Figueiredo Fonseca. *A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. Carta Social e do Trabalho, Campinas, Unicamp. IE, n. 6, maio/ago. 2007.
- QUADROS, W. (2015). *Paralisia econômica, retrocesso social e eleições*. Campinas: IE. Unicamp. p. 1-12. (Texto para Discussão, n. 249).
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. (2017). *Evolução da estrutura produtiva e do investimento no Brasil no período recente*. Campinas: IE/Unicamp. 2017.
- SINGER, André (2015). *Cutucando onças com varas curtas O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. *Novos Estudos*, n. 102, jul. 2015.
- SOUZA, E J S. *Inserção ocupacional dos jovens no Brasil: colocando o problema*. *Revista Carta social e do trabalho*, n. 33, p. 25-46, jan/jun. 2016.

# OS PROJETOS PROFISSIONAIS DE JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES:

## *estudo do município de Valença-BA*

João Paulo Aguiar de Sousa<sup>1</sup>  
Nilson Weisheimer<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pela UFRB. Professor da Faculdade Zacarias de Góes (FAZAG). Pesquisado do Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB). E-mail: joaopaulo.aguiar15@hotmail.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela UFRGS Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS/UFRB). Líder dos Grupos de Pesquisas Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) e Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB). E mail: weisheimer@pq.cnpq.br

**RESUMO:** O artigo busca analisar a construção dos projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA considerando a sua condição material e socialização comparando os resultados segundo a condição de gênero dos entrevistados. Com base em análise quantitativa e representativa foram realizadas 138 entrevistas obedecendo às cotas por sexo e faixa etária. Como resultados constamos diferenciações sociais de gênero na socialização dos jovens no processo de trabalho familiar agrícola e no acesso a recursos materiais o que se reflete na decisão sobre os projetos profissionais. Predomina entre os jovens a recusa em reproduzir o processo de trabalho evidenciando a crise de sucessão geracional na agricultura familiar.

**PALAVRAS CHAVES:** jovens agricultores familiares, projetos profissionais, gênero, processo de trabalho familiar agrícola.

O presente artigo apresenta os resultados parciais contidos em uma dissertação que objetivou analisar a construção dos projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA, considerando a sua condição material e processos de socialização, comparando os resultados segundo o gênero dos entrevistados. Neste intuito articulamos as variáveis: condição fundiária; renda familiar; socialização no processo de trabalho familiar agrícola e; a socialização na educação formal, tendo a condição de gênero como interveniente. Com isso buscou-se explicar os projetos profissionais elaborados por jovens agricultores familiares no município de Valença-BA.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Dissertação de mestrado defendida em 05 de julho de 2018 e financiada Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia (FAPESB) com título "Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA".



Segundo Weisheimer (2009, p.110) há uma necessidade de compreensão dos jovens nos contextos da agricultura familiar e isso se daria por meio de um construto teórico que contemple a juventude e os processos sociais agrários, mas que sintetize a complexidade das suas mútuas implicações. Ainda no entendimento do autor, “[...] como nem todos os jovens rurais ocupam-se de atividades agrícolas, julga-se necessário demarcar a singularidade daqueles que estão inseridos no processo de trabalho familiar agrícola” (WEISHEIMER, 2009, p.110), por essa razão a categoria dos jovens agricultores familiares é importante por delimitar a especificidade juvenil no contexto próprio da agricultura familiar. No entendimento de Weisheimer os jovens agricultores familiares “[...] são membros de unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola. Ou seja, o traço distintivo dos jovens agricultores familiares vem da sua participação no processo de trabalho familiar agrícola” (2009, p. 239).

Recorrendo às obras que versam sobre as juventudes rurais no Brasil, duas temáticas são abordadas com maior relevância pelos seus autores, o problema da migração do campo para a cidade e a sucessão geracional ou reprodução social do trabalho familiar agrícola (WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009). A questão da migração aparece nos trabalhos como a principal alternativa ou imposição social colocada aos jovens do meio rural ou vista ainda como processo espoliado dada a inserção capitalista no campo ou ainda, uma “decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade” (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981). Neste sentido alguns dos estudos concluem que os processos migratórios dos jovens para o meio urbano indicariam a crise na reprodução social Processo de Trabalho Familiar Agrícola (PTFA) e inviabilizando sucessão geracional na agricultura familiar.

As dificuldades de acesso a terra e a renda constituem-se, entre outras, barreiras objetivas nesse processo. Weisheimer (2009) destaca ainda a baixa autonomia material que os jovens dispõem na agricultura familiar, como um dos principais entraves a sucessão geracional nessa atividade. Isso porque, além de não serem os donos das terras em que trabalham, eles pouco acessam os recursos provenientes do trabalho familiar e não possuem poder decisório “de onde, como e o que produzir”. As relações patriarcais que marcam as relações familiares no campo dificilmente dão espaço para os projetos dos jovens e principalmente das mulheres. A transmissão tardia do patrimônio também é apontada como um fator que desmotiva o jovem em relação a essa atividade.

Emerge como questão relevante neste contexto as desigualdades de gênero. A socialização no trabalho agrícola se faz como socialização de gênero que diferencia papéis sociais de homens e mulheres. Seu trabalho é pouco valorizado, elas possuem menor autonomia material que os jovens da mesma idade e de modo geral elas têm menos acesso à herança dos meios de produção (WEISHEIMER, 2009). Ainda nas palavras de Weisheimer (2009, p.170):

O enfoque de gênero, conjuntamente com o geracional, permite identificar que a socialização dos jovens no trabalho familiar agrícola impõe-lhes um repertório de regras que devem ser respeitadas em suas práticas cotidianas. O predomínio do chefe masculino se

transmite na socialização no trabalho, onde as mulheres se subordinam aos homens; os jovens, aos seus pais. Estas práticas reproduzem as posições ocupadas por homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos na hierarquia doméstica.

Dito isto, a problemática que aqui analisamos perpassa pelo pressuposto que os jovens inseridos na agricultura familiar elaboram seus projetos profissionais levando em conta as condições materiais como o acesso a terra e a renda familiar e também por disposições adquiridas ao longo dos processos de socialização e que esses fatores são fortemente marcados por relações sociais de gênero e que impõe dinâmicas diferenciais ao fenômeno social em questão. Percebendo o meio rural contemporâneo como espaço heterogêneo vai encontrar uma diversidade de situações, que pode abrigar, inclusive, possibilidades dos jovens constituírem projetos profissionais não agrícolas, sem necessariamente condicionar a saída deles do meio rural.

Partindo do entendimento que “o projeto não é um mero recorte de um contexto social maior, nem uma escolha no vazio, mas uma forma de manipular e dar direção a conjuntos de símbolos existentes em uma cultura” (VELHO, 2004, p.108). Objetivamos com o estudo dos projetos de profissionais dos jovens agricultores familiares compreender as relações sociais que eles estão inseridos partes. Com efeito, a problemática que motivou este trabalho pode ser expressa na seguinte indagação. Como podem ser sociologicamente explicados os projetos profissionais formulados por jovens agricultores familiares no município de Valença-BA?

Inserindo-se em uma agenda de estudos sobre a situação juvenil na agricultura familiar buscamos testar a seguinte hipótese. Haveria uma dualidade nos projetos profissionais dos jovens agricultores familiares na realidade de Valença-BA. Os jovens agricultores familiares do gênero masculino, em família com melhores condições materiais e mais socializados no trabalho familiar, tenderiam a elaborar seus projetos profissionais agrícolas. Por outro lado, as jovens mulheres com baixa condição material e maior socialização escolar inclinam-se a construir seus projetos direcionados aos trabalhos não agrícolas.

## RESUMO DO MÉTODO DE PESQUISA

O estudo foi realizado com técnicas de pesquisa quantitativa. No meio rural de Valença são aproximadamente 6.953 jovens na faixa de idade de 15 a 29 anos residentes, segundo o IBGE (2010). Para este trabalho usamos o universo rural juvenil total, dada à inexistência de dados específicos sobre a população por condição de ocupação na agricultura familiar no nível municipal. Optamos por construir uma amostra aleatória simples, estratificada por sexo e idades. Para o cálculo da amostra estabelecemos um nível de confiança de 95% e a margem de erro de 5%. A amostra resultante foi de 138 entrevistas.

Em síntese, por meio dos dados subsidiados pelos entrevistados, os jovens inseridos na agricultura familiar de Valença-BA são majoritariamente homens, situados na faixa etária de 15 a 19 anos, solteiros e negros ou pardos. A maioria possui o grau de ensino

fundamental incompleto e se autoidentificam como estudantes ou jovens agricultores. De outro lado as mulheres que permanecem no meio rural estão concentradas na faixa etária de 15 a 19 anos, solteiras e possuem grau de escolaridade superior aos homens. Um quarto das entrevistadas, são negras ou pardas estão casadas e se autoidentificam como estudantes. Por fim, entres os entrevistados há um maior percentual de mulheres com filhos.

## SOBRE O CONCEITO DE PROJETO

Gilberto Velho inspirado na obra de Alfred Schutz, filósofo nascido na Áustria, vai relacionar o conceito de projeto a uma dimensão racional e consciente, expressa no campo de possibilidades (VELHO, 2003). O autor demarca que o projeto não obra do acaso, nem tão pouco, algo inconsciente, mas fruto de uma construção reflexiva, que leva em conta diversas dimensões, por isso o relaciona ao conceito de campo de possibilidades. Para Velho “[...] campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura” (2003, p.28). Em outras palavras, o campo de possibilidades seria uma teia de relações que abrange a dimensão social, econômica, cultural e simbólica em que os sujeitos vivem e têm acesso.

A reflexão desenvolvida por Velho conduz-nos a pensar no projeto como uma relação dialética com os fatores constitutivos da realidade sócio-histórico presentes no meio que os indivíduos estão inseridos, quanto mais complexas forem às sociedades, mais diversos serão os projetos, quanto menores, maiores serão as chances de reprodução de papéis sociais já estabelecidos. Noutros termos, não podemos considerar o projeto esvaziado de sua relação intrínseca com o processo de socialização, com as condições materiais, as diferenças entre gêneros, raças e cultura etc. Neste ponto ganha relevância o contra argumento, da naturalização do projeto como “escolha”, livre arbítrio, ou determinismo, por isso o autor elege “campo de possibilidade”.

Velho (2003, p. 101) embasando-se na concepção de Schutz, entende a noção de projeto como: “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” objetivada por indivíduo ou compartilhadas por um coletivo/grupo. “[...] O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade” (VELHO, 2003, p.28). O projeto individual tende a ser fruto de um processo de negação e aceitação da realidade, negociação e imposição de múltiplos fatores que o indivíduo tem acesso. Por exemplo, se um jovem decide trilhar outra profissão que difere da dos seus pais, passa a sofrer uma pressão muito forte no seio familiar ou não, vai depender muito do contexto e das expectativas nele confiada. Por essa razão, Velho considera os projetos individuais como complexos e contraditórios.

Por outro lado, o projeto coletivo é aquele que aglutina num grupo uma meta ou desejo em prol de uma construção mais ampla, mas conforme nos alerta Velho, “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham” (2003, p.41). A este respeito complementa o autor, “existem diferenças de interpretação devido à particularidade do status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração”

(ibidem). Por essa razão lidar com projetos é lidar com os aspectos culturais, os papéis sociais de cada gênero e situação raça/cor e classes sociais que estes homens e mulheres se inserem, interagem e vivem. Portanto, o conceito que aqui nos filiamos, entende que o projeto “não opera num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos” (VELHO, 2003, p.46). Neste sentido, até mesmo a ausência de um projeto é fruto de uma conjuntura própria que merece relevância em um estudo social. Conforme aponta Gilberto Velho, a efetivação de um projeto “[...] vai depender do jogo e interação dinâmica com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidade” (2003, p. 47).

Velho (2003) chama atenção para o processo de globalização e como neste contexto os projetos mudam e como as pessoas são influenciadas por esse intercâmbio acelerado e desigual da sociedade moderna, colocando assim “[...] em xeque todas as concepções de identidade social e consistência existencial, em termos amplos” (2003, p. 48). É no seio da sociedade capitalista que neste estudo vislumbramos compreender os projetos profissionais juvenis na realidade da agricultura familiar.

## OS PROJETOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES

Os projetos juvenis têm significados e particularidades que são próprios desta condição. É durante a juventude que os sujeitos têm a possibilidade de descobrir as mudanças que lhes estão acontecendo e, ao mesmo tempo, tornam-se também capazes de projetarem-se para o futuro e conhecerem a si mesmos (MELUCCI; FABBRINI, 2000, apud SERAFIM; MEZZOMO; PÁTARO, 2016, p.290). Para Weisheimer (2009, p.264) “a construção de projetos permite aos jovens antecipar a sequência seguinte da sua existência em meio às constantes atualizações e transformações da transição para a vida adulta”. Claro que ao depender da realidade e do contexto vão variar o período em que isso acontece e os projetos por eles elaborados, tendo em vista “ainda que a fase juvenil esteja presente em todas as classes, nota-se que ela não ocorre de forma homogênea a todas” (POCHMANN, 2004, p. 231).

Segundo Pochmann o período juvenil na sociedade de classe geralmente é obscurecido, pois o retratam como fase duradoura, “[...] isso acontece frequentemente porque a referência das informações sobre a juventude concentra-se, na maior parte das vezes, nos jovens pertencentes às camadas privilegiadas [...]” (2004, p.231). Em contraponto, os jovens pobres não possuem as mesmas condições favoráveis para postergar este período. Frigotto (2004) elenca que os jovens filhos da classe trabalhadora “tendem a sofrer um processo precoce de adultização”. Na singularidade da agricultura familiar esse processo de adultização é uma realidade constante, já que os jovens desde cedo são inseridos no trabalho agrícola e com o passar do tempo novas responsabilidades são delegadas, logo seu tempo de “jovem” é encurtado em relação aos padrões etários de outros contextos.

Weisheimer (2009) descreve que Boutinet (2002) “propõe as fases da vida como situações existenciais de projeto onde se pode identificar um conjunto de projetos possíveis que caracterizaria

a fase juvenil” (2009, p.264). Segundo Boutinet (2002), existem três tipos de projetos juvenis: a) o projeto de orientação escolar em curto prazo; b) o projeto de orientação profissional em médio prazo; c) o projeto de vida, de caráter sentimental e familiar de longo prazo.

Para este trabalho tomamos como objeto os projetos profissionais, entendendo-os como determinantes no contexto da agricultura familiar, para reprodução social do processo de trabalho familiar agrícola, pois se tais projetos diferem da profissão de agricultor, o núcleo familiar corre o risco de não realizar a sucessão na administração da UPF. Conforme encontramos em Weisheimer:

Projeto Profissional é o projeto de inserção socioprofissional em médio prazo. Reflete as imagens profissionais que os jovens agricultores reservam para si, os tipos de grupos profissionais e respectivos recursos a que aspiram. Esta projeção em futuros profissionais possíveis estrutura o reconhecimento de uma identidade profissional<sup>4</sup> construída, socialmente, por meio de interações entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação, logo, são construídas por meio de processos de socialização cada vez mais diversificados que ampliam o campo de possibilidades projetivas. Os projetos profissionais permitem a objetivação das representações dos jovens sobre suas possibilidades futuras de permanência ou saída da atividade agrícola. (WEISHEIMER, 2009, p. 264)

No cenário globalizado contemporâneo, os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares tendem a serem cada vez mais diversos. Estes projetos são influenciados por múltiplos canais, porém os mais comuns, conforme já apresentamos aqui, são: a socialização escolar, as mídias (redes sociais, rádios, TVs etc.) e a própria socialização no trabalho familiar agrícola. Evidentemente que as condições materiais, a condição de gênero, a raça/etnia/cor, os níveis de autonomia juvenis, são agentes influenciadores neste processo.

Os projetos profissionais não nascem do acaso, tão poucos são vazios de conteúdo simbólico, cultural e social, conforme nos alerta Velho (2003). Os projetos profissionais imprimem identidade aos sujeitos, eles definem o futuro do indivíduo, em longo prazo sedimentam elementos que direcionam a sua vida. Portanto, em nosso entendimento, os projetos profissionais dos jovens agricultores só são compreensíveis se tomarmos as múltiplas relações que os forjam e as dão significado.

## OS PROJETOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE VALENÇA-BA

Buscando saber quais os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares do município de Valença-BA, perguntamos

<sup>4</sup> A construção das identidades profissionais são “sempre resultados precários ainda que muito fecundos de processos de socialização, estas identidades constituem formas sociais de construção da individualidade, a cada geração, em casa sociedade” (DUBAR, 2005, p. 330).

“Você tem um projeto profissional que quer exercer no futuro?” Majoritariamente 68,6% dos entrevistados disseram que tinham um projeto profissional, outros 29,9% responderam que não. Para essa resposta não se constatou diferença significativas por sexo do entrevistado.

Entres os entrevistados que afirmaram possuir um projeto profissional indagamos qual seria este projeto. Às áreas mais citadas pelos jovens foram respectivamente: Agricultura com 19,6% do total de frequências, seguido por profissões na área de saúde 8% e área de educação prevaleceu entre 7,2% do total dos jovens. Quando a resposta é comparada segundo o gênero do entrevistado constatamos diferenças significativas. Conforme verificamos na Tabela 1 existe um percentual maior de jovens homens que optaram por uma profissão agrícola, 13,8% dentre o total dos entrevistados, enquanto que entre as jovens mulheres observa-se 5,8% das respostas. Por sua vez as profissões ligadas à educação são citadas exclusivamente por mulheres.

Tabela 1: Pergunta “Qual o seu projeto profissional?” por sexo (f %)

QUAL É O SEU PROJETO PROFISSIONAL?	SEXO:		Total
	Masculino	Feminino	
ÁREA DE SAÚDE	f 4 % 2,9%	f 7 % 5,1%	f 11 % 8,0%
FUTEBOL	f 2 % 1,4%	f 0 % 0,0%	f 2 % 1,4%
ÁREA MECÂNICA	f 3 % 2,2%	f 0 % 0,0%	f 3 % 2,2%
EDUCAÇÃO	f 0 % 0,0%	f 10 % 7,2%	f 10 % 7,2%
AGRICULTURA	f 19 % 13,8%	f 8 % 5,8%	f 27 % 19,6%
POLICIAL	f 7 % 5,1%	f 1 % 0,7%	f 8 % 5,8%
ADMINISTRAÇÃO	f 2 % 1,4%	f 3 % 2,2%	f 5 % 3,6%
OUTRAS ÁREAS	f 8 % 5,8%	f 7 % 5,1%	f 15 % 10,9%
MOTORISTA	f 4 % 2,9%	f 0 % 0,0%	f 4 % 2,9%
BELEZA	f 2 % 1,4%	f 4 % 2,9%	f 6 % 4,3%
NS/NR/NA	f 25 % 18,1%	f 22 % 16,0%	f 47 % 34,1%
TOTAL	f 76 % 55,1%	f 62 % 44,9%	f 138 % 100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Destaca-se ainda nessa tabela que 34,1% dos entrevistados não souberam responder. Isso revela que um terço dos jovens agricultores de Valença não tem qualquer perspectiva profissional futura, o que revela um dos impasses centrais dos jovens diante do modo de produção capitalista.

Partindo desses projetos procuramos saber qual era a disposição dos jovens em reproduzir o trabalho familiar agrícola. Ao serem confrontados com a questão “Você pretende se estabelecer profissionalmente na agricultura familiar?” contatamos uma divisão entre os entrevistados com um predomínio pela recusa ao trabalho agrícola por 52,17% deles, enquanto outros 45,65% que

afirmaram que sim para a pergunta. Esse dado colabora com outros estudos realizados na Bahia, como por exemplo, a pesquisa sobre a situação juvenil na agricultura familiar no Recôncavo da Bahia coordenado por Nilson Weisheimer em 2012, quando se constatou que naquela região, 64% dos jovens agricultores não desejavam permanecer nessa atividade.

Ao considerar essas respostas segundo o gênero dos entrevistados verificamos uma significativa diferenciação quanto à disposição dos jovens para com a agricultura familiar. Entre os jovens homens predominam o desejo de ser agricultor formando 51,3% deles, entre as mulheres a disposição de ser agricultora esta presente em 38,7% das respostas. Elas projetam em 58,1% dos casos se inserirem em atividades não agrícolas. Isso confirma que há uma diferença significativa entre os jovens homens e mulheres quanto aos projetos de permanência nessa atividade.

Quando é feito o cruzamento por sexo e faixa etária dos entrevistados (Tabela 2) se constata que a recusa da profissão agrícola é principalmente dos jovens adolescentes e mulheres. Entre os jovens adolescentes do gênero masculino com 15 a 19 anos, 13,2% afirmam querer ser agricultor enquanto 26,3% não desejam essa atividade. Essa disposição inverte-se entre os jovens adultos onde percebe-se que 21,1% deseja permanecer na agricultura enquanto que entre os homens da mesma idade apenas 6,6% não querem ser agricultores. Isso provavelmente se deve que o jovem adulto homem já esteja estabelecido nessa atividade e sua reconversão para outro ramo profissional seja muito mais inserta que a permanência na agricultura.

Tabela 2: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por sexo e faixa etária (f %)

SEXO:				FAIXA ETÁRIA DO ENTREVISTADO:			Total
				De 15 a 19 anos de idade.	De 20 a 24 anos de idade.	De 25 a 29 anos de idade.	
Masculino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f	10	13	16	39
			%	13,2%	17,1%	21,1%	51,3%
		Não	f	20	11	5	36
			%	26,3%	14,5%	6,6%	47,4%
		NS/NR	f	1	0	0	1
			%	1,3%	0,0%	0,0%	1,3%
Total			f	31	24	21	76
			%	40,8%	31,6%	27,6%	100,0%
Feminino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f	8	6	10	24
			%	12,9%	9,7%	16,1%	38,7%
		Não	f	15	14	7	36
			%	24,2%	22,6%	11,3%	58,1%
		NS/NR	f	1	0	1	2
			%	1,6%	0,0%	1,6%	3,2%
Total			f	24	20	18	62
			%	38,7%	32,3%	29,0%	100,0%
Total	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f	18	19	26	63
			%	13,0%	13,8%	18,8%	45,7%
		Não	f	35	25	12	72
			%	25,4%	18,1%	8,7%	52,2%
		NS/NR	f	2	0	1	3
			%	1,4%	0,0%	0,7%	2,2%
Total			f	55	44	39	138
			%	39,9%	31,9%	28,3%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Por sua vez entre as jovens mulheres verifica-se a mesma tendência com relação as disposição e idades. Entre elas 24,2% são jovens adolescentes que não querem permanecer na agricultura e 12,9% estão nessa faixa etária e desejam ser agricultoras no futuro. As jovens adultas que não pretender continuar nessa atividade formam 11,3% e as da mesma idade que desejam representam 16% das entrevistadas.

## AS RELAÇÕES ENTRE AS CONDIÇÕES MATERIAIS, PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E GÊNERO

O objetivo dessa parte é relacionarmos os projetos profissionais dos jovens agricultores familiares do município de Valença-BA, com suas condições materiais objetivadas como o acesso a terra e a renda agrícola e; os processos de no trabalho familiar agrícola e na educação formal; tendo o gênero como categoria transversal em nossa análise.

Inicialmente apresentamos o cruzamento entre as variáveis “Você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?”, com “Sua família é proprietária da terra que trabalha?”, tendo a variável interveniente sexo do entrevistado. Verificamos na Tabela 3 que a ampla maioria dos jovens estão em familiar que possuam a propriedade da terra. Contudo mesmo entre esses predomina a recusa pela profissão de agricultor. Entre os homens 44,7 % são de famílias proprietárias e não desejam permanecer na agricultura, enquanto que 40,8% deles afirmam querer ser agricultores familiares. Entre as jovens mulheres registramos que 53% delas estão em famílias com propriedade de terra e não desejam essa atividade no futuro. Isso nega o que esperávamos inicialmente, ou seja, que em condições mais favoráveis houvesse predomínio de projetos profissionais agrícolas. Desse modo é possível dizer que a propriedade da terra pela família não é condição suficiente para assegurar a adesão dos jovens a processo de trabalho familiar agrícola.

Tabela 3: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por acesso familiar a terra e por sexo (f %)

SEXO:			VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR ?			Total	
			Sim	Não	NS/NR		
Masculino	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	Sim	F	31	34	1	66
			%	40,8%	44,7%	1,3%	86,8%
		Não	F	8	2	0	10
			%	10,5%	2,6%	0,0%	13,2%
	Total		F	39	36	1	76
		%	51,3%	47,4%	1,3%	100,0%	
Feminino	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	Sim	F	23	33	2	58
			%	37,1%	53,2%	3,2%	93,5%
		Não	F	1	2	0	3
			%	1,6%	3,2%	0,0%	4,8%
	NS/NR	F	0	1	0	1	
%		0,0%	1,6%	0,0%	1,6%		
Total		F	24	36	2	62	
		%	38,7%	58,1%	3,2%	100,0%	
Total	SUA FAMÍLIA É PROPRIETÁRIA DA TERRA EM QUE TRABALHA?	Sim	F	54	67	3	124
			%	39,1%	48,6%	2,2%	89,9%
		Não	F	9	4	0	13
			%	6,5%	2,9%	0,0%	9,4%
	NS/NR	F	0	1	0	1	
%		0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Total		F	63	72	3	138	
		%	45,7%	52,2%	2,2%	100,0%	

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Ainda comparando os dados por gênero dos entrevistados, verifica-se que as jovens pertencentes a familiares proprietárias das terras em que trabalham, há uma recusa superior ao trabalho familiar agrícola entre as mulheres do que a verificada entre os jovens homens. Entretanto, nos dois grupos, homens e mulheres, o número de jovens que suas famílias são proprietárias das terras em que produzem e que desejam se estabelecer na agricultura familiar é proporcionalmente próximo, levemente superior entre os homens.

Realizamos ainda o cruzamento do projeto profissional por renda familiar anual total e pelo sexo do entrevistado. Destes dados derivam as seguintes evidências. A disposição pra ser agricultor não é necessariamente maior entre as maiores rendas familiares. há em todos os extratos de rendas, um número muito próximo de jovens que desejam ou não permanecer na agricultura, as diferenças são maiores nas rendas superiores, a maioria dos jovens destes estratos em seus projetos profissionais tendem a não reprodução do trabalho familiar agrícola. Há uma desigualdade considerável nas respostas em relação ao gênero, com renda familiar total anual entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00, em meio os homens a perspectiva de premência é maior neste extrato, já entre as mulheres a situação é inversa. As mulheres em todos os grupos de renda, exceto no primeiro (até R\$ 10.000,00), é maior o percentual das que não desejam permanecer na agricultura familiar. Já dentre os homens, apenas no primeiro extrato há um quantitativo superior dos que recusam continuar no trabalho familiar agrícola.

Tabela 4: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” por renda familiar total anual e por sexo (f %)

SEXO:				Renda Familiar Total / R\$ Ano						Total		
				+ 0 a 10.000	+ 10.000 a 20.000	+ 20.000 a 30.000	+ 30.000 a 40.000	+ 40.000	NS/NR			
Masculino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR ?	Sim	f	2	14	10	5	3	5	39		
			%	2,6%	18,4%	13,2%	6,6%	3,9%	6,6%	51,3%		
		Não	f	3	9	9	5	3	7	36		
			%	3,9%	11,8%	11,8%	6,6%	3,9%	9,2%	47,4%		
		NS/NR	f	0	0	0	0	0	1	1		
			%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	1,3%		
		Total			f	5	23	19	10	6	13	76
					%	6,6%	30,3%	25,0%	13,2%	7,9%	17,1%	100,0%
Feminino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR ?	Sim	f	2	7	7	4	0	4	24		
			%	3,2%	11,3%	11,3%	6,5%	0,0%	6,5%	38,7%		
		Não	f	2	11	8	6	4	5	36		
			%	3,2%	17,7%	12,9%	9,7%	6,5%	8,1%	58,1%		
		NS/NR	f	0	1	0	0	0	1	2		
			%	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	3,2%		
		Total			f	4	19	15	10	4	10	62
					%	6,5%	30,6%	24,2%	16,1%	6,5%	16,1%	100,0%
Total	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR ?	Sim	f	4	21	17	9	3	9	63		
			%	2,9%	15,2%	12,3%	6,5%	2,2%	6,5%	45,7%		
		Não	f	5	20	17	11	7	12	72		
			%	2,6%	14,5%	12,3%	8,0%	5,1%	8,7%	52,2%		
		NS/NR	f	0	1	0	0	0	2	3		
			%	0,0%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	2,2%		
		Total			f	9	42	34	20	10	23	138
					%	6,5%	30,4%	24,6%	14,5%	7,2%	16,7%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Objetivando medir o grau de socialização no processo de trabalho familiar agrícola, dentre outros fatores, priorizamos o tempo de dedicação semanal do entrevistado ao trabalho agrícola. Os dados expressos na Tabela 5 comprovam que quanto mais tempo os jovens

dedicam-se semanalmente ao trabalho familiar agrícola, tanto mais os projetos profissionais tendem a reproduzir a condição de agricultor (a). Somando os percentuais dos que trabalham em tempo integral (seis dias) e parcial de quatro a cinco dias, temos um acumulado de 29% dentre os jovens entrevistados que desejam permanecer no trabalho agrícola. Em oposição, os jovens que declaram não trabalhar ou trabalham apenas um dia por semana, são os que os que mais formulam projetos profissionais fora da agricultura. Há ainda que considerar que muitos dos jovens que afirmaram não trabalhar na agricultura já vêm traçando projetos não agrícolas, por meio de cursos técnicos ou superiores.

Já a diferença da socialização no PTFA entre os gêneros ficam bem explicitadas com os dados que consta na tabela conseguinte, entre os homens que dedicam maior tempo a este trabalho, seus projetos, são mais voltados à reprodução do trabalho agrícola, 40,8% do total dos entrevistados do sexo masculino, que trabalham quatro a seis dias por semana se encontram nesta condição. Conforme os dados, as jovens que participam mais efetivamente, de modo parcial até três dias semanais, pelos motivos que já apresentamos no capítulo terceiro deste trabalho, formulam predominantemente, projetos fora do trabalho agrícola, 29% delas que afirmaram não trabalhar ou trabalham apenas um dia na agricultura familiar, não desejam se estabelecerem como agricultoras, outras 9,7% dentre elas revelaram trabalhar em torno de quatro e cinco dias por semana e desejam permanecer como agricultoras.

Em linhas gerais os dados expressam independente do gênero, que o tempo de dedicação possibilita uma socialização mais consolidada no processo de trabalho familiar agrícola, por conseguinte, mesmo com elementos que apontam a dureza, o modo artesanal e braçal que exigem o trabalho na agricultura familiar, cria-se um campo favorável à permanência do jovem nesta profissão.

Tabela 5: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela participação semanal no PTFA e por sexo (f %).

SEXO:			QUAL É SUA PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA?						Total
			Tempo Integral (6 dias)	Não Trabalha	Parcial (4 a 5 dias)	Parcial (2 a 3 dias)	Parcial (1 dia)	NS/NR	
Masculino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f 17	1	14	5	1	1	39
			% 22,4%	1,3%	18,4%	6,6%	1,3%	1,3%	51,3%
	NÃO	f 10	6	10	5	3	2	36	
		% 13,2%	7,9%	13,2%	6,6%	3,9%	2,6%	47,4%	
	NS/NR	f 1	0	0	0	0	0	1	
		% 1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%	
Total		f 28	7	24	10	4	3	76	
		% 36,8%	9,2%	31,6%	13,2%	5,3%	3,9%	100,0%	
Feminino	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f 3	1	6	10	4	0	24
			% 4,8%	1,6%	9,7%	16,1%	6,5%	0,0%	38,7%
	NÃO	f 3	9	4	8	9	3	36	
		% 4,8%	14,5%	6,5%	12,9%	14,5%	4,8%	58,1%	
	NS / NR	f 0	0	0	2	0	0	2	
		% 0,0%	0,0%	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%	
Total		f 6	10	10	20	13	3	62	
		% 9,7%	16,1%	16,1%	32,3%	21,0%	4,8%	100,0%	
Total	VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR(A) FAMILIAR ?	Sim	f 20	2	20	15	5	1	63
			% 14,5%	1,4%	14,5%	10,9%	3,6%	0,7%	45,7%
	NÃO	f 13	15	14	13	12	5	72	
		% 9,4%	10,9%	10,1%	9,4%	8,7%	3,6%	52,2%	
	NS/NR	f 1	0	0	2	0	0	3	
		% 0,7%	0,0%	0,0%	1,4%	0,0%	0,0%	2,2%	
Total		f 34	17	34	30	17	6	138	
		% 24,6%	12,3%	24,6%	21,7%	12,3%	4,3%	100,0%	

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Feito o cruzamento das respostas da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela escolaridade e por sexo dos entrevistados. Os dados mostram que os jovens com ensino fundamental incompleto concentram um maior

contingente, tanto entre os que desejam permanecer (17,4% do total) na agricultura familiar, tanto entre os que possuem projetos não agrícolas (23,9% do total). Em relação à socialização escolar por gênero, há uma prevalência entre as mulheres, que possuem grau de escolarização superior em relação aos homens, na recusa ao trabalho agrícola, sendo mais acentuada entre as jovens que estão no ensino fundamental e entre as jovens com ensino médio concluído que permanecem estudando. Entre os homens observa-se, quanto menor o nível de escolarização, maior será a tendência de construção de projetos não agrícolas.

Na Tabela 6 notamos que os respondentes que desejam continuar na agricultura, são os que mais responderam que não pretendiam continuar ou voltar a estudar (10,9% do total) ou que vão estudar até completar o ensino médio (9,4% do total). A escolarização neste contexto, para muitos dos jovens agricultores tem um significado de compromisso, dentro de um projeto coletivo familiar, tendo em vista que muitos dos pais dos entrevistados não tiveram a oportunidade de estudar, portanto, a eles cabem concluir ao menos o ensino médio. Por isso há essa inclinação para maioria dos jovens que já concluíram e não desejam voltar a estudar e os que ainda estão estudando, chegar a este nível. É importante pontuarmos ainda, que a pretensão de permanecer na agricultura é acompanhada pelo desejo estudar até concluir um curso técnico ou superior ligado à agricultura.

Tabela 6: Cruzamento da pergunta “você quer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar?” pela escolaridade e por sexo (f %).

SEXO:				VOCE QUER SE ESTABELECEER PROFISSIONALMENTE COMO AGRICULTOR (A) FAMILIAR?			Total
				Sim	Não	NS/NR	
Masculino	QUAL A SUA ESCOLARIDADE?	Fundamental Incompleto	%	23,7%	25,0%	1,3%	50,0%
		Fundamental Completo	%	1,3%	1,3%	0,0%	2,6%
		Médio Incompleto	%	11,8%	9,2%	0,0%	21,1%
		Médio Completo	%	9,2%	7,9%	0,0%	17,1%
		Técnico Incompleto	%	0,0%	2,6%	0,0%	2,6%
		Técnico Completo	%	3,9%	0,0%	0,0%	3,9%
		Superior Incompleto	%	1,3%	1,3%	0,0%	2,6%
Total			%	51,3%	47,4%	1,3%	100,0%
Feminino	QUAL A SUA ESCOLARIDADE?	Fundamental Incompleto	%	9,7%	22,6%	1,6%	33,9%
		Fundamental Completo	%	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%
		Médio Incompleto	%	9,7%	14,5%	1,6%	25,8%
		Médio Completo	%	9,7%	9,7%	0,0%	19,4%
		Técnico Completo	%	1,6%	3,2%	0,0%	4,8%
		Superior Incompleto	%	4,8%	3,2%	0,0%	8,1%
		Superior Completo	%	0,0%	1,6%	0,0%	1,6%
Pós-Graduação	%	0,0%	3,2%	0,0%	3,2%		
Total			%	38,7%	58,1%	3,2%	100,0%
Total	QUAL A SUA ESCOLARIDADE?	Fundamental Incompleto	f	24	33	2	59
			%	17,4%	23,9%	1,4%	42,8%
		Fundamental Completo	f	3	1	0	4
			%	2,2%	0,7%	0,0%	2,9%
		Médio Incompleto	f	15	16	1	32
			%	10,9%	11,6%	0,7%	23,2%
		Médio Completo	f	13	12	0	25
			%	9,4%	8,7%	0,0%	18,1%
		Técnico Incompleto	f	0	2	0	2
			%	0,0%	1,4%	0,0%	1,4%
Técnico Completo	f	4	2	0	6		
	%	2,9%	1,4%	0,0%	4,3%		
Superior Incompleto	f	4	3	0	7		
	%	2,9%	2,2%	0,0%	5,1%		
Superior Completo	f	0	1	0	1		
	%	0,0%	0,7%	0,0%	0,7%		
Pós-Graduação	f	0	2	0	2		
	%	0,0%	1,4%	0,0%	1,4%		
Total			f	63	72	3	138
			%	45,7%	52,2%	2,2%	100,0%

Fonte: Banco de dados jovens agricultores familiares Valença-BA, 2018.

Segundo os dados referentes a escolarização, há uma projeção dos jovens agricultores que vislumbram profissões diferentes da que ocupam, estudarem até concluírem a graduação em um curso superior não agrícola (15,9% do total) seguido do quesito estudar até completar o ensino médio (10% do total), compreendendo que a maioria dos empregadores fora da agricultura exigem como pré-requisito mínimo o ensino médio completo.

Ao analisarmos com o recorte de gênero os jovens do sexo masculino são os que mais relacionam permanência na agricultura com o desejo de não pretender continuar ou voltar a estudar (17,1% do total), seguido dos que desejam apenas concluir o ensino fundamental (10,5% do total) e médio (9,2% do total). As mulheres que desejam deixar a agricultura e concluir um curso superior para um trabalho não agrícola somam 25,8% do total dentre as jovens. Um dado que nos chama atenção, em relação às jovens mulheres é a dualidade de desejar permanecer na agricultura mesmo querendo realizar um curso superior numa área não agrícola (8,1% do total). Este fato se relaciona à possibilidade de conciliar com uma profissão não agrícola como: professora ou enfermeira, por exemplo, sem necessariamente, deixar de ser agricultora em parte de seu tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da vertente teórica que orientou a análise dos dados, os projetos profissionais elaborados por jovens agricultores familiares são compreensíveis se considerarmos as múltiplas relações que os forjam e dão significados. Neste sentido, quando fazemos o cruzamento dos projetos profissionais informados pelos entrevistados por gênero dos entrevistados constatamos que há maior incidência de homens que optaram pela agricultura ou profissão diretamente relacionada a ela. As jovens mulheres citaram mais profissões ligadas à educação e saúde. Destaca-se, contudo, que a maioria dos entrevistados dizem não querer se estabelecer profissionalmente como agricultor (a) familiar.

Correlacionado os projetos com as condições materiais, percebemos a prevalência entres os jovens do sexo masculino do desejo de reproduzir a profissão de agricultor, mesmo em condições materiais desfavoráveis. As mulheres formulam projetos fora da agricultura, mesmo nas condições mais favoráveis de renda e acesso a terra, majoritariamente.

Os dados que relacionam os projetos profissionais com a socialização no PTFa e na escolarização, comprovam que quanto mais tempo os jovens se dedicam ao trabalho familiar agrícola, mais frequentes os projetos profissionais tendem a reproduzir a condição de agricultor (a). Em relação à socialização escolar por gênero há uma prevalência entre as mulheres, que possuem grau de escolarização superior em relação aos homens, na recusa ao trabalho agrícola sendo mais <sup>acentuada</sup> entre as jovens que estão no ensino fundamental e entres as <sup>acentuada</sup> jovens com ensino médio concluso que permanecem estudando. Entre os homens observa-se que quanto menor o nível de escolarização maior será a tendência de construção de projetos não agrícolas.

Concluindo este estudo dissertativo ficou evidenciado que os projetos profissionais dos jovens resultam de fatores objetivos e subjetivos. Que essa não é uma escolha feita ao acaso e tão pouco apenas individual. Os dados comprovam os jovens agricultores familiares, elaboram seus projetos profissionais intimamente relacionados com sua inserção e interação no processo de trabalho familiar agrícola e na socialização escolar. Que as diferenciações de gênero são determinantes e na atribuição de papéis sociais diferenciados na agricultura familiar resultando numa exclusão mais elevada de jovens mulheres da agricultura familiar.

Por fim, este estudo permitiu estranhar o familiar o que nos conduz a novas questões para investigações futuras. Como houve neste estudo casos de jovens sem projetos profissionais, indaga-se por quais as razões, mesmo em idades mais avançadas, esses jovens não conseguem elaborar projetos profissionais? Ainda, em nossa hipótese inicial, os jovens com condições materiais favoráveis teriam as disposição a reproduzir o trabalho familiar agrícola, entretanto no caso observado os jovens cujas famílias possuíam as maiores rendas apresentaram em sua maioria projetos não agrícolas. Por que razão em condições materiais mais favoráveis há uma recusa maior ao trabalho familiar agrícola? E finalmente, porque mesmo com mais acesso a políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar não representou um igual aumento na disposição para sucessão geracional na agricultura familiar?

## REFERÊNCIAS

- BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI. Sistema de informações municipais. Disponível em: <[http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes\\_municipais.wsp](http://sim.sei.ba.gov.br/sim/informacoes_municipais.wsp)>. Acesso em: 04 jul. 2017.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS-IBGE. Informações completas Valença-Bahia. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- CASAGRANDE, Daiana Panciera; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Projetos profissionais de jovens universitários/as que residem no meio rural: estudo de caso dos/as jovens do município de Meleiro, SC. In: Rev. Interações, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 261-271, jul./dez. 2012.
- CASTRO, Elisa. Guaranã de. Et Al. Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político. – Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil. In: Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação. Organizadores: Regina Novais e Paulo Vannuchi. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.
- POCHMANN, Marcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: Juventude e sociedade: trabalho, educação e participação. Organizadores: Regina Novais e Paulo Vannuchi. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.
- SERAFIM, Thaís; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Projetos de vida e constituição de identidades juvenis na interface com a religião e a política. In: Psicologia Argumento, Curitiba, v. 34, n. 87, out./dez. 2016.
- SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C.C.; GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. (Org). Introdução crítica a sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.
- SÓUSA, João Paulo Aguiar de. As perspectivas políticas da juventude rural do município de Valença- Ba. Cacheira: UFRB, 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social), Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.
- VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. – 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. – 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- WEISHEIMER, Nilson. Juventudes Rurais: Mapa de Estudos Recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- WEISHEIMER, Nilson. Situação juvenil na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, Tese (Tese em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- WEISHEIMER, Nilson et. al. Estudo sobre a Situação Juvenil na Agricultura Familiar no Recôncavo da Bahia. Pesquisa financiada pelo CNPq, Cachoeira, 2012.

# Análise da Política Estadual de Juventude através da Teoria dos Múltiplos Fluxos

Mailson Santos Pereira<sup>1</sup>  
Jocivaldo Bispo da Conceição dos Anjos<sup>2</sup>



**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a Política Pública de Juventude no Estado da Bahia, em específico, a inserção da pauta da juventude na agenda governamental. Para tanto, parte-se das questões referentes à formação da agenda governamental (policyagenda-settings), em específico, as concepções analíticas de Kingdon, a saber, a Teoria dos Múltiplos Fluxos. Como procedimento metodológico, baseou-se na análise documental de publicações feitas pelo Governo da Bahia e por um deputado estadual, bem como, na revisão de literatura de estudos que versam sobre as políticas públicas de juventude no cenário baiano. Foi possível identificar os elementos que compõem cada fluxo do processo de inserção da pauta da juventude no Governo Federal e, em específico, no Governo da Bahia, foco desse estudo. Aponta-se a efetividade do modelo teórico de análise de políticas públicas e questionamentos que podem auxiliar em um maior aprofundamento quanto as polí-

<sup>1</sup> Psicólogo Social; Especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo; Mestrando em Ciências Sociais no PPGCS/UFRB – bolsista da FAPESB; e membro do Observatório Social da Juventude – OSJ/UFRB. E-mail: pereiramailson@msn.com

<sup>2</sup> Especialista e Mestre em Gestão Pública; discente especial do Doutorado em Administração Pública – UFBA; Assessor Temático de Juventude Rural da Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia. E-mail:jocinegao@hotmail.com

ticas de juventude na Bahia.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas de Juventude, Formação da agenda, Governo da Bahia.

A pauta da juventude se insere na agenda dos países, no contexto latino americano, a partir da década de 60 com o peronismo argentino e tem seu ponto maior com a convocação do Ano Internacional da Juventude (1985), pela ONU. No Brasil, tal evento não apresentou significativo impacto na discussão e elaboração de uma pauta específica de juventude no âmbito do governo. Vivia-se, por aqui, um período de transição democrática.

Estudiosos do campo das políticas públicas de juventude no Brasil consideram que apenas na década de 1990 é possível falar da inserção dessa pauta no cenário brasileiro, contudo, sendo a juventude vista a partir de uma perspectiva de “juventude problema” e sendo desenvolvidas ações fragmentadas e desconexas. Ressaltam que, somente nos anos 2000, vai haver uma sistematização de ações por parte do Estado, com o desenvolvimento de desenhos institucionais e legais, sendo então, a juventude tratada como agenda prioritária, necessariamente, com a mudança de gestão no âmbito federal, a partir de 2003, tendo o ano de 2005 como um marco importante (SPOSITO, 2003; SPOSITO e CARRANO, 2003; SANTOS, 2010; PAPA e FREITAS, 2011; VIEIRA, 2012; PEREIRA, 2017a; PEREIRA, 2017b; ANJOS, 2017).

Papa e Freitas (2011, p. 08) ponderam que a inserção da juventude na agenda pública do estado aconteceu no momento histórico em que ocorreu a “[...] eleição de um candidato [para a Presidência da República] com forte apoio de movimentos sociais e segmentos socialmente desfavorecidos” e com certa concepção da importância da juventude enquanto sujeito de direitos.

Corroborando com essa perspectiva e apontando a participação da sociedade civil no processo de formação da agenda em âmbito nacional, Vieira (2012, p.22) aponta que a

[...] implementação das políticas voltadas para a juventude no Brasil, [...] surge fruto de várias articulações da sociedade civil organizada que construiu debates e fóruns envolvendo todos os atores que se organizavam em torno da pauta da juventude para desenhar o que é hoje a Política Nacional de Juventude.

No que tange às realidades dos estados e municípios, o deputado Zezéu Ribeiro indica que “concomitante à implantação da Política Nacional de Juventude, estados e municípios deram início à criação de políticas e órgãos específicos para articulação das ações de governo voltadas a essa geração [...]” (RIBEIRO, 2013, p. 08). Quando se lança um olhar sobre a Bahia, observa-se que

Em estados como a Bahia, o índice [de jovens, dentro do total da população] é ainda mais alto [que a média nacional], chegando a 28%, somando quase quatro milhões de jovens. Tal expressividade demográfica faz da juventude um público-alvo especial para uma política de estado que objetiva o desenvolvimento do seu povo (RIBEIRO, 2013, p. 07).

Se, o quantitativo populacional da juventude no montante da população já indicava a necessidade de ações específicas

para esse público específico, seja no Brasil, como na Bahia, a participação dos atores juvenis também se destaca como elemento imprescindível de estruturação da agenda. No que tange ao cenário baiano, Ribeiro (2013, p. 08) destaca que “a partir de 2008, com a construção da Conferência Estadual de Juventude da Bahia, o Governo passou a criar as bases sobre as quais constrói uma política estadual para o jovem”.

Observa-se ainda uma consonância de caminho trilhado pela construção da política de juventude na Bahia com o desenho estabelecido nacionalmente, conforme indicado pela gestão estadual, no histórico do desenvolvimento da pauta na agenda governamental baiana, onde se afirma que “a Política de Juventude na Bahia adotou como referência as diretrizes conceituais da Política Nacional de Juventude” (BAHIA, 2013, p. 04).

Para fins desse trabalho interessa-nos o processo de formulação das políticas públicas, na perspectiva definida por Kingdon (2006a, p. 221), como

[...] um conjunto de processos, incluindo pelo menos: o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas a partir das quais as escolhas são feitas; uma escolha final entre essas alternativas específicas, por meio de votação no Legislativo ou decisão presidencial; e a implementação dessa decisão.

Pretende-se dar visibilidade aos elementos pré-decisórios na formulação das políticas públicas, em específico, alguns dos elementos da formação da agenda das políticas de juventude na Bahia. Parte-se do entendimento de que a agenda “[...] é a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades” (KINGDON, 2006a, p. 222)

Para tanto, buscou-se nesse artigo o objetivo de apontar os elementos que compõem os múltiplos fluxos da formação da agenda das políticas públicas estabelecidos por Kingdon (2006a), a saber: os **problemas**, as **alternativas e soluções** e **apolítica** verificando o momento em que a confluência de alguns desses fluxos gerou uma janela de oportunidades e permitiu que a juventude se inserisse como pauta na agenda do Governo do Estado da Bahia.

Como procedimento metodológico foi utilizada a análise documental de publicações do Governo de Estado da Bahia, a saber, o “Relatório Final do Grupo de Trabalho de Juventude” (BAHIA, 2008); o “Documentário das Políticas de Juventude” (BAHIA, 2010); o Guia “Quer um Conselho? Como criar um conselho municipal de juventude” (BAHIA, 2013) e; uma publicação do Deputado Federal Zezéu Ribeiro: “Política para a juventude” (RIBEIRO, 2013). Utilizou-se ainda da revisão bibliográfica de produções acerca das políticas públicas de juventude na Bahia (VIEIRA, 2012; ANJOS, 2017; PEREIRA, 2017b; ANJOS, 2018; SANTOS, SANTOS e PEREIRA, 2018; PEREIRA, 2018; VIEIRA, 2018).

Aborda-se, ainda, a fundamentação teórica com elementos da Teoria dos Múltiplos Fluxos, do Kingdon seguido do contexto nacional de agenda-setting da pauta da juventude de cada stream, para em seguida, apresentar os elementos que configuram o cenário da estruturação das políticas públicas de juventude no Governo da Bahia.

## O MODELO ANALÍTICO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS

Na análise das políticas públicas, uma das questões que os estudiosos têm se debruçado é o processo de formação da agenda governamental (policy agenda-setting), buscando identificar como uma pauta se insere na agenda do governo e outras não. Conforme Capella (2007, p. 88) “uma questão passa a fazer parte da ‘agenda governamental’ quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas”.

No intuito de melhor observar as questões que envolvem essa mudança na agenda governamental e a inserção de novas pautas toma-se a construção teórica dos múltiplos fluxos, de John Kingdon, que se baseia em três fluxos decisórios para apontar como se dá esse processo de mudança: o fluxo dos problemas, o fluxo das alternativas e soluções e o fluxo da política. Segundo Faria (2003, p. 24), nesse modelo teórico

O objetivo é analisar o processo de formação de políticas em condições de ambiguidade, [...], sendo crucial a questão temporal, uma vez que a adoção de uma dada alternativa de política é vista como dependente da ocorrência simultânea de determinados eventos e da atuação de certos atores.

Em situações, tidas como não ideais para os teóricos da análise das políticas públicas mais tradicionais, em que a definição das políticas não segue um percurso que fosse o esperado dentro do ciclo das políticas públicas, desde o estabelecimento dos problemas, a elaboração das soluções, a escolha de uma delas e sua implementação, a teoria dos múltiplos fluxos permite um melhor entendimento da formação e da mudança na agenda governamental em contextos de incertezas.

Baseando na perspectiva de Kingdon, afirma-se que os fluxos caminham de forma independentes, mas

[...] em determinadas circunstâncias, normalmente associadas ao stream da política ou a questões e problemas externos ao sistema político que se tornam candentes, abrem-se “janelas de oportunidades” que podem dar a chance para que os policy entrepreneurs consigam acoplá-los, promovendo, então, mudanças, muitas vezes drásticas, nas políticas públicas. (FARIA, 2003, p. 25)

Explicitando melhor cada fluxo decisório, observa-se que no stream dos problemas

[...] o modelo busca analisar de que forma as questões são reconhecidas como problemas e por que determinados problemas passam a ocupar a agenda governamental. Considerando que as pessoas não podem prestar atenção a todos os problemas durante todo tempo, Kingdon parte do pressuposto de que esses indivíduos concentrarão sua atenção em alguns deles, ignorando outros (CAPELLA, 2007, p. 89).

Três mecanismos vão estar envolvidos na transformação de uma questão que esteja em estado de coisas, - na agenda não governamental, - em um problema político; logo, ganhando visibilidade na agenda governamental: indicadores; eventos, crises e símbolos; e feedback das ações governamentais (CAPELLA, 2007),

podendo-o fazer chegar a agenda decisional.

Já referente ao fluxo das alternativas e soluções, a autora destaca que

No segundo fluxo - policy stream - temos um conjunto de alternativas e soluções (policy alternatives) disponíveis para os problemas [...]. Kingdon (2003) considera que as ideias geradas nesse fluxo não estão necessariamente relacionadas à percepção de problemas específicos. [...] [De forma que], as questões presentes na agenda governamental (que atrai a atenção das pessoas dentro e fora do governo) não vêm geradas aos pares, com problemas e soluções (CAPELLA, 2007, p. 91).

Nesse stream, é importante destacar a presença das policy communities, que agregam especialistas responsáveis por gerar as alternativas para os enfiamentos das situações tidas como problemas políticos. Ressalta-se a observação acima, de que os fluxos caminham de forma independentes convergindo em situações chamadas de “janelas de oportunidades”.

O fluxo da política é estruturado pelas questões referente ao humor nacional, às forças políticas organizadas e às mudanças dentro do próprio governo. De forma que, o fluxo político tem uma importância significativa e, muitas vezes, determinante das mudanças de agenda governamental (CAPELLA, 2007).

O terceiro fluxo é composto pela dimensão política (politics stream). Independentemente do reconhecimento de um problema ou das alternativas disponíveis, o fluxo político segue sua própria dinâmica e regras. Diferentemente do fluxo de alternativas (policy stream), em que o consenso é construído com base na persuasão e difusão das ideias, no fluxo político (politics stream) as coalizões são construídas em um processo de barganha e negociação política (CAPELLA, 2007, p. 93).

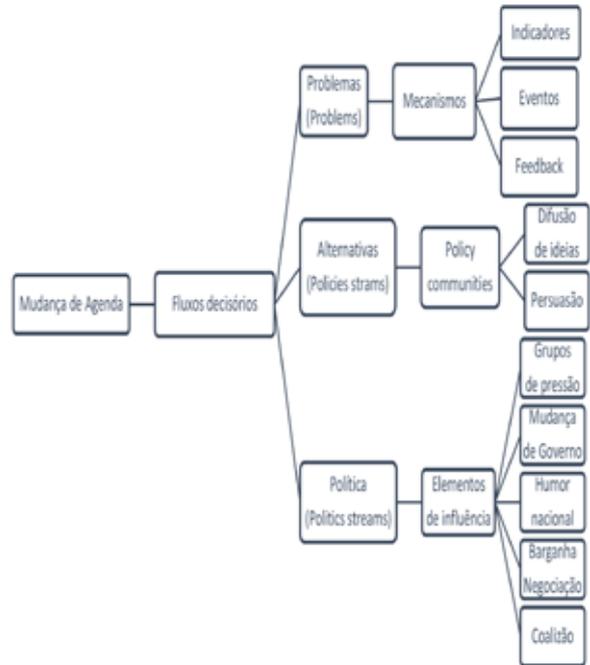
Somente quando há convergência dos fluxos que é possível acontecer a mudança da agenda. Ou seja, quando as janelas de oportunidades surgem, uma nova pauta pode ser inserida na agenda governamental, pois “[...] a completa junção das três dinâmicas aumenta significativamente as chances de um tema se tornar parte de uma agenda de decisão” (KINGDON, 2006b, p. 234). Especificando a importância da janela de oportunidades, o autor indica que

A probabilidade que um item tem de tornar-se prioritário numa agenda de decisões aumenta significativamente se todos os três elementos – problema, proposta de políticas públicas e receptividade na esfera pública – estiverem ligados em um único pacote (KINGDON, 2006b, p. 234).

O desafio está em reconhecer o surgimento das janelas de oportunidades e articular a inserção da pauta na agenda do governo, pois essas janelas são transitórias e, caso não seja percebida e aproveitada, torna-se mais difícil incluir um novo item na ação governamental.

Abaixo, observa-se um quadro sistemático que sintetiza a perspectiva teórica dos múltiplos fluxos:

**Quadro 1. Mapa conceitual dos fluxos decisórios**



Fonte: ALVES, AZEVEDO e LOPES, 2016

Cabe destacar que, em todos os fluxos decisórios, principalmente no stream das alternativas e soluções, atuam atores visíveis e invisíveis, sendo os primeiros mais importantes na definição da agenda e os segundos, na definição e desenho das alternativas (KINGDON, 2006; CAPELLA, 2007).

Por fim, ainda que o modelo dos múltiplos fluxos apresente streams específicos, com certa delimitação entre eles, ao realizar a análise de uma política, é possível perceber que esses fluxos encontram-se imbricados, e, quase sempre, constitui-se tarefa difícil delimitar os atores que atuam em cada stream ou qual ação desses sujeitos políticos podem estar relacionados a um fluxo ou outro.

Na busca da aplicabilidade teórica desse modelo, apresenta-se a seguir, a análise da formação da agenda das políticas públicas de juventude no Governo do Estado da Bahia, indicando previamente, o que seriam elementos da pauta no Governo Federal, em cada fluxo do modelo teórico.

**A AGENDA DE JUVENTUDE NO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Aqui busca-se estabelecer os elementos de cada fluxo decisório da inserção da pauta da juventude na agenda do Governo do Estado da Bahia, no entanto, uma digressão para o plano nacional se faz necessária.

Rua (1998), afirma que, na década de 90, a temática da juventude se apresentava apenas como um estado de coisas, ou seja, não faziam parte da agenda governamental. Naquele período,

[...] as demandas por políticas públicas para a juventude permanecem como estado de coisas, precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo – com o qual os jovens têm que competir pelo espaço de atendimento – sem chegar a se apresentar especificamente como problemas políticos (RUA, 1998, p. 739).

Nos anos 2000, quando a pauta se consolida na agenda governamental, observa-se que esse processo se dá a partir dos elementos do stream dos problemas e do stream da política.

Em estudo desenvolvido por Santos (2010) apresenta-se o processo de construção das políticas públicas de juventude no Governo Federal. Partindo da produção dessa autora e relacionando com o modelo teórico dos Múltiplos Fluxos, pode-se afirmar que, no stream dos problemas,

Será a difícil condição socioeconômica do país, aliada ao baixo crescimento econômico, à instabilidade e precariedade na inserção no mercado de trabalho, com reflexos na quase ausência de perspectivas quanto à mobilidade social das novas gerações, que colocará na pauta dos debates não-governamentais e governamentais a problemática social da juventude (SANTOS, 2010, p. 65).

A autora ainda pondera que

É a complexidade das questões sociais relacionadas às juventudes que as levam para o ambiente de debates acadêmicos, governamentais e da sociedade civil, adentrando a temática na agenda pública, capaz de fomentar uma série de iniciativas, programas e políticas para esse público específico (SANTOS, 2010, p. 74).

Como se pode observar, a transformação da juventude de um estado de coisas para um problema político fez com que essa pauta figure no campo da sociedade civil, mas também no campo da academia (policy communities), assim como, no escopo da agenda governamental. No campo da sistematização dos indicadores (stream dos problemas) e também relacionado ao fluxo da política, Anjos (2017) destaca a importância do “Projeto Juventude”, desenvolvido em 2003, pelo Instituto Cidadania, - após a chegada do Partido dos Trabalhadores na gestão Federal, - sinalizando ser este Projeto

[...] o maior mentor teórico e empírico orientador das Políticas públicas fomentadas para a Juventude Brasileira desde o início do governo Lula em 2003 e que ainda influencia tanto no governo federal e reverbera nos governos estaduais e municipais de gestão petista e outras que se destinam a construir políticas para a juventude (ANJOS, 2017, p. 45).

No que tange ao fluxo da política, Santos (2010, p. 71) pondera que

[...] somente nos anos pós-2000 é que o contexto político-econômico-social e cultural mostra-se propício ao desenvolvimento das políticas sociais públicas para o segmento populacional jovem, [...] [indicando que]:

a) passou-se ao fortalecimento e reconstrução das políticas sociais públicas, na contrarreforma da proposta neoliberal;

b) as garantias legais guiadas pelo critério das diferenças concretas que distinguem os sujeitos entre si foram ampliadas, daí a inclusão dos jovens como beneficiários das ações sociais públicas;

c) houve uma maior visibilidade das pesquisas e das discussões no Brasil acerca do significado e das especificidades do ser jovem.

Santos (2010) e demais pesquisadores do campo das políticas públicas de juventude, são categóricos em afirmar que a mudança de gestão no plano do Governo Federal, a partir de 2003, constitui-se em um demarcador importante para a inclusão da pauta da juventude na agenda governamental, da mesma forma que aconteceu com outras pautas importantes aos movimentos sociais (SPOSITO, 2003; SPOSITO, CARRANO, 2003; PAPA, FREITAS, 2011; VIEIRA, 2012; PEREIRA, 2017a; PEREIRA, 2017b; ANJOS, 2017).

Por se tratar de uma agenda já fortalecida, de apelo social e apoio político-institucional, se tornou possível para o governo empreender ações para a juventude através de desenhos de políticas públicas específicas. Junto a isso, a existência de um governo de orientação centro-esquerda contribuiu para que esta pauta se tornasse também uma agenda central da gestão. As juventudes organizadas em partidos políticos (inclusive o partido do presidente), os movimentos estudantis, a juventude sindicalizada, etc. formaram forças o suficiente e dialogaram com um conjunto de parlamentares para a condição de efetivação da agenda das políticas públicas de juventude, de tal forma que a primeira consulta à população jovem (chamada de Conferência de Juventude por alguns) foi realizada pela Câmara dos Deputados, em 2004.

Vieira (2012) destaca a participação da Câmara dos Deputados como sujeito político coletivo responsável por iniciar o diálogo entre a juventude e o poder público. Nas palavras da autora, “[...]a Câmara dos Deputados foi protagonista do primeiro diálogo entre poder público e juventude de todo o Brasil, com o objetivo de identificar os desafios e pensar políticas que visassem à garantia de direitos da juventude” (VIEIRA, 2012, p. 11).

Já referente ao stream das alternativas, Santos (2010) aponta que

Os anos iniciais da primeira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda são de fraca estruturação das ações para as juventudes, no entanto ao longo do percurso algumas institucionalidades são criadas e é proporcionada uma discussão em torno da construção de uma política nacional da juventude, capaz de alinhar os procedimentos existentes e de fomentar uma concepção ampla dos jovens como sujeitos de direitos e partícipes dessa construção (SANTOS, 2010, p. 112).

Mesmo com viés progressista e inclinação para a juventude, nos primeiros anos do governo Lula, as ações para a juventude não se apresentaram como uma ideia forte. Isso serve para demonstrar que os assuntos que se tornam agenda governamental necessitam mais do que vontade política, ou seja, que se faz necessário um ambiente favorável para poder existir.

Se por um lado, a partir de 2003, os fluxos dos problemas e da política direcionavam a pauta da juventude para a agenda de decisão do Governo Federal, por outro, as alternativas e soluções para essa questão foram sendo elaborados ao longo do tempo, iniciando com a proposta de criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJÓVEM, que passou por alterações em seus desenhos ao longo das gestões. Destaca-se ainda nesse processo a aprovação do Estatuto da Juventude, que emerge como elemento normativo mais importante para a consolidação da política de juventude nesse período. Tais elementos contribuíram para consolidar o que se convencionou chamar de campo das polí-

ticas públicas de juventude

Já referenciado pelo Governo Federal, em sua aplicação de políticas públicas para a juventude, a inauguração de um novo marco relacional com o segmento jovem brasileiro, o Governo da Bahia, a partir das gestões petistas, replica em seu nível de gestão a mesma forma adotada no âmbito da União.

A proposta de inserção da agenda da juventude no arcabouço do governo da Bahia foi seguida pelos formuladores estaduais, quase que *ipsis litteris* o desenho nacional: a formatação dos órgãos; locais de ajustamento deles; composição e metrficação da criação do Conselho; o conteúdo político e administrativo e etc. Tudo seguiu a orientação já experimentada no âmbito federal.

Em relação ao cenário baiano, Vieira (2012, 2018), Anjos (2017, 2018), Pereira (2017b, 2018) e Santos, Santos e Pereira (2018) indicam que com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à gestão estadual em 2007 marca a inauguração da pauta da juventude na agenda governamental da Bahia. Seja por contar com parlamentares que já acompanhavam a pauta das políticas públicas de juventude no cenário nacional; pela assunção ao cargo de Secretário de Planejamento, o deputado Zezéu Ribeiro, que colocou a pauta da juventude dentro das estratégias de planejamento e desenvolvimento do estado; pelo debate da pauta da juventude na Assembleia Legislativa da Bahia, com a constituição da Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude e posterior acompanhamento da tramitação do Plano Estadual de Juventude da Bahia; e devido a pressão das juventudes organizadas no âmbito do Estado (ANJOS, 2017, 2018). Seja por o Governador convocar a etapa estadual da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e, posteriormente, instituir o Grupo de Trabalho de Juventude, no âmbito do Estado, responsável por estabelecer diretrizes para a Política Estadual de Juventude (VIEIRA, 2012, 2018; PEREIRA, 2017b, 2018; SANTOS, SANTOS e PEREIRA, 2018).

Merece destaque o fato de que, neste momento, em que o “lulismo” gozava de espaço e aprovação social, o Governo da Bahia, tributário e aplicador do modelo nacional, não enfrentou resistências políticas ou sociais para a sua implementação. Pelo contrário, é possível verificar que a agenda de juventude foi abraçada por políticos de oposição, inclusive na Assembleia Legislativa da Bahia e conseguiu confluir políticos tanto da esquerda como da direita para a sua aprovação, acompanhamento e aplicação.

Este momento é ímpar na história da gestão pública da Bahia, porque deputados de oposição como o Marcelo Guimarães Filho também chegou a fazer parte desta comissão de articulação para a política de juventude. Outro fator importante é que o então governador Jaques Wagner insere o órgão responsável pela política de juventude em sua secretaria estratégica (SERIN), na qual o secretário era o seu conselheiro político de maior confiança Rui Costa, que viria a ser o governador da Bahia.

A partir desse primeiro cenário, já é possível observar que os elementos destacados envolvidos com a inserção da pauta da juventude na agenda do Governo do Estado da Bahia, estão relacionados ao stream da política, desde as questões referentes a mudança de governo (início de uma gestão petista), seguido do humor nacional (mesmo partido na gestão do Governo Federal e que vinha consolidando a juventude como pauta prioritária), bem como, das forças políticas organizadas ou que foram se organizan-

do (desde atores visíveis – Secretário e o próprio Governador, até atores invisíveis – Deputados e demais sujeitos políticos que configuraram os grupos de pressão).

A Primeira Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude na Bahia, que a exemplo da Primeira Conferência Nacional teve como tema “Levante sua bandeira” foi a oportunidade de agregar os atores envolvidos na pauta da juventude, de 40 cidades e 22 territórios de identidades da Bahia. Ela trouxe para o diálogo e debate das políticas públicas de juventude, ao ponto de Ribeiro (2013, p. 08) afirmar que “a partir de 2008, com a construção da Conferência Estadual de Juventude da Bahia, o Governo passou a criar as bases sobre as quais constrói uma política estadual para o jovem”.

Contudo, cabe destacar que, já no processo de organização dessa Conferência vários sujeitos políticos foram acoplados e considerados na implementação da pauta no estado. No âmbito do poder público, conforme quadro abaixo retirado do Documentário de Políticas Públicas de Juventude da Bahia, estiveram presentes na Comissão Organizadora da Primeira Conferência Estadual de Juventude, desde representantes do Poder Executivo Nacional, Estadual e Municipal (Salvador) até representações do Poder Legislativo Nacional (Câmara dos Deputados) e Estadual:

**Quadro 2. Representação do Poder Público na Comissão Organizadora da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia**

<b>Instituições que compõem a COE</b>
<b>Governo Federal – Secretaria Nacional de Juventude</b>
<b>Governo Estadual – Serin</b>
<b>Câmara Federal (Deputados)– Alice Portugal, Marcelo Guimarães e Zezéu Ribeiro</b>
<b>Assembleia Legislativa (Deputado) – Yulo Oiticica</b>
<b>Prefeitura Municipal de Salvador – Coordenadoria dos Direitos da Juventude</b>
<b>Instituições que acompanham a COE ou compõem o Comitê Executivo</b>
<b>Governo Estadual – Setre, Sedes, Semarh, Seplan e Sec</b>
<b>Assembleia Legislativa (Deputados Estaduais)– Javier Alfaya, Fátima Nunes, Zé Neto, Zé das Virgens, Zilton Rocha e Waldenor Pereira,</b>

Fonte: BAHIA, 2010, p. 11

Já no campo da sociedade civil, várias organizações e movimentos juvenis com atuação na Bahia foram convidadas a colaborar:

**Quadro 3. Representação da Sociedade Civil na Comissão Organizadora da I Conferência Estadual de Juventude da Bahia**

<b>Entidades que compõem a COE</b>
Força Sindical, UEB, MST, RENAJU, UNE, Rede de Jovens do Nordeste, UBM, FETAG, FENEAD, CEAFFRO, BAGUNÇACO, CUT, UNEGRO, ANPG, FETRAF, ABGLT, COCAS, UBES, MHOB, Nação Hip Hop Brasil, Pastoral da Juventude, REJUMA e Mary Castro (especialista).
<b>Entidade que compõem as subcomissões ou foram convidadas</b>
CRIA, AVANTE, CIPÓ, Rede Sou de Atitude, Rede Juventudes, Fórum de Juventude Negra, Rede Campi, Fundação Odebrecht, Cáritas, Rede Ayê de Hip Hop, Projeto Axé, EletroCooperativa, Liceu de Artes e Ofícios, PANGEA, MOC, Escola Olodum e Pracatum.

BAHIA (2010, p. 11)

A multiplicidade de atores governamentais e da sociedade civil que se fizeram presentes no momento de inserção da pauta da juventude na agenda do Governo da Bahia conferem um caráter específico e particular, no que se refere a inclusão de outras pautas na agenda governamental. Isso, necessariamente, está relacionado ao fluxo da política que dá centralidade a essa inserção da juventude nas ações do Estado. Se é possível afirmar que o stream da política teve maior importância na inserção da pauta da juventude na agenda do Governo do Estado da Bahia, logo em seguida, ou melhor, em paralelo, pode-se indicar que o fluxo das alternativas e soluções que foi estimulado a se constituir, digamos assim.

Com a realização da Primeira Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude da Bahia, tendo como produto a definição de 21 prioridades estaduais (levantamento de demandas das juventudes baianas); e com o estabelecimento do GT Juventude, durante a própria realização da Conferência, com o objetivo de propor diretrizes para a Política Estadual de Juventude na Bahia, consolida-se, o que se poderia chamar, da primeira policy community, que irá incidir diretamente no desenho inicial que as políticas públicas de juventude virão a ter na Bahia.

O GT Juventude após seu planejamento, desenvolvimento de ações, pesquisas e análises, apresentou ao Governo o relatório final, com os indicativos sistematizados. O Relatório Final do Grupo de Trabalho Juventude (BAHIA, 2008) apontou as características elementares das políticas públicas de juventude, a saber: transversalidade; integralidade; participação; descentralização; especificidade; e seletividade, bem como, destacou os elementos fundamentais para a implementação de uma política estadual de juventude: a construção do Plano Estadual de Juventude; a criação e constituição do Conselho Estadual de Juventude e; a criação de um

espaço institucional de gestão da pauta das políticas de juventude na estrutura governamental estadual. Observa-se ainda a presença de vários atores, contudo, de caráter mais institucional (representação governamental) na composição do GT Juventude, constituindo o que acima sinalizamos como a primeira policy community das políticas de juventude no estado da Bahia.

Fizeram parte da composição do GT Juventude: Éden Valadares, representando a Secretaria de Relações Institucionais e que esteve na responsabilidade da coordenação executiva do GT, que, posteriormente, veio a se tornar o primeiro Coordenador Estadual de Juventude; Mariana Farias, representando a Casa Civil; Marcelo Rocha e Vivian Celeste, representando a Secretaria de Educação; Anderson Santos e Marcos Pereira, representando a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Lívia Borges e Rodney Moreira, representando a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; o deputado Yulo Oiticica, representando a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, na coordenação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos a Políticas de Juventude; e Jurandir Santana Júnior, membro convidado, representando o Instituto Castro Alves de Estudo da Juventude.

Mesmo que não compusessem o GT, verifica-se ainda a contribuição da pesquisadora Mary Castro Garcia, que à época, era professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica e do então Diretor de Estudos e Pesquisas da SEI/SEPLAN, José Ribeiro Soares.

Referente ao fluxo dos problemas, o Secretário de Relações Institucionais do Estado da Bahia, na mensagem de abertura do Documentário das Políticas de Juventude (BAHIA, 2010, p. 08) afirma que

Quando a atual administração assumiu, os indicadores sociais colocavam a Bahia em vergonhosa posição nacional, e essa situação inaceitável era muito mais dura para os baianos e as baianas com idade entre 15 e 29 anos. Para os jovens, a Bahia oferecia a 6ª pior educação pública, o 3º pior indicador de geração de emprego e renda, a 17ª posição no Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) entre as 27 unidades da federação analisadas pela UNESCO.

Ainda acerca desse stream, o Relatório Final do GT Juventude já chamava a atenção ao quantitativo significativo de jovens na Bahia: 4,1 milhões de jovens, ou seja, 29,3% do total da população baiana e explicitava que

Esta parcela da população se relaciona de maneira peculiar e amplificada com as principais questões sociais brasileiras, sendo a que mais sofre com o desemprego, os problemas da educação pública, a violência urbana e rural, as diversas formas de discriminação, as dificuldades de acesso à cultura, ao lazer, ao esporte e à participação política [...] (BAHIA, 2008).

Deve-se levar em conta que a janela de oportunidade de inserção da juventude na agenda do Governo da Bahia, parte do stream da política, estimula o stream das alternativas e soluções e busca, de forma não alicerçada, apontar questões do stream dos problemas, mas que se revela de forma frágil, haja visto que, historicamente, uma das pautas da juventude organizada, que figurou como uma das prioridades da Primeira Conferência Nacional de Juventude, em 2008, se refere aos altos índices de mortalidade de jovens negros, sendo caracterizado como um verdadeiro extermínio

dessa população e elemento de genocídio do povo negro, mas que, em nenhum momento de estruturação da pauta da juventude na agenda do Estado, esses dados de problema social ganham força para sair de estado de coisas e se tornarem problema político, a ponto de gerar uma resposta efetiva do poder público, que não seja o próprio aparato policial, que, muitas vezes, contribuem com o aumento dos índices de homicídios de jovens negros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do análise da formação do campo de Políticas de Juventude no Governo de Estado da Bahia foi possível mostrar a aplicabilidade da teoria dos múltiplos fluxos de Kingdon. Identificou-se quais elementos da realidade da política estadual estiveram relacionados aos fluxos dos problemas, das alternativas e soluções e da política, quando da inserção da pauta da juventude na agenda governamental.

No manuseio das questões teóricas dessa análise das políticas públicas se encontrou certas dificuldades para apontar a participação dos atores e seu papel na formulação da agenda governamental, ainda que tenha sido possível apontar onde determinados sujeitos políticos individuais ou coletivos tenham atuado.

Apesar da teoria do múltiplos fluxos apontar a necessidade da convergência dos streams para a geração de uma janela de oportunidade, na qual seja possível incluir uma pauta nova e gerar mudança na agenda governamental, observou-se que, no caso da política estadual de juventude, o fluxo da política foi mais importante e crucial para que todo o processo de agenda-setting acontecesse.

Por se basear em uma pesquisa documental, com um limitado material para compor a referida análise indica-se a necessidade de um melhor aprofundamento do estudo, a partir de outras fontes. Entre eles merecem destaque o Plano de Governo do PT para a Bahia no processo eleitoral de 2006, bem como, as peças orçamentárias da primeira gestão petista do Governo Estadual. Salienta-se ainda que um desenho metodológico de pesquisa que contemple entrevistas aos atores iniciais da construção da pauta da juventude na agenda governamental da Bahia possa melhor explicitar os elementos de cada stream envolvido e, certificar, se a análise aqui apresentada, da centralidade do stream da política, corresponde à realidade de agenda-setting da pauta da juventude na Bahia.

Além dessas questões, alguns questionamentos ficam presentes e pendentes acerca desse processo. Considerando a importância do stream da política e, nesse, a questão do clima nacional, como fica a pauta da juventude no Governo da Bahia com a mudança do Governo Federal, a partir do impeachment de Dilma e assunção de outro projeto político na gestão federal? Porque a pauta do exterminio da juventude negra não ganhou um desenho específico de política pública para o seu enfrentamento? Quais os problemas atuais das juventudes baianas? O que fez com que a juventude rural se consolidasse enquanto pauta durante as gestões petistas? E quando se deu isso? Como tem se desenvolvido os atuais desenhos de políticas públicas de juventude na Bahia (Mais Estágio, Primeiro Emprego e Auxílio Permanência) e suas relações com os elementos fundamentais da política estadual de juventude apontada pelo GT Juventude? Espera-se que outros estudos e pesquisas auxiliem no enfrentamento dessas questões e possam

subsidiar a reconfiguração da pauta da juventude na agenda governamental do Governo da Bahia após esses dez anos de inserção na temática nas ações do Estado.

## Referências

- ALVES, Marco Antônio; AZEVEDO, Sandson Barbosa; e LOPES, Paulo Roberto Danelon. O processo de formação de agenda: como atrair a atenção do governo e converter problemas em políticas públicas. **Negócios em projeção**, vol. 7, n. 2, 2016, p. 69-79.
- ANJOS, Jocivaldo Bispo da Conceição. **Políticas Públicas para a juventude rural: considerações sobre os 10 anos de gestões petistas no Governo da Bahia (2007-2016)**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Fundação Perseu Abramo/Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – Brasil, São Paulo, 2017.
- \_\_\_\_\_. A política para a juventude rural baiana e a percepção acerca da narrativa da juventude rural. **Revista Annales**. Belo Horizonte: FAJE, 2018 (no prelo).
- BAHIA. **Relatório Final do Grupo de Trabalho de Juventude: acreditar no jovem é investir na Bahia**. Salvador: 2008, 120 p.
- \_\_\_\_\_. Documentário das Políticas Públicas de Juventude. Salvador: SERIN, 2010, 172 p.
- \_\_\_\_\_. **Quer um Conselho?** Como criar um conselho municipal de juventude. Salvador: Secretaria de Relações Institucionais, 2013.
- CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; e MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 87-122.
- FÁRIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, 2003, p. 21-29.
- KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia? In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas Públicas: coletânea**, v.1. Brasília, ENAP, 2006a, p. 219-224.
- \_\_\_\_\_. Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas Públicas: coletânea**, v.1. Brasília, ENAP, 2006b, p. 225-245.
- PAPA, Fernanda Carvalho de e FREITAS, Maria Virginia de (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Pierópolis, 2011.
- PEREIRA, Mailson Santos. **Concepções de juventude em legislações baianas de permanência estudantil no ensino superior**. 2017. 39 f. Trabalho de conclusão (Especialização em Docência do Ensino Superior) – Coordenação de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Salvador, Salvador, 2017a.
- \_\_\_\_\_. **Análise das concepções de juventude nos documentos do Programa Trilha-BA**. 2017. 56 f. Trabalho de conclusão (Especialização em Juventude no Mundo Contemporâneo) – Coordenação de Pós-Graduação Lato Sensu da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017b.
- \_\_\_\_\_. Análise documental do Programa TRILHA-BA: concepções de juventude presente em uma política pública baiana. **Revista Annales Faje**. Belo Horizonte: FAJE, 2018 (no prelo).
- RIBEIRO, Zezéu. **Política para a Juventude**. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação Edições Câmara, 2013.
- SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **A(s) juventude(s) e a construção das políticas públicas no Brasil: avanços e perspectivas**. 2010. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- SANTOS, Larissa Lima; SANTOS, Camila Borges dos; e PEREIRA, Mailson Santos. Experiência de atuação no controle social das políticas públicas de juventude no Conselho Estadual de Juventude da Bahia. **Revista Annales Faje**. Belo Horizonte: FAJE, 2018 (no prelo).
- SPOSITO, Marília. Trajetórias na construção de Políticas Públicas de Juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virginia de e PAPA, Fernanda Carvalho de (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003. Cap. 3, p. 57-75.
- \_\_\_\_\_. e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set. - dez., 2003, p. 16-39.
- VIEIRA, Michelle do Nascimento. **Conselho Estadual de Juventude: a experiência da construção de uma política pública de juventude na Bahia**. 2012. 50 f. Trabalho de conclusão (Graduação em Serviço Social) – Universidade Metropolitana de Salvador, Salvador, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Revista Annales Faje**. Belo Horizonte: FAJE, 2018 (no prelo).

# Notas sobre Limitações e Potencialidades do Conceito

## de Protagonismo Juvenil considerando Movimentos Sociais

Mary Garcia Castro<sup>1</sup>

**Resumo:** Há um uso e abuso do conceito de protagonismo juvenil, quer por autores e agências conservadores, quer por aqueles do campo crítico. Neste artigo acesso tal debate, reivindicando um exorcismo dialético, lembrando do par daquele conceito no teatro grego, o coro de antagonistas. Discutimos a importância de cuidar contra o simplismo em considerar como “identitárias” frentes de luta que seduzem os jovens, como as relativas ao combate ao

<sup>1</sup> Pesquisadora FLACSO-Brasil, bolsista pós-graduação sênior PPGREC-Programa de Pós graduação em Relações Étnico Raciais, UESB-Jequié; professora aposentada da UFBA - castromg@uoi.com.br

Nota: Uma primeira versão deste texto foi apresentada na UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I, na II SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS BRASIL: PARADIGMAS E PERSPECTIVA, em 14 de setembro de 2017

racismo e a opressões por gênero e sexualidade. A depender da formação teórica seriam esses sistemas de opressões estruturantes e estruturadas, de/por lutas de classes, como nos sugere Lo-surdo (2015), ou seja, com potencialidades de frentes antagônicas ao Neo Liberalismo. Aposta-se na crescente mobilização de jovens contra o golpe em curso no Brasil, mas, alinhada às elaborações de Houston (2013) sobre “cidadanias insurgentes” e se adverte que juventude não é necessariamente sinônimo de protagonismo por mudanças libertárias. Sublinha-se a importância de investir contra o analfabetismo político, quer em aparatos institucionais como as escolas, assim como nos movimentos sociais, inclusive partidos políticos à esquerda, ampliando o coro dos antagonistas.

**Palavras Chaves:** Protagonismo Juvenil; Juventudes; Movimentos Sociais; Brasil

### Considerações Gerais

Foi-me proposta para uma atividade no final de setembro de 1917, em uma universidade – UNEB- (ver nota 1) – uma comunicação em mesa intitulada “Protagonismo Juvenil e Movimentos Sociais Contemporâneos”. A pertinência de tal tema é clara, considerando que o enfrentamento à barbárie contemporânea, à chamada onda conservadora que corre o mundo mas que mais que onda bem se enquadra nas figuras cunhadas pelo filósofo Giorgio Agamben (2007), sobre estes tempos, a “tanatopolítica” – a política da morte e a produção de “vidas descartáveis” – via a xenofobia, o racismo institucional, as guerras imperialistas, o neo colonialismo, o neo patriarcalismo, o fundamentalismo religioso e a homo/lesbo/transfobias, ou seja por sedutores cabelos mortíferos que se embarralam na Medusa Capitalismo<sup>2</sup>. Novelo que nestas plagas se

<sup>2</sup> Segundo a mitologia grega, a Medusa, era um monstro, uma das três Górgonas, e que poderia petrificar qualquer pessoa com um único olhar. “O mito da Medusa se entrecruza com outro bem conhecido, o de Perseu. Segundo o mito, ela foi decapitada pelo herói, o qual lutou com a Górgona olhando apenas o



metamorfoseia no golpe Temerose, no ódio, em desencanto com a política, na indignação que se contenta com a piada virtual, em rearranjos da vida no eu, no ilhar-se na minha carreira ou em alternativas respaldadas na ideologia do fim da história, vetores que paralisam a ação por mudanças emancipatórias, coletivas.

Tal estado quo ou como estão as coisas, sim, pedem movimentos sociais vários, tantos os clássicos, como sindicatos e partidos, posicionados na luta de classes no plano da economia política - defendidos como movimentos sociais por Hobsbawm (1971) - como aqueles alinhados contra subordinações várias, decolando de corpos negros, femininos e fora das normas sobre sexualidade. E nesses os as jovens, muitos, mas não todos, são os novos Perseu e Atenas, na luta contra o monstro e sua cabeleira.

Mas o conceito de protagonismo juvenil se presta a diversos projetos e mais necessita crítica quanto ao seu uso.

Vou estar enfocando, nesta peça, os dias atuais e não necessariamente um movimento específico, mas faço eco a muitos que ressaltam a importância de movimentos de jovens para a democratização, cada vez mais incompleta do país, como Severo e Wexell (2006) em escrito sobre "Movimentos Sociais de Juventudes":

Ao longo da história nacional, os movimentos sociais de juventude contribuíram para a democratização da sociedade como também para as melhores condições de vida da população. Participaram ativamente dos movimentos abolicionista, tenentista, da semana de arte moderna de 1922, da consolidação do partido comunista brasileiro, fundaram a União Nacional dos Estudantes, organizaram o Fora-Collor. **Os jovens atuam junto à sociedade através de contextos culturais e da conjuntura política que se apresenta.** A partir de 2003 órgãos governamentais começaram a colocar prioridade sobre os direitos dos jovens. Inicialmente, [...] em 2004 o governo federal assumiu as discussões sobre o tema. A preocupação neste momento era gerar emprego e renda para os jovens [...] Em 2005 foram criadas pelo governo federal a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. Na Câmara dos Deputados, neste mesmo ano, é proposto o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude. (Destaque meu.)

### Perspectivas que orientam o debate, em proposição

Defende-se a importância da multiplicação de coletivos, movimentos com diferentes nortes, mas pautados em defesas de dissidências críticas a hegemonias normativas que vão contra humanidades, como a do/da negro/a, da mulher e do povo LGBTQ. Considera-se que podem se realizar combinando defesa da emancipação política contra sistemas de opressões que se não se restringem ao embate capital x trabalho, potencializando lutas de classes no/contra o capitalismo.

Recorro ao termo lutas de classes, tendo como parâmetro, reflexões de Losurdo (2015):

Talvez se torne mais claro agora o significado da expressão utilizada pelo 'Manifesto Comunista: lutas de classes' (Klassenkämpfe). O plural não quer denotar a repetição do idêntico, o continuo a recorrer à mesma forma da mesma luta de classes, não, o plural remete à multiplicidade das configurações que a luta de classes pode assumir (pág. 29).

seu reflexo no escudo polido. " Perseu era protegido pela deusa guerreira da sabedoria, Atenas. In <https://www.todamateria.com.br/o-mito-de-medusa-na-mitologia-grega/consultado> em 05.06.2018

[...]

O intrincado quadro das lutas de classes que começa a emergir ainda não é completo. Observamos as lutas de classes operarem separadamente; contudo, uma concreta situação histórica, uma grande crise, é caracterizada pelo entrelaçamento complexo e contraditório de lutas de classes (pág. 35).

□ Não considerar que há várias perspectivas, em disputas, no feminismo, no movimento negro e no movimento por direitos de sexualidades não heteronormativas, codificando todos como 'fragmentários', 'pós-modernos', calcados em individualismos, ou como 'identitários', leva muitos jovens a marginalizarem a luta política partidária e o debate sobre o lugar da economia política capitalista e da crítica a um estado Neo Liberal. Minimizando a potencialidades de frentes críticas em lutas de classes. O analfabetismo teórico político sobre o momento histórico por uma esquerda ensimesmada, contribui para o afastamento de jovens de movimentos sociais clássicos, como partidos e sindicatos, em muitos casos.

□ A questão do analfabetismo político, ou falta de leitura da conjuntura em sua complexidade remete à potencialidade de perspectiva atual em ciências sociais, por uma sociologia pública<sup>3</sup> como explicita Buroway:

De acordo com Burowoy, a sociologia encontrar-se-ia contemporaneamente melhor preparada para retraduzir, de maneira sistemática, seu próprio saber disciplinar, no sentido de devolver o conhecimento científico a suas fontes inspiradoras, tornando públicas as questões referentes a problemas privados, "(...) regenerando a fibra moral da sociologia" (Braga e Santana, 2009)

A "sociologia orgânica pública" segundo Braga e Santana (2009) compromete-se com um saber voltado ao fortalecimento da sociedade civil crítica, mas no trabalho com os grupos subalternizados, ambos (academia e movimentos sociais) mais privilegiam o conceito de redes de saberes que propriamente a ideia de protagonismos, já que o que se pretende é conjugar saberes construídos e saberes em uso.

□ Destaca-se como marca que vem se afirmando em movimentos sociais de jovens, hoje, a construção de redes por projeto de contra-ataque às górgonas no capitalismo. E nesse projeto tem sido fundamental algumas juventudes e frentes como a que formou a nova diretoria da UNE em 2017, reunindo várias agremiações à esquerda, priorizando uma frente ampla contra o estado de exceção. Destaco também como ilustrações da ação de muitos jovens, inclusive de diferentes correntes políticas à esquerda mas com um mesmo projeto, por exemplo, o movimento de ocupações de escolas que tomou conta do Brasil em 2015 e 2016.

Em outubro de 2016 mais de mil escolas foram ocupadas por estudantes secundaristas que não se conformavam com

<sup>3</sup> Sobre sociologia pública ver Michael Burowoy **Por uma sociologia pública** - ISSN 0104-8015 POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais n. 25 outubro de 2006 - p. 9-54- in <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6738/4177>

os rumos que a educação vem tomando no governo Temer<sup>4</sup>. Mas a criação de redes é um processo dialético de aprendizagem do trabalhar juntos tanto para alunos como nas relações alunos, professores e diretores, com contradições, brigas, dissensos e consensos, como se apreende por relatos de legados das ocupações das escolas em 2015 e 2016 (ver nota 4)<sup>5</sup>. Note-se que quando das ocupações de escolas, era comum organizar debates sobre temas contemporâneos com a colaboração de pesquisadores.

□ Há que considerar que protagonismos ou ‘cidadanias insurgentes’ (Houston, 2013) não têm um DNA único. Também vem se ampliando a participação e protagonismo de muitos jovens em movimentos à direita como no Movimento Brasil Livre (MBL)- que em 2016 contabilizava no Face 2.366.038 curtidas e que em seu 1º congresso nacional em novembro de 2015 apresentou entre outras propostas, para o campo da educação: a defesa ao Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais; a “Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar”; “Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.”; e “Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins

4 Bruno André Blume em <http://www.politize.com.br/ocupacoes-de-escolas-entenda/> (consultado em 01.02.2018): “Estudantes da rede pública de todo o país estão à frente das ocupações. Esses atos estão sendo executados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a maior entidade de representação estudantil para o ensino médio. Segundo levantamento da Exame, mais de 1100 escolas foram ocupadas em 22 estados brasileiros (mais o Distrito Federal). [...] No início de 2016, a ocupação de escolas por alunos em protesto teve foco maior no estado de São Paulo. Por lá, foram as escolas técnicas (Etec’s) as mais envolvidas no movimento. Nessas ocupações, o foco recaiu sobre questões de responsabilidade do governo estadual, como o fornecimento de merenda, que estava prejudicado por causa do esquema conhecido como “máfia da merenda”.

Essa não foi a primeira vez que secundaristas de São Paulo se organizaram para ocupar instituições de ensino. Em novembro de 2015, cerca de 200 escolas paulistas foram tomadas por estudantes. Eles protestavam contra a reestruturação do sistema educacional estadual. A medida previa o fechamento de quase 100 escolas e o remanejamento de 311 mil alunos e 74 mil professores.

5 Flávia Yuri Oshima e BEATRIZ Morrone (06/02/2017 consultado em 05.07.2018) “O Legado nas ocupações das escolas” in <http://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/02/o-legado-das-ocupacoes-nas-escolas.html>. Aí se lê: “A ocupação das escolas paulistas do fim de 2015 foi a mobilização estudantil exclusivamente secundarista mais bem-sucedida da história. Os estudantes, majoritariamente com idades entre 15 e 17 anos, protestavam contra o projeto de reorganização escolar em São Paulo, que transformaria escolas de dois ciclos – ensino fundamental e médio – em unidades de ciclo único. Depois de quase 60 dias de ocupações, que envolveram mais de 200 colégios, o governo paulista recuou e suspendeu a reorganização. O sucesso do movimento paulista inspirou outras mobilizações pelo país ao longo de 2016. Em Goiás houve ocupações após o governo estadual anunciar um programa de escola pública no formato Organização Social (OS). No Rio de Janeiro, colégios foram ocupados em resposta à decisão do governo estadual, no meio do ano, de suspender o aumento dos professores. O ápice se deu em agosto. Contrários à medida provisória que prevê uma reforma do ensino médio (MP 746, editada em setembro) e à proposta de emenda constitucional que estabelece teto para o gasto público federal (PEC 55, aprovada em dezembro), secundaristas de todo o país ocuparam mais de 1.000 escolas em protesto.”

de produção científica”<sup>6</sup>.

As lutas de classes, insiste-se, tomam hoje distintas formas, inclusive o da disputa por juventudes, por sua potencialidade para “cidadanias insurgentes”, termo do antropólogo James Houston que o associa a outro, referindo a situação Brasil em 2013, qual seja “o paradoxo perverso da democracia brasileira”: Sobre o “paradoxo perverso da democracia brasileira” reflete Houston (2013:pág.349):

A democracia brasileira avançou de forma significativa nas últimas duas décadas. Na verdade, tem sido pioneira em inovações que a situam na vanguarda do desenvolvimento democrático do mundo. No entanto, exatamente quando a democracia se enraizou, novos tipos de violência, injustiça, corrupção e impunidade aumentaram dramaticamente [eu corrigiria para se tornarem mais visíveis e assumidas como violências]. Essa coincidência é o paradoxo perverso da democratização do Brasil.

Algumas juventudes, mais diretamente são apanhadas nesse paradoxo e por menos amarras com rotinas, obrigações imediatas ou impulsos de transgressão, com maior probabilidade se enredam também em diferentes insurgências, reações a mal-estares com a coisa pública. Mais uma vez me apoio em Houston (2013) contra euforias generalizadoras e simplistas por tais manifestações coletivas por direitos (tendo como referência as manifestações de 2013). Adverte Houston (2013: pág.62):

Cidadanias insurgentes não são necessariamente justas ou democráticas, populistas ou socialistas. Cada caso deve ser avaliado. Sem dúvida o nazismo lançou mão de uma cidadania insurgente na Alemanha, assim como o fez a direita fundamentalista americana nos EEUU. A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contra política, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta.

Sim, urge às ciências sociais e às militâncias discutirem sobre protagonismo juvenil e movimentos sociais contemporâneos. E como cientistas sociais, há que cuidar do senso comum e proceder à crítica epistemológica, conceitual, considerando textos e contextos.

Tanto os conceitos de protagonismo, juventude e movimentos sociais em seus formatos atuais em terras Brasileis, pedem reflexão crítica para que não se caia em valas comuns em que cabem todos do lado luminoso da Força, ou seja, os que estão contra o lado sombrio.

As lutas de classes (entendidas classes como construtos diversos de processos e relações sociais por e contra dominações e discriminações e que se insurjam contra o capitalismo) não se configuram hoje como uma guerra nas/ entre estrelas<sup>7</sup>, mas sim como mobilizar galáxias, e em relação ao nosso tema, diversas juventudes que não vem se sentindo representadas por protagonismos e vanguardas.

O chamado protagonismo juvenil não deve ser considerado um *deus ex machina*. Girandamos, estamos nas ruas e nos autos representamos como vanguarda contra o golpe e nos

6 In <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>-acessado em 2.7.2017

7 Sobre “Guerra nas Estrelas” e os lados da “Força” ver [https://pt.wikipedia.org/wiki/Força\\_\(Star\\_Wars\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Força_(Star_Wars)) consultado em 20.08.2017

consideremos em movimento. Mas aprendemos, pelo menos os da minha geração, que nos filmes de Hollywood o *the end* era um final feliz apenas 'para os bons', os cowboys – que aprendemos depois que não eram tão bons- e que sempre derrotavam os índios-que somente muito tarde aprendemos que não eram os maus. Contudo ainda é comum equívocos sobre a força das dissidências.

No espaço deste texto, muitos temas que pedem profundidade reflexiva e amparo em análises, dados, chão empírico para o desenvolvimento do pensamento crítico pretendido, vão ser aqui simplificados, ainda que nas ciências sociais as ideias centrais contem com sólido acervo. Contento-me por notas pincelar provocações sobre juventudes, protagonismos e movimentos sociais nestes tempos de Brasil golpeado.

Organizei o texto como segue: Notas sobre o conceito de protagonismo juvenil; Algo sobre juventudes e movimentos sociais; e Notas sobre estes tempos e outras juventudes

Vou simplificar, e muito, o debate sobre o conceito de protagonismo e vou mais me ater ao tema juventudes e movimentos sociais, debatendo elaborações recentes de Maria Gloria Gohn e, ao final, a importância de se mapear diversas juventudes no atual cenário brasileiro para melhor discutir quem é protagonista e de que.

#### Notas sobre o conceito de Protagonismo Juvenil

O termo protagonismo juvenil é caro a agências de fomento no capitalismo, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com ênfase em ensinar se a pescar e serão os jovens protagonistas em empreender criativas inserções no capitalismo. Não vou me referir a tal protagonismo, mas alerta para o seu *sex appeal* para muitos. (Sobre BID e políticas para juventudes, ver Castro, Abramovay e DeLeon, 2007)

Protagonismo juvenil foi muito utilizado no campo de movimentos sociais relacionados às PPs (Políticas Públicas para Juventudes) e à educação para cidadania entre 2005 a 2014. Nessa linha um dos seus principais precursores no Brasil, foi o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, inclusive um dos artífices do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em 1980. Note-se que a proposta do ECA partiu de entidades sociais, como o Movimento dos Meninos e Meninas de Ruas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que integraram a comissão nacional sobre o tema. Quando de seminário em 2016 em homenagem a Gomes da Costa, lembrou a professora Isa Maria Guará:

- O protagonismo juvenil do qual o professor Antônio fala é relacionado com o potencial, um olhar de alta expectativa para o jovem, que deve ser encarado como parte da solução. É uma perspectiva de empoderamento, que prevê um caminho de desenvolvimento humano, orientado por uma sequência de processos e ações para criar oportunidades educativas para a participação efetiva dos jovens."

De fato, segundo Gomes da Costa (2007): O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso.

Notem que o autor destaca termos como potencialidade, ou seja, o protagonismo juvenil é uma potencialidade que pede oportunidades, como o lugar de uma ação educativa, criação de espaços e condições que possibilitem aos jovens o exercício da criatividade

É complexo falar em condições favoráveis ao protagonismo juvenil com o ataque neoliberal golpista hoje à educação, às universidades, sendo, portanto, uma arena básica para que tais condições se realizem, o protagonismo juvenil em defesa de escolas críticas de qualidade, da universidade pública e dos movimentos sociais estudantis. Campo em que jovens, em movimentos como o das ocupações das escolas se destacaram.

A etimologia do conceito de protagonismo revela outra dimensão constituinte básica. Segundo Gomes da Costa (op. cit.):

Proto em grego 'quer dizer o primeiro, o principal. Agon significa luta. Agonista, lutador. Protagonista, literalmente, quer dizer o lutador principal. No teatro, o termo passou a designar os atores que conduzem a trama, os principais atores. O mesmo ocorrendo também com os personagens de um romance"

De fato, é face pouco revelada, o uso do conceito protagonista no teatro grego.

Contudo, em conversas com a arte educadora, professora da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e fundadora do Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA), em Salvador, Maria Eugenia Viveiros Millet, outra faceta do uso do conceito no teatro grego foi me chamada atenção: Segundo Millet se os atores, os protos eram personagens individuais na frente, mas era o coro, vozes coletivas, no fundo do palco que por crítica conduzia a trama, o coro dos antagonistas. Note-se que Maria Eugenia Millet se filia como outros estudiosos e ativistas a uma corrente que ressalta a importância do 'ativismo', ou movimentos sociais que recorrem à arte, à ironia, ao riso para denúncias e mobilizações.

O comentário sobre o lugar do antagonismo na mobilização, como o estímulo no teatro grego, sugere que o protagonismo pede coro, luta por e com muitos. Muitas juventudes, sim, podem e devem ser protagonistas da resistência, de contra-ataques. E tem muita potencialidade para tanto. Contudo, se importante a diversificação de movimentos sociais, de jovens em tantas frentes antagônicas ao conservadorismo, ao neoliberalismo, ao golpe, resgato a importância de que autores em ciências sociais, vêm dando à formação de redes de movimentos sociais, o que de alguma forma tem fortalecido os protestos de rua contra o golpe, redes que não eliminam suas singularidades, bandeiras, mas que se unem por urgências, redes que também se ampliam por abranger outros grupos.

#### Algo sobre Juventudes e movimentos sociais

No campo de estudos sobre movimentos sociais, os trabalhos de Maria da Glória Gohn têm destaque, e juventudes são focalizadas em particular nos mais recentes, quando a autora assim como outros chama a atenção para a diversidade de tipos de participação dos jovens; e defende a tese de que as chamadas formas clássicas de movimentos sociais, como partidos, sindicatos e o movimento estudantil estariam sendo questionadas e marginalizadas pelos jovens – tese que adianto, a meu juízo precipitada e que

não resiste a estudos de casos sobre a participação de jovens em partidos, sindicatos e movimentos estudantis nem a análises sobre manifestações pós 2013.

Cada vez se questiona mais a formatação e representação de partidos e sindicatos, mas não necessariamente viria se dando sua marginalização. Defendo mais a diversidade de movimentos e bandeiras, assim como fissuras que os movimentos por reconhecimento da humanidade do negro, da mulher e de povos gays vêm provocando naqueles movimentos tidos como clássicos, o que é importante para esses e aqueles. E como em nome do “Fora Temer” vem se afirmando nexos entre diversos movimentos e coletivos.

Gohn vem defendendo também a importância das redes virtuais, mas reconhecendo que a partir de 2013 o trânsito, a combinação de mobilização nas ruas e a virtual mais se afirmam. Em trabalho apresentado em 2016 na Sociedade Brasileira de Progresso das Ciências (SBPC), intitulado “Juventudes e Movimentos Sociais”, observa Gohn ao final:

Em síntese: o impeachment da Presidente Dilma Rousseff aglutinou e dividiu grupos e movimentos em dois grandes blocos: os favoráveis e os contrários. Performances de confrontação passaram a ocorrer transformando-se em espetáculo midiático, mas também em mediação de força na luta política. As redes sociais digitais, fator estratégico para as mobilizações em 2013 passaram a ter também, a partir de 2015, função pedagógica - de formação da opinião pública na luta pela criação de convencimentos. As narrativas de cada lado passaram a ser estratégicas. Sites e blogs explodiram na cena cotidiana sem nenhum compromisso com a veracidade dos fatos, com o objetivo apenas de reafirmar narrativas, justificar ‘bordões’ criados.

Segundo Castells, as redes sociais digitais permitem que valores e projetos alternativos adquiram um potencial inédito na história dos movimentos sociais (Castells, 2013:95). (Gohn 2016.)

Já sobre a predominância de algumas juventudes em manifestações a partir de 2013, o papel da violência policial no acirramento de violências de grupos de jovens e no que ela defende como predominância de “novos movimentos sociais” nos movimentos de protesto entre 2010 a 2013 em vários países, em artigo de 2014, Gohn nota:

As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social, que se caracteriza por participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por e em redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos.

Muitos dos jovens que respondem às convocações e vão às manifestações estão em fase de batismo na política. Os coletivos inspiram-se em variadas fontes, segundo o grupo de pertencimento de cada um. Como rejeitam lideranças verticalizadas, centralizadoras, também não há hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia. O que os motiva é um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, assim como as prioridades nas obras e ações selecionadas e seus efeitos na sociedade.

Como rejeitam lideranças verticalizadas, centralizadoras, não há hegemonia de apenas uma ideologia, utopia ou esperança que os motive. Alguns retiram, da esquerda, ensinamentos sobre a luta contra o capital e as formas de controle e dominação do capitalismo contemporâneo, na busca da emancipação. Do anarquismo e do socialismo libertário, grupos ressuscitam e renovam leituras sobre a solidariedade, a liberdade dos indivíduos, a autogestão, e a esquecida fraternidade, retomada nas ações de enfrentamento à repressão policial. Há também um novo humanismo na ação de alguns, expresso em visões holísticas e comunitaristas, que crítica a sociedade de consumo, o egoísmo, a violência cotidiana [...] Muitos não têm formação alguma, estão aprendendo na luta do dia a dia, formatando

seus valores conforme o calor da hora. D. Cohn-Bendit (2013)<sup>1</sup> observou, a respeito das manifestações no Brasil: ‘Nos anos 60 prevalecia a defesa dos ideais, socialismo, anarquismo, alguns lutavam em nome de Cuba, da China. Hoje não há a questão ideológica. Isso é bom: lutar por escola melhor, transporte melhor’. (Gohn 2014)

Defendo que há que ter cautela com generalizações sobre o apoliticismo de movimentos sociais de jovens, e a marginalização de ‘grandes narrativas’, como o socialismo, precipitada inferência a partir das manifestações de 2013 no Brasil e outras manifestações em outros países.

Tal interpretação das manifestações daquele período – 2013 no caso do Brasil –, quanto a desdobramentos, a meu juízo foram precipitadas o que já Gohn naquele artigo pressentia ao afirmar:

Há múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação, o que dificulta prever seus desdobramentos – os acontecimentos, no calor da hora, provocam reações que geram novas frentes de ação coletiva. A composição dessas novas frentes é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade, o governo etc. [...] É impossível manter mobilizações de massa por muito tempo.

Mas as raízes da revolta e dos protestos continuam prestes a explodir a qualquer momento.

Tais reflexões pedem críticas embasadas em mais estudos e análises dos que as me proponho aqui, contudo a questão de diversidade de bandeiras, frentes e formas de organização, o cuidado com o engessamento artificial quando se fala em clássicos e novos movimentos sociais, assim como o alerta de que os projetos, as redes e ação conjunta não se impõem por si, mas nas relações antagonônicas com poderes, como agências do capitalismo, o Estado neoliberal. (Gohn 2014.)

Avaliações sobre fragmentações e rejeição de formações clássicas de movimentos sociais não vêm resistindo a materialidades, imposições da história, de conjunturas. Por outro lado diversidade de posições no movimento negro, no movimento feminista e nos de direitos LGBTQ alerta que nem todos, todas que estão em movimentos sociais que focalizam o racismo, a homofobia e o patriarcado podem ser chamados de movimentos “identitários”. Termo mais afim a perspectivas liberais que se acomodam na tipologia de novos movimentos ou decolam e aterrissam no eu, ou seja, seriam autocentrados ou fragmentados e avessos a análises sobre classes sociais, de corte marxista.

Na Marcha das Mulheres em Florianópolis quando do Congresso Fazendo Gênero (setembro de 2017) em que estavam cerca de 8 000 pessoas, a maioria mulheres, impressionava a combinação de frentes de luta, a presença de ativistas feministas negras, e o grito em uníssono de “Fora Temer”, misturados a consignas específicas. Em distintos eventos de cientistas sociais e ativistas o afã de pontes sobre lugares de rebelião, de estudo e luta. Conceitos como inteseccionalidade, das feministas negras, ressaltando conexões entre gênero, raça e classe sugerem que é outra a constituição de um todo que se considera importante não simplificar. O trabalho de movimentos de mulheres negras, e de muitos outros, em denunciar o genocídio do povo jovem negro pobre; bem como a preocupação em sindicatos e partidos de esquerda em discutir e criar frentes sobre etnicidade e raça, homo afetividade e violências contra o povo LGBTQ como expressões de sexismos nos lugares de trabalho, ilustram perspectivas que advogam que a luta de classes hoje se irradia por vários estruturantes. Como bem observa Lozurdo (2015) antes citado.

Aqueles eventos e mobilizações ilustram que outra perspectiva sobre movimentos sociais vem se afirmando, que não os do quieto ou por competição sobre que luta seria a prioritária no momento, em que pese o reconhecimento de que nem todas as lutas fazem coegas ao capitalismo, ao contrário, muitas são cooptadas ou domesticadas por políticas pontuais.

Não sou ingênua a ponto de achar que tais pontes entre lutas políticas, ou, desculpem o neologismo, o que estou batizando de “interculturapoliticidades” sejam de fácil simétrica construção. Não o são, ao contrário, mas destaco como marca destes tempos, a preocupação com redes de movimentos sociais antagônicos a fundamentalismos e à ditadura de poderes que há muito exercem hegemonia por redes, como a do executivo, legislativo, mídia e judiciário para o agenciamento da governabilidade golpista.

Rede de movimentos sociais, sem aparelhamentos; nexos entre movimentos sociais e partidos à esquerda; nexos entre militância presencial e cyber militância são desafios destes tempos. Assim como o desafio maior de ataque a analfabetismos políticos de atores e agências, como os partidos políticos, por uma abordagem não “identitária” das lutas por reconhecimento de direitos contra opressões e discriminações. E jovens vêm se destacando em fazer avançar enfrentamentos a tais desafios, contudo tal esforço pede muito mais investimento entre saberes e ação, ou seja, “cidadanias ativas” informadas. (Ver Castro 2014.)

#### Notas sobre estes tempos e outras juventudes

Outro tema complexo no debate sobre protagonismo, juventudes e movimentos sociais é a relação entre cenário político econômico e juventudes, em especial sobre as juventudes que não estão em movimentos sociais, nem nas ruas pelo projeto aglutinador de tantos como o “Fora Temer” e que não se sentem representados por protagonismos quer à esquerda quer à direita.

Um ganho nos estudos contemporâneos sobre e com juventudes vem sendo destacar a equação juventudes- juventude-, a pluralidade de existências, vulnerabilizações e projetos na geração cunhada como jovem, como por exemplo aquela entre 15 a 29 anos, reconhecendo que tal coorte de fato teria algumas singularidades em relação a outros.

Os sistemas de classe, raça e gênero – e neste o de sexualidade – identificam jovens quanto a necessidades, imaginários e tipos de vivências. Contudo, vem também se alertando que tais marcadores sociais não são os únicos para tal singularização. No caso do Brasil, que prima por desigualdades sociais várias, a pertença territorial e a inserção em instituições como a escola, somam-se também àquelas comumente mencionadas.

Quando a referência é juventudes, há que estar atento à diversidade e como esta pode se confundir com ou camuflar os processos de desigualdades sociais. De fato, a fronteira entre diversidade e desigualdades sociais é fluida, mas básica quando se tem como foco juventudes

Na contemporaneidade, são múltiplos e singulares os desafios e vulnerabilidades sociais enfrentadas por muitos jovens, ainda mais quando se os considera em comparação com outros períodos históricos e pessoas de outros grupos etários. Sobrepõem-se um momento econômico de crise mundial, com demandas de um

modelo de desenvolvimento com ênfase em habilidades, experiência e socialização com a sociedade do conhecimento e da informação. O capitalismo rentista, financeiro é cruel para os jovens assim como a Quarta revolução, e sua ênfase na Informação. Então cuidados em discutir protagonismo sem melhor se identificar cenários que mais acirram lutas de classes.

Os jovens catalisam de forma especial as mudanças de paradigmas, a complexidade destes tempos. Os problemas com que se depara a economia política, primeiro os atingem, haja vista que, em todos os países envolvidos na chamada crise atual do capitalismo, as mais altas taxas de desemprego se relacionam à coorte jovem. Eles também são mais bombardeados por apelos a consumos e a pluralidades do prazer ou por pressões por viver em ‘um eterno presente’ (BAUMAN, 2012, entre outros), sendo sensíveis à ampliação das referências quanto a direitos e a orientação por inventar novos direitos (Abramovay, Castro e Weisselriss, 2015: pág. 89).

Então o tema proposto para a atividade e que provocou uma primeira modelagem deste texto (ver nota 1) estimula seu rearranjo para um outro debate futuro sobre: que juventudes e em que tipo de protagonismo vem se destacando diferentes jovens?

Estamos em tempos que estimulam protagonismos pautados em ódio, homofobia, racismo entre outras violências, como também em tempos que abortam condições para o estímulo do pensamento crítico, uma educação de qualidade, pública, a meu juízo condição básica para protagonismos por mudanças sociais. Além da premente necessidade de maior investimento por partidos à esquerda contra analfabetismos políticos, inclusive os próprios, como aquele que recusa a considerar a potencialidade de frentes contra opressões indiretamente estruturadas por relações sociais de classe, mas dialeticamente estruturantes dessas, como as relacionadas ao racismo, ao patriarcado e à codificação normatizadora de sexualidades.

Estamos em cenário de ‘des-políticas’ públicas, ou políticas que asfaltam privatizações, que corroem a tônica por um ensino laico, contra o analfabetismo político e com espaço para o pensamento crítico. São ilustrações de des-políticas públicas a chamada reforma do ensino médio, a abolição dos conceitos de gênero, sexualidade e discriminação racial do Plano Nacional de Educação (PNE), e as alterações na calada da noite de 10 de junho de 2017 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituindo a não obrigatoriedade no ensino médio de disciplinas como Sociologia, Filosofia, Arte, Educação Física, Música e no ensino básico, a não obrigatoriedade do ensino, de cultura afro-brasileira e a desobrigação do estado com a universalidade e gratuidade do ensino básico. Também a reforma das leis trabalhistas mais tornam precárias as oportunidades de trabalho para jovens. Este é hoje o cenário para se refletir sobre a urgência de um protagonismo plural e da importância de elos, redes de resistência, ou seja, ‘interculturapoliticidades’

Por outro lado, uma pincelada sobre perfil de juventudes mais questiona generalizações sobre protagonismos da juventude em termos de participação política crítica e por emancipações.

Segundo o último censo de população do Brasil, de 2010, chega a 51 350 478 milhões os que estão entre 15 a 29 anos, o que representa um pouco mais da metade da população total (52,4%). Alguns desafios para muitas juventudes são registrados no quadro abaixo. Ressaltando-se que como para alguns indicadores não se acessa período atual, com a maior probabilidade o quadro é ainda

mais perverso hoje considerando os retrocessos em conquistas sociais a partir de 2014:

Quadro 1 - Realidade Brasil da Juventude/ de Juventudes	
Em 2009:	
•	30,6% viviam em famílias com menos de 3 salários mínimos de renda domiciliar (*);
•	15,7% em famílias com renda domiciliar per capita superior a 2 salários mínimos;
•	34% (7,9 milhões) frequentavam a escola (**);
•	5% (753,4 mil) eram analfabetos;
•	30% (5,4 milhões) não haviam concluído o ensino fundamental;
•	3,5% (547 mil) haviam cursado só um ano do ensino superior.

(Fonte - IBGE, PNAD 2009; Censo 2010).

(\*)-Segundo o IBGE, em 2017 metade da população brasileira vive com menos de um salário mínimo e 1% da população ganha 36 vezes mais do que a parcela com os menores rendimentos<sup>8</sup>

(\*\*) "Relatório [sobre Brasil, 2017] aponta que 264 milhões de crianças e jovens não frequentam a escola, diz Unesco"<sup>9</sup>

Quanto à situação ocupacional em 2012, considerando pesquisa da Fundação Perseu Abramo, focalizando Regiões Metropolitanas tem-se que: 36% dos jovens entre 15 e 24 anos têm emprego, outros 22% já trabalharam, mas estão desempregados; na média, os jovens demoram 15 meses para conseguir o primeiro emprego ou uma nova ocupação, nas regiões metropolitanas. No total, 66% deles precisam trabalhar porque todo o seu ganho, ou parte dele, complementa a renda familiar (Botelho, 2013).

Na era Temer, a situação em muito piorou. Em 2017, segundo a OIT em seu estudo "Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2017": "No Brasil, 30% dos jovens não têm trabalho. Dos 190 países analisados, apenas 36 têm situação pior que a brasileira"<sup>10</sup>

Fala-se muito na importância de redes virtuais para o protagonismo juvenil em movimentos por emancipação política e de fato o uso da internet vem crescendo no país. Em 2008 eram 52,8% os jovens usuários de internet, em 2012 passaram para 69,7%. Contudo tem-se que "os 10 % mais ricos ainda acessam duas vezes mais [a internet] que os 40% mais pobres". (In Abramovay, 8 In [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/economia/2017-11-29/ibge-metade-da-populacao-brasileira-vive-com-menos-de-um-salario-minimo.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/economia/2017-11-29/ibge-metade-da-populacao-brasileira-vive-com-menos-de-um-salario-minimo.html), consultado 05.06.2018

9 In <https://g1.globo.com/educacao/noticia/relatorio-aponta-que-264-milhoes-de-criancas-e-jovens-nao-frequentam-a-escola-diz-unesco.ghtml> (de 23.10.2017), consultado 05.06.2018

10 Notícia de 11.12.2017. In <https://www.cartacapital.com.br/economia/OIT-desemprego-entre-jovens-brasileiros-e-o-dobro-da-media-mundial>. Consultado em 05.06.2018

Castro, e Waisselmiss 2015.)

Violência e segurança são temas que vêm mais capitalizando debates e denúncias de pesquisadores e movimentos sociais hoje no Brasil, e a vitimização de jovens negros, sua representação entre os que matam e principalmente entre os que mais morrem, inclusive por ação do próprio sistema de segurança, a polícia, ou seja, por um tipo de racismo institucionalizado, viria sendo visibilizada, indignando muitos, mas, já fazendo parte de um cenário brasileiro banalizado. As curvas ascendentes de violência e criminalidade constituem um problema crítico do século XXI, tão mais grave, na medida em que além de afetar a integridade física, emocional e patrimonial de indivíduos, também coloca em questão a noção de cidadania e o próprio papel do Estado.

Dados recém divulgados, como os do Atlas da Violência, 2018, indicam que 56,5% dos óbitos dos brasileiros entre 15 e 19 anos foram causados por morte violenta<sup>11</sup>:

Quando a análise mira grupos vulneráveis, os assassinatos crescem no DF. Jovens entre 15 e 29 anos, mulheres e negras estão mais propícios a serem vítimas. Entre 2015 e 2016, a cada 100 mil jovens, 50,4 morreram assassinados no DF, principalmente, homens – um aumento de 6% entre 2015 e 2016. O estudo mostra que a região acompanha o fenômeno nacional. No Brasil, são 65,5 mortos intencionalmente a cada 100 mil jovens. O levantamento alerta que o agravamento desse quadro em 2016 deve ser uma preocupação para o Brasil.<sup>12</sup>

Economia e cultura se retroalimentam em outros desafios que ameaçam juventudes. Existe na sociedade uma cultura da violência, alimentada pelo individualismo, consumismo e competição exacerbada. A cultura da violência expõe os indivíduos a constantes danos físicos e morais, pressupõe que somente a força resolve os conflitos do cotidiano. Assim se parte da ideia de que a violência é um fenômeno inevitável e faz parte de nossas vidas. Os jovens vivem, numa época de profundas transformações, aí incluídas as de cunho econômico e moral, as quais afetam, de modo indelével, sua forma de estar, de viver o ser jovem e transição para a vida adulta.

Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória - cujo principal traço é suscitar aspirações que, muitas vezes, deságuam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria -, transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e o acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis.

No quadro s que segue algumas potencialidades dos, das jovens, muitos, hoje para acionar mobilizações contra górgonas destes tempos.

#### Quadro 2 -Potencialidades de Muitos Jovens Hoje

•	Impulsos a Rebeliões sobre estereótipos, tabus, preconceitos;
---	---

11 In <https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2018-brasil-tem-taxa-de-homicidio-30-vezes-maior-do-que-europa-22747176#ixzz5HZ78Lp8o> consultados, 05.06.2018

12 "Atlas da Violência aponta que jovens são os que mais morrem no DF" In [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/06/interna\\_cidadesdf,686448/mapa-da-violencia-aponta-que-jovens-sao-os-que-mais-morrem-no-df.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/06/06/interna_cidadesdf,686448/mapa-da-violencia-aponta-que-jovens-sao-os-que-mais-morrem-no-df.shtml), consultado em 07.06.2018

• Vontade de saber e construir o novo;
• Busca por autonomia e por participação crítica, curiosidade e adrenalina;
• Orientação gregária – fraternias (grupos de amigos);
• Apelo para diversas linguagens, como as TICs (novas tecnologias de informações) e artes; trânsitos entre vários tipos de organização (movimentos sociais e ONGs, inclusive partidos) recorrendo a culturas juvenis;
• Busca por autonomia, o que exige redes de proteção social;
• Mobilização – Participação política, buscas por formas diversificadas de fazer política e modernização crítica de movimentos clássicos, como partidos e sindicatos <sup>13</sup>

Contudo, muitos jovens no Brasil hoje existem e não existem, ou deixam de existir, sem que se dê muita conta, são “vidas descartáveis”, vítimas da ‘tanatopolítica’ (Aganbem, 2007), mas a juventude é uma potencialidade. Ser jovem potencializa questionar projetos políticos-culturais que sufocam transformações, ainda que não necessariamente todos os indivíduos em idades jovens busquem mudanças, e por outro lado nem todos etariamente jovens possam ser jovens.

As potencialidades de juventudes esbarram em desencantos e analfabetismos políticos, que atingem tanto vários movimentos sociais à esquerda, por desconhecimento de realidades e quererem de distintas juventudes, como a muitos jovens, por falta de uma escola de qualidade e outras ambiências socializantes com vertente crítica.

### Reflexão Final

Insisto que o tema protagonismo, se recuperado seu sentido dialético, ou seja, de relacionado a antagonismos, estimula construções, agenciamentos com juventudes em movimentos sociais e em movimento, nas ruas. Mas protagonismo pede acesso a saberes, combate a analfabetismos políticos, e parceria de conhecimentos, ou seja, entrelace de ciências sociais orgânicas, públicas, com experiências em ativismos e “ativismos”.

Contudo, insiste-se, o desafio maior seria protagonizar para mobilizações por emancipações, aqueles que não se encantam com protagonismos em movimentos legitimados como tais-partidos, sindicatos e movimentos sociais focalizados; aqueles que buscam outros espaços, que lhes são mais próximos, em territórios de periferias, como os do chamado mundo do crime, ou naqueles que se sentem mais reconhecidos, como em gangues e fraternias; ou naqueles que lhe oferecem recompensas por poderes transcendentes, como as igrejas.

Protagonismo juvenil é uma potencialidade, em especial quando movimentos sociais impulsionados ou com forte presença de jovens mais buscarem representar as necessidades de tantos

<sup>13</sup> Ver sobre juventudes, entre outras, pesquisas de Abramovay, Miriam; Waisselmiss, Júlio e Castro, Mary Garcia em sites da FLACSO-Brasil e da UNESCO, entre outras fontes.

jovens cujas humanidades vem sendo massacrada pelo Estado e poderes, como os e as jovens negras, os que não estudam e nem trabalham<sup>14</sup>, os e as denominados genericamente de jovens da/na/ de periferia, para que sentindo-se esses de fato representados, apresentando-se, reforcem as hostes das cidadanias insurgentes ante golpistas, discriminatórias, opressoras de liberdades. São jovens que protagonizam dramas que não modelaram, como o tráfico, a violência policial, o desemprego, e organizações pautadas por fundamentalismos. Jovens que sem ser parte de coro, movimento sociais de rebelião contra o estado de coisas, são antagonistas de si, protagonistas e vítimas de crimes anunciados.

### REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO, Mary Garcia e WAISSELISS, Júlio **Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?** MEC/OEI/FLACSO, Brasília 2015
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007
- BOTELHO, Joaquim, “Os Jovens e o mercado de trabalho” -<http://www2.uol.com.br/aprendiz/guiaeedempregos/palavra/jbotelho/ge140202.htm>-consultado em 17.08.2017.
- BRAGA Ruy e SANTANA, Marco **Aurélio Sociologia pública: engajamento e crítica social em debate. On-line version** ISSN 1983-8239. Cad.CRH vol.22 no.56 Salvador May/Aug. 2009
- <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000200001> acessado em 12.3.2018
- CASTRO, Mary Garcia “Juventudes e Cidadanias” in **FLACSO-Brasil Caderno 11**, FLACSO Brasil (da Série Cadernos FLACSO), Rio de Janeiro, 2014
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e DELEON, Alessandro **Juventude: tempo presente, tempo futuro?** Ed GIFE, São Paulo, 2007
- GOHN, Maria da Glória “Mobilização da Juventude e Redes Sociais”, in **Anais da 68ª Reunião Anual da SBPC** - Porto Seguro - BA - julho/2016- [http://www.sbpnet.org.br/livro/68ra/PDFs/arq\\_4563\\_2162.pdf](http://www.sbpnet.org.br/livro/68ra/PDFs/arq_4563_2162.pdf), consultado em 5.02.2017
- GOHN, Maria da Glória **A SOCIEDADE BRASILEIRA EM MOVIMENTO: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**, in **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/ago. 2014-In <http://www.scielo.br/pdf/crrh/v27n71/a13v27n71.pdf>, consultado em 15.8.2017
- GOMES DA COSTA, Antônio Carlos **Protagonismo Juvenil: O que é e como praticá-lo** In <http://www.institutoalianca.org.br/ProtagonismoJuvenil.pdf>, 2007 acessado em 5.3.2017
- HOBBSBAWM, Eric **Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th centuries**, Manchester University Press, Manchester, 1971
- HOUSTON, James **Cidadania Insurgente. Disjunções da Democracia e da Modernidade no Brasil**. Cia das Letras, São Paulo, 2013
- INSTITUTO AYRTON SENNA In:<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/todas-as-noticias/legado-de-antonio-carlos-gomes-da-costa-e-tema-de-seminario/12> de maio de 2016
- LOSURDO, Domenico **As Lutas de Classes. Uma História Política e Filosófica**, Boitempo Editorial, São Paulo, 2015
- SEVERO, Mirlene Fátima e SIMÕES Wexell Os **movimentos sociais de juventude e os direitos dos jovens no Brasil** in <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/9895>, de 2006, consultado em 04.07.2017

<sup>14</sup> “No Brasil, 11 milhões de jovens, quase um quarto da população entre 15 e 29 anos, **não estudam nem trabalham**. Em um país cuja força de trabalho está ficando mais velha e começará a diminuir em 2035, isso soa preocupante”. In [https://brasil.eipais.com/brasil/2018/03/16/economia/1521229056\\_606414.html](https://brasil.eipais.com/brasil/2018/03/16/economia/1521229056_606414.html), consultado em 09.06.2018

entrevista

# Manuela D'Ávila

**1. Manuela, você que é a candidata mais jovem a presidência da república, teve uma importante atuação no movimento juvenil tendo participado da UNE e da UJS, foi eleita Vereadora e depois Deputada Federal muito Jovem alcançado grande notoriedade nacional. Mais recentemente você se tornou referência do feminista emancipacionista e um ícone da luta dos direitos das mulheres, inclusive como mãe que vai à luta parlamentar e popular muitas vezes com sua filha. Gostaríamos de saber quais as principais desafios enfrentados nessa trajetória e quais as lições recolhidas que poderão fazer a diferença numa gestão sua na presidência do Brasil??**

Havia um época, no começo da minha militância, que eu acreditava que feminismo era assunto do passado. Eu já era militante, sou militante desde os 16, eu já acreditava que o mundo era desigual, que precisávamos lutar por justiça social e, mesmo assim, eu não era feminista. Mas a vida - e suas permanentes portas abertas a quem aceita mudar e se mudar - fez com que eu percebesse que a desigualdade econômica e social no Brasil atinge de forma muito mais cruel às mulheres.

A vida fez com eu tomasse consciência que aquilo que eu e outras mulheres vivemos não era algo que acontecia com uma de nós, mas com todas nós. Tomei consciência que não era só comigo. Não era só com ela, mas que é com todas.

Uma de nós ser assediada a cada dois segundos, tem nome.  
Seremos responsabilizadas pela violência que sofremos, tem nome.  
Receber menos salário pelo mesmo trabalho, tem nome.  
Estabelecerem padrões físicos doloridos e inalcançáveis para nós, tem nome.  
Sofrer violência física, ser assassinada e ouvir que o amor pode matar, tem nome.  
Parir e ficar desempregada, tem nome.  
Ser invisível na política, tem nome.

A ideia que somos inferiores, menos livres, menos donas de nossos corpos e mentes, menos merecedoras de direitos tem nome. O nome disso é machismo.

E o feminismo não é o contrário do machismo e sua compreensão que as mulheres são inferiores.

Nossa radicalidade esta justo em lutar pela equidade, pelos direitos iguais, pelo nosso direito à vida sem violência, pelo direito à



sermos donas de nossos corpos e mentes.

Somos radicais que acreditamos ser iguais aos homens.

Minha pré-candidatura tem objetivo de colaborar com a busca de soluções para a crise gravíssima que o Brasil enfrenta. Esta eleição é uma oportunidade para discutirmos um projeto de desenvolvimento que retome o crescimento econômico do país, promova a reindustrialização, garanta direitos sociais e individuais e assegure políticas públicas para as mulheres, a juventude, os negros, as periferias, enfim, para a população hoje empobrecida, aviltada em seus direitos e alijada das decisões governamentais. Teremos um programa para o Brasil se desenvolver como nação altiva e soberana no cenário internacional, longe da postura subserviente aos interesses políticos e econômicos de potências estrangeiras que prevalece atualmente. Queremos uma economia que produza riquezas para serem distribuídas ao conjunto da sociedade. É inadmissível que o 1% da elite brasileira representada por Temer e o capital financeiro destrua os 99% formados por mulheres, jovens, negros e outras parcelas que trabalham e produzem a riqueza do país.

Essa é a razão da minha pré-candidatura. Entro na disputa com a

expectativa de levar essas ideias à população e, conseqüentemente, merecer a confiança e o voto dos eleitores nesse projeto de reinvenção do Brasil.

## **2. O seu partido o PCdoB tem proposto um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil, qual o papel da educação nesse projeto?**

O meu ilustre conterrâneo Leonel Brizola, desde sempre, afirmava que a educação era a principal ferramenta da diminuição da desigualdade social. Eu tenho defendido um pacto nacional para garantir que nenhuma criança ou adolescente, até os 18 anos, esteja fora de uma sala de aula. A educação é central para a retomada do desenvolvimento social e crescimento econômico.

Por isso, achamos que as universidades e os institutos federais também são estruturantes.

Uma das primeiras ações será revogar a Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos no setor por 20 anos.

## **4. Como os jovens se inserem nesse projeto nacional de desenvolvimento?**

Não existe país desenvolvido sem amplo investimento na juventude. Tenho uma história ligada à juventude, não só por ter sido líder estudantil, mas porque, durante minha atividade parlamentar, tive iniciativas em favor dos direitos da infância e da juventude. Lembro, por exemplo, que fui relatora do Estatuto da Juventude na Câmara dos Deputados, ocasião em que mantive diálogo com muitos representantes da juventude brasileira.

Com o aumento do desemprego, os salários baixos e a informalidade tendem a afetar mais ainda os jovens. É inadmissível que o 1% da elite brasileira destrua os 99% formados por mulheres, jovens, negros e outras parcelas que trabalham e produzem a riqueza do país. Nossa proposta é recolocar a indústria como setor-chave, aproveitando as inúmeras oportunidades trazidas pela chamada indústria 4.0, com investimentos pesados em ciência, tecnologia e, especialmente, em inovação. Isso permitirá construir laços fortes entre universidades e empresas, gerando oportunidades e incentivando o empreendedorismo.

## **5. Você foi autora ou relatora de algumas das mais importantes legislações para os jovens na última década, como a regulamentação dos estágios no ensino técnico e superior e o Estatuto da Juventude, entre outros, na sua opinião como esses projetos impactaram na vida dos jovens brasileiros?**

Eu quero que as novas gerações assumam, cada vez mais, o papel de protagonistas do seu tempo, que ocupem os espaços de poder, que façam da política um instrumento de transformação social, que se preocupem com a educação e a justiça social, que invistam na criatividade. E a regulamentação da Lei do Estágio e o Estatuto da Juventude são instrumentos para os jovens. No estatuto, que é a carta de direitos para jovens entre 15 e 29 anos, incluímos a concessão de meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

A arte, a cultura e o esporte são atividades fundamentais na formação de crianças e adolescentes.

## **8. Na sua opinião qual é a importância dos jovens nas eleições de 2018?**

Com a revolução tecnológica os jovens têm acesso à informação em um volume muito maior que outras gerações. Portanto, passam a ser referência nas discussões sobre o futuro do país. Os reflexos do golpe contra a presidente Dilma são mais cruéis com a juventude, em função da diminuição dos investimentos em educação e do mercado de trabalho com cada vez menos oportunidades. A nação ficou à deriva, a democracia foi abalada e a população está sofrendo duramente com desemprego, violência, desigualdade social, falta de perspectivas.

É vital para a nossa Democracia que a juventude esteja atuante neste período, pois a escolha do projeto que vai governar o país vai ter reflexo direto no futuro imediato. Temos um projeto de desenvolvimento para o país e queremos discuti-lo com a população na campanha, que é um palco apropriado para construir saídas para a crise, uma solução democrática, solidária, humanista e desenvolvimentista. Se queremos a reinvenção do país, é tempo também de reinventar a política, de modo que as ideias transformadoras não fiquem sufocadas pela pouca exposição na TV e pelas velhas formas de marketing. Temos de utilizar instrumentos inovadores de diálogo que despertem na juventude a paixão pelo Brasil e reacendam o interesse pela participação política e social.



# NÃO PAGUE MICO PAGUE MEIA



A carteirinha de estudante está de cara nova. Agora, com o Documento do Estudante, você tem um documento padronizado pelas entidades estudantis. Assim, todos os estudantes matriculados nos ensinos infantil, fundamental, médio/técnico, graduação e pós-graduação terão o seu direito à meia-entrada garantido.

PEÇA O SEU DOCUMENTO DO ESTUDANTE

[www.documentodoestudante.com.br](http://www.documentodoestudante.com.br)





Festa de São João

# SÃO JOÃO de todos

*Bamba, Mica Costa do Mico*

15 de junho a 1º de julho

O MARANHÃO QUE ENCANTA O ANO INTEIRO, EM JUNHO ENCANTA MUITO MAIS.



Lençóis Maranhenses



Póço Azul



Cachoeira de São Romão



Delta das Américas



[www.ma.gov.br/saojoaodetodos](http://www.ma.gov.br/saojoaodetodos)